

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS
RELAÇÕES POLÍTICAS

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

REVISTAS E HISTÓRIA DISCIPLINAR NO BRASIL:
UMA SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EM TRÊS PERIÓDICOS
– REVISTA DE HISTÓRIA, ESTUDOS HISTÓRICOS E REVISTA
BRASILEIRA DE HISTÓRIA (1960-2000)

VITÓRIA

2021

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

**REVISTAS E HISTÓRIA DISCIPLINAR NO BRASIL:
UMA SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EM TRÊS PERIÓDICOS
– REVISTA DE HISTÓRIA, ESTUDOS HISTÓRICOS E REVISTA
BRASILEIRA DE HISTÓRIA (1960-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Orientador: Dr. Júlio Bentivoglio.

VITÓRIA

2021

Dados de catalogação

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N244h Nascimento, Bruno César, 1982-
Revistas e história disciplinar no Brasil: uma síntese da
organização do campo em três periódicos – Revista de História,
Estudos Históricos e Revista Brasileira de História (1960-2000)/
Bruno César Nascimento. – 2021.
148 f. : il.

Orientador: Júlio Bentivoglio.
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Historiografia. 2. Poder. 3. Campo. 4. Discurso. 5. Escrita. I.
Bentivoglio, Julio César. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

BRUNO CÉSAR NASCIMENTO

**REVISTAS E HISTÓRIA DISCIPLINAR NO BRASIL:
UMA SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO EM TRÊS
PERIÓDICOS – REVISTA DE HISTÓRIA, ESTUDOS HISTÓRICOS
E REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (1960-2000)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História, na área de concentração de História Social das Relações Políticas.

Aprovada em de de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Júlio Bentivoglio
Orientador
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Membro Titular
Universidade Fed. do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Patrícia Maria da S. Merlo
Membro Titular
Universidade Fed. do Espírito Santo

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar
Membro Titular
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Membro Titular
Universidade de Vila Velha

Prof. Dr. Marcelo Durão da C. Rodrigues
Membro Suplente
Instituto Fed. do Espírito Santo

Prof. Dr. Josemar M. de Oliveira
Membro Suplente
Universidade Fed. do Espírito Santo

Para meus avós.

*Que infelizmente não suportaram as exigências
da vida a tempo suficiente para ver esse
momento!*

AGRADECIMENTOS

Por mais que nós tentemos, geralmente os agradecimentos são sempre uma parte dos nossos trabalhos que tentamos externar ao máximo todos e todas que nos ajudaram nessa dura, angustiante e, muitas vezes, solitária jornada.

O ato da escrita é algo muito particular e as características e questionamentos refletem as inquietações e personalidade de seu autor, por mais que esse tente afastar esse fantasma. O texto é um reflexo, uma mimeses, é um externar na escrita o que muitas vezes não fomos capazes de propor em palavras, e aqueles que em algum momento se fizeram presente nesse processo merecem todo nosso carinho, apreço e lembrança, e por isso agradecer ao familiares amados, amigos queridos e aos companheiros de “guerra”.

Deixo aqui, inicialmente e não podendo ser de outra maneira e lugar, o meu muito obrigado a minha esposa Roziméry. Ao longo de todos esses anos estive ao meu lado nas glórias e foi uma montanha como abrigo nas dores e tempestades. Sem ela, certamente o fardo seria mais pesado e o caminho ainda mais tortuoso. Somente obrigado não basta, mas é o que aqui posso oferecer. Te amo!!!!

A minha filha, Maria Luiza. Pela personalidade amável, pelo carinho e pelo “vai dar tudo certo papai”. Um anjo que foi posto em minha vida e que em muitas ocasiões teve que ser compreensiva e madura com a ausência do pai, mas que jamais perdeu o brilho e a jovialidade. Por ser essa luz guia e um poço de amor, meu muitíssimo obrigado.

Aos meus pais, Jacimar e Maria de Fátima. Que sofreram algumas dores do caminho comigo e que jamais esmoreceram no apoio incondicional, externando as preocupações que cercam a prática de escrever e dividindo os debates e angústias. Por serem esse barco no mar revoltoso da vida, obrigado.

Ao meu amigo e orientador, pois nem mesmo acho justo nomeá-lo de outra forma já que essa parceria já dura uma década, Julio Bentivoglio. Por mais que o ritual exija essa polidez de chamá-lo de orientador, professor, doutor,

prefiro o adjetivo amigo. São dez anos de planos, projetos, debates e família, da qual me orgulho de dizer que ele faz parte. Certo que você compreenderá o que eu digo meu caro amigo, meu muito obrigado. Obrigado por tudo, principalmente por acreditar em um aluno que não possuía nenhuma ambição de um dia ser chamado de doutor, pois assim como você, sou o filho do eletricista, do pedreiro, da artesã, da costureira e dona de casa que chega e ocupa o espaço que ninguém esperava. Por pavimentar essa estrada, tornando-a mais suave e possível.

Aqui quero registrar alguns agradecimentos para amigos que me incentivaram e até mesmo cobraram afinco, disciplina e demonstraram preocupações comigo nesses dias. Em primeiro ao Cristhian Fontana, meu sobrinho, que junto comigo enfrentou algumas durezas dos projetos malucos que resolvi construir ao longo desses últimos quatro anos. Ao Weverton Amaral, que em diversas ocasiões travou duros debates comigo, mas que nunca guardou qualquer tipo de discórdia e que sempre esteve pronto para um novo *round*. Ao Lucas Bispo, que também contribuiu nessa jornada, debatendo textos, apresentando ideias e estando sempre presente quando chamado. Ao Carlos Castro, que mesmo estando um pouco mais ocupado que os demais, nunca deixou de atender um chamado ou ligação para me ouvir quando estava precisando de um conselho. Esses são os “irmãos de armas”. Viram a dor, o cansaço, a tristeza e jamais me deixaram para trás e sempre incentivaram a retomada de fôlego e do caminho. Meus caros amigos, só posso agradecer.

Como eu disse no começo, se fosse listar todos que estiveram presentes nessa jornada eu precisaria de um novo texto, mas gostaria de dar destaque a essas e esses que citei. Aqueles que não estão nessas páginas, não pensem que esqueci.

Gostaria de agradecer aos professores Ueber José e Marcelo Durão pelas considerações apresentadas no exame de qualificação e por aceitar o convite de retornar para a defesa. À professora Patrícia Merlo e aos professores Alexandre Avelar, Josemar Machado, Pablo Ornelas, que não estiveram na qualificação mas que aceitaram participar dessa avaliação, meus agradecimentos.

Por fim agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social da Relações políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, representado pelo professor Belchior Monteiro, que sempre foi prestativo e atencioso nas demandas e dúvidas apresentadas. Aos Secretários do programa, Michely Almeida e Filipe. E a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que cedeu bolsa de demanda social para que eu pudesse cumprir essa jornada.

História e poder são como irmão siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível.

Francisco Falcon

RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade examinar se a formação da comunidade de historiadores e historiadoras profissionais a partir dos anos 1960 até meados dos anos 2000 no Brasil não se constituiu mediante um conjunto de estratégias de normalização do campo da História disciplinar e de suas práticas vazadas por meio de revistas acadêmicas que teriam estabelecido um conjunto de diretrizes aos praticantes do ofício cujos avanços se dão mediante a superação ou esgotamento de agendas de investigação e de disputas com as gerações anteriores. Ela toma como *locus* privilegiado, a valorização da prática e da produção textual voltada para os periódicos, que acabam por conferir uma cartografia hierárquica de redes de pesquisa que se consolidam em torno de determinadas figuras, periódicos e centros de formação acadêmica. O estudo procurou identificar estas figuras, valendo-se de conceitos como os de campo científico, *habitus*, história disciplinar e poder, extraídos, em especial, de autores como Foucault e Pierre Bourdieu. Personagens que ocuparam postos nas três das mais importantes revistas de história do Brasil – a *Revista de História* da USP, a *Revista Brasileira de História* da Anpuh e a revista *Estudos Históricos* da Fundação Getúlio Vargas: editores e integrantes dos conselhos editorial e consultivo. Tal expediente possibilitou validar a hipótese levantada, verificando o modo como esse saber se consolidou e se disseminou em um cenário específico, capturando algumas de suas mudanças e dinâmicas mais recentes. Ao enfatizar a existência de posições estratégicas de preeminência e direção nas redes compostas em torno daqueles periódicos, bem como das gerações encontradas, este trabalho procurou contribuir para a compreensão dos debates e dos processos de disputa vividos pelo campo nas últimas décadas.

PALAVRAS CHAVE: Historiografia brasileira; Revistas de História; Campo científico; teoria da história.

ABSTRACT

This research aims to examine whether the formation of the community of professional historians from the 1960s to the mid-2000s in Brazil was not constituted through a set of normalization strategies in the field of disciplinary History and its practices leaked through of academic journals that would have established a set of guidelines for practitioners of the profession whose advances occur through the overcoming or exhaustion of research agendas and disputes with previous generations. It takes as a privileged locus, the appreciation of practice and textual production aimed at journals, which end up conferring a hierarchical cartography of research networks that are consolidated around certain figures, journals and academic training centers. The study sought to identify these figures, using concepts such as the scientific field, habitus, disciplinary history and power, extracted, in particular, from authors such as Foucault and Pierre Bourdieu. Characters who occupied positions in three of the most important history magazines in Brazil – Revista de História from USP, Revista Brasileira de História from Anpuh and Revista Estudos Históricos from Fundação Getúlio Vargas: editors and members of the editorial and advisory boards. This expedient made it possible to validate the raised hypothesis, verifying how this knowledge was consolidated and disseminated in a specific scenario, capturing some of its most recent changes and dynamics. By emphasizing the existence of strategic positions of pre-eminence and direction in the networks composed around those journals, as well as the generations found, this work sought to contribute to the understanding of the debates and processes of dispute experienced by the field in recent decades.

Keywords: Brazilian Historiography; Historical Reviews; Cientific Field; Theory of History.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo examinar si la formación de la comunidad de historiadores profesionales desde la década de 1960 hasta mediados de la década de 2000 en Brasil no se constituyó a través de un conjunto de estrategias para normalizar el campo de la Historia disciplinar y sus prácticas filtradas a través de revistas académicas que habrían establecido un conjunto de pautas para los practicantes del oficio cuyos avances se dan a través de la superación o agotamiento de agendas de investigación y disputas con generaciones anteriores. Toma como locus privilegiado, la valorización de la práctica y la producción textual centrada en las revistas, que terminan dando una cartografía jerarquizada de redes de investigación que se consolidan en torno a determinadas figuras, revistas y centros de formación académica. El estudio buscó identificar estas figuras, utilizando conceptos como campo científico, habitus, historia disciplinaria y poder, extraídos, en particular, de autores como Foucault y Pierre Bourdieu. Personajes que ocuparon cargos en tres de las más importantes revistas de historia de Brasil: la Revista de História da USP, la Revista Brasileira de História da Anpuh y la Revista Estudos Históricos de la Fundação Getúlio Vargas: editores y miembros de los consejos editorial y consultivo. Este expediente permitió validar la hipótesis planteada, verificando la forma en que este conocimiento se consolidó y difundió en un escenario específico, captando algunos de sus cambios y dinámicas más recientes. Al enfatizar la existencia de posiciones estratégicas de preeminencia y dirección en las redes compuestas en torno a esos periódicos, así como las generaciones encontradas, este trabajo buscó contribuir a la comprensión de los debates y procesos de disputa vividos por el campo en las últimas décadas.

PALABRAS CLAVE: historiografía brasileña; revistas de historia; Campo científico; teoría de la historia.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História,
depois Associação Nacional de História

Capes – Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Ensino Superior

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas

EH – Revista *Estudos Históricos*

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNFi-UB - Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RBH – *Revista Brasileira de História*

RH – *Revista de História* (Universidade de São Paulo)

UDF - Universidade do Distrito Federal

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFBP - Universidade Federal da Paraíba

UFCE – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de propostas para uma leitura das revistas acadêmicas, tomando como exemplo a Revista de História da USP	93
Figura 2: Diagrama de organização das revistas acadêmicas	95

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. FUNDADORES DOS PERIÓDICOS ANALISADOS.....	105
QUADRO 2. EDITORES DA REVISTA DE HISTÓRIA (1970-2003).....	107
QUADRO 3. CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DE HISTÓRIA (1983-2000)	110
QUADRO 4. REVISTAS, INSTITUIÇÃO E ANO DE CRIAÇÃO.....	112
QUADRO 5. EDITORES DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA.....	114
QUADRO 6. CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (1981-2000).....	118
QUADRO 7. EDITORES DE ESTUDOS HISTÓRICOS.....	121
QUADRO 8. CONSELHO EDITORIAL DE ESTUDOS HISTÓRICOS (1988- 2000).....	124

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Campo disciplinar: a arte de inventar, cercar e cultivar	17
PARTE I: Novas histórias em <i>velhos</i> campos: por uma <i>nova</i> história ou por um <i>lugar</i> na história?	34
1.1 - Inovações recentes da historiografia contemporânea: em busca de uma nova História	38
1.2 - Renovação da historiografia e também renovação de historiadores?	46
1.3 - O caso brasileiro	51
PARTE II: Redes intelectuais e redes de poder: as regras do jogo e do campo	59
2.1 - Sobre o conceito de poder	62
2.2 - Um poder em ascendência, ou, a categoria de campo científico	68
2.3 - Princípio discursivo: da negação do outro e a afirmação de si ou, o que se fala	73
2.4 - O princípio simbólico: da autoridade ou, de onde se fala.	76
2.5 - O princípio normativo: as regras da arte ou, como se fala.	81
PARTE III: Revistas e poder simbólico: redes e liturgias do campo historiográfico no Brasil	88
3.1 - O protagonismo das revistas referendando espaços de poder	96
3.2 - As revistas como um poder simbólico	98
3.3 - Um espaço para a normatização das práticas	100
3.4 - Hierarquias de poder historiográfico no Brasil a partir de três revistas	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Quem tem medo da historiografia?	130
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

CAMPO DISCIPLINAR:

A ARTE DE INVENTAR, CERCAR E CULTIVAR

É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Michel Foucault

Na escala processual da constituição e estabelecimento de uma disciplina, quais são os elementos ou fatores que podemos elencar como fundamentais ou basilares? Qual é a hierarquia que se estabelece, indiretamente, entre eles? Como esses sustentáculos são apropriados pelos sujeitos do campo em construção com o objetivo de moldar um conjunto de práticas? E, principalmente, de que forma isso se dá no processo gerativo, formativo e de desenvolvimento da disciplina História no Brasil? Esses são alguns dos questionamentos que nos norteiam, e que auxiliarão na construção de uma análise do espaço social que cerca o historiador durante seu “processo formativo”.

O intuito do trabalho é ilustrar o processo de institucionalização da história acadêmica e disciplinar brasileira a partir dos anos 1960, com a criação da Associação Nacional de História (ANPUH), localizando-o em um veículo privilegiado para compreender os rumos tomados pela historiografia desde então – as revistas acadêmicas de história –, observado em três importantes revistas – a *Revista Brasileira de História* (RBH), fundada em 1981, a *Revista de História* (RH) da USP, criada em 1950 e a *Estudos Históricos* (EH) da FGV de 1988. O objeto da análise irá contemplar, especialmente, estes periódicos como protagonistas de um debate historiográfico que envolveu institucionalização, profissionalização e hierarquização do campo, localizando seus fundadores, editores e conselhos consultivo e editorial, para construir uma imagem de seu funcionamento e transformações. Ou seja, pretende pensar as redes intelectuais e suas relações de poder, dos anos 1960 até meados do ano 2000, por meio das redes formadas em torno daqueles periódicos no intuito de compreender as relações de força estabelecidas entre determinados atores durante a afirmação da História como disciplina no Brasil.

Para iniciarmos a busca por algumas respostas para os questionamentos elencados, julgamos ser adequada uma apropriação da leitura de Michel de Certeau acerca da constituição do campo da História, em que, segundo o autor, qualquer obra historiográfica passa por um processo, uma operação. Para Certeau tal processo está alicerçado, fundamentalmente, sobre três elementos, que são: *lugar social, prática e*

escrita; e todos eles possuem uma contribuição singular para a realização do processo e obtenção do produto final, o texto,¹ ou se preferirmos, a história.

No entanto, apesar de uma pretensa estabilidade, ou covalência, entre os elementos da tríade proposta, todos se sustentam de maneira significativamente volátil dentro da pesquisa histórica, haja vista, sua apreensão múltipla, o que possibilita uma inserção permanente de novas ferramentas e leituras nesse universo. Porém, há de se considerar que um desses elementos possui, apesar de sua plasticidade, uma importância singular dentro da hierarquia processual da disciplina história, que é o *lugar social*. Eis, portanto, um dos eixos que nortearão as reflexões que se seguem neste trabalho.

Consideramos que apesar da apreensão do conjunto envolvendo prática e textualidade constituir-se como elementos basilares para o processo de institucionalização e de compreensão da própria História, não resta dúvida de que a habilitação a uma dada atividade no âmbito científico e o reconhecimento pelos pares indica o *lugar social* como uma esfera que legitima e permite a inserção dos aspirantes a um dado *corpus* social, nesse caso, o de historiador.² Por esse motivo, concordamos com Certeau quando o mesmo afirma que o *lugar social* “não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’”. Ele a torna possível”,³ logo, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente”,⁴ ou seja, apesar de ser elemento constitutivo da tríade

¹ Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

² Sobre o debate entre os sujeitos de um lugar e aqueles buscam compor tal espaço ver: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. No caso da disciplina História o embate francamente aberto se estabelece entre os acadêmicos e aqueles que compõem a chamada *public history*. Sobre esse assunto ver: MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não-acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. In.: MALERBA, Jurandir. **Notas à Margem**: teoria e crítica historiográfica. Serra: Editora Milfontes, 2018.

³ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 53.

⁴ *Ibidem*, p. 55.

certeuaniana da operacionalização do processo disciplinar, o *lugar social* sobrescreve as propostas e molda as práticas, tornando-se hierarquicamente mais forte frente aos demais.⁵ Nesse contexto, não nos resta dúvida o quanto as revistas especializadas de história são um lugar de destaque para a consolidação da história.

Nas palavras de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.⁶

No entanto, apesar de impor um conjunto sistemático de regras aos demais elementos da operação historiográfica, é inegável a afirmação de que o *lugar* depende da operacionalização de um conjunto maior de ferramentas para se estabelecer. Nesse contexto, se para Michel Foucault existe, dentro do discurso, o estabelecimento de uma certa *polícia do discurso*, que é responsável pela afirmação do poder de um determinado grupo por meio da propagação e afirmação de uma dada *verdade discursiva*,⁷ para Certeau – que de algum modo pensa esta questão de forma bastante próxima à Pierre Bourdieu – existe dentro do campo uma *polícia do trabalho*, que é responsável pela aplicabilidade do que poderíamos nomear de *leis do meio*, que se

⁵ Vale uma breve pausa para chamar a atenção para um detalhe. O lugar social de Michel de Certeau possui uma ambivalência com o sistema de *campo* de Pierre Bourdieu, porém é de uma outra ordem. O *campo* está localizado no universo macro da formação disciplinar, determinando as “fronteiras” no universo das ciências. Já o *lugar social* está inserido em uma esfera mais reduzida, sendo responsável pelo conjunto do que podemos chamar de “leis do meio”. Essas leis se constituem como um conjunto interno e invisível de “normas de conduta” que ditam os parâmetros ideais, ou minimamente esperados, daqueles que aspiram ter “voz” em um determinado grupo.

⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 66.

⁷ Cf. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014, Coleção leituras filosóficas.

constituem como instrumentos silenciosos de *afirmação* ou *exclusão dos sujeitos*.⁸ Esse conjunto de ações desenvolvidas pela dita *polícia do trabalho*, dentro de um determinado parâmetro pré-estabelecido, torna claro que o *lugar* tem o *poder* de prover meios que possibilitam a anulação dos sujeitos por meio da restrição de acesso ao grupo, apoiando tal prática, principalmente, em duas premissas: falta de reconhecimento ou legitimidade de fala; e a teoria do despreparo técnico. Ambas as maneiras se apoiam em ferramentas de normalização e exclusão, que envolvem tanto o *texto* quanto a *prática*.

Assim, a *polícia do trabalho* de Certeau, unida à *polícia do discurso* foucaultiana, dão forma ao *leviatã* da disciplina, o *lugar social*, que embebido em um poder simbólico, aos moldes propostos por Pierre Bourdieu,⁹ negam voz e vez aos elementos marginais, que gradativamente se instrumentalizam a fim de serem reconhecidos como iguais, afinal, “qualquer que seja o campo, ele é objeto da luta tanto em sua representação quanto em sua realidade”.¹⁰ Tal análise coroa nossa compreensão sobre as relações entre os indivíduos em torno dos periódicos, que acabam se tornando uma arma nos debates historiográficos e profissionais.

Tão profunda é essa marca do *lugar* como elemento determinante sobre os sujeitos, que permanentemente é possível “esbarrar” em suas fronteiras. Por uns, tais barreiras são conhecidas e, invariavelmente estabelecidas e defendidas pelos *estabelecidos*, que conformam o *campo*, e que podem conceder acesso e espaço aos *integrados*; o fato é que em todos eles o fator *espaço*¹¹ é objeto permanente de reconhecimento e de disputa. Trata-se de um aspecto, sem dúvida, preponderante para a afirmação de um determinado conjunto de poderes, que no caso da *intelligentsia*, ou intelectualidade, está assentada, fundamentalmente sobre um

⁸ As *Leis do meio*, nesse contexto não se referem a um conjunto de leis e normas científicas, e sim como elementos de normalização social. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 56.

⁹ Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 29.

¹¹ Aqui a espacialidade é abstrata, não se restringindo a uma localidade física. O espaço nesse contexto remete a reconhecimento dos pares e o direito de opinar ou determinar as práticas.

conjunto de saberes, afinal, “a pesquisa está circunscrita pelo *lugar* que define uma conexão do possível e do impossível”.¹²

Proposta semelhante à de Michel de Certeau é a de Pierre Bourdieu, no entanto, a inflexão entre ambos está na maneira que o *lugar* permite ou proíbe algo ou alguém. Se para Certeau a *polícia do trabalho* é a responsável pelo processo de exclusão, para Bourdieu o *habitus* é o elemento de segregação. Ele é um

sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de *percepções*, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.¹³

O *Habitus* seria um conceito que articula a realidade social exterior e o mundo da subjetividade interior. Um conceito que permite compreender a agência humana e que expressa a troca constante que existe nas relações sociais, tanto nas disposições estruturadas do social quanto nas estruturantes, dos indivíduos, com sua orientação e marcas no cotidiano. O *habitus* seria uma subjetividade socializada.¹⁴

De maneira mais clara, a *polícia do trabalho* se constitui como uma barreira invisível fundamentada na cultura dos pareceres julgadores da qualidade textual, apontando quem possui ou não a “melhor história” dentro de parâmetros pré-estabelecidos pelos sujeitos discursivos. Já o *habitus* é o processo que se estabelece em torno das *práxis*, é a afirmação a partir da análise do domínio da técnica. Porém o fator em comum entre ambos, é que o elemento marginal é sempre “julgado” por aqueles nomeados de iguais.¹⁵

¹² CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 63, grifo nosso.

¹³ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 65.

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Løic Wacquant**: réponses. Paris: Seuil, 1992, p. 101.

¹⁵ Além de Michel de Certeau e Pierre Bourdieu ver: BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. **Revista História**, v. 17, n. 1, p. 223-238, 2012;

Esse embate pelo reconhecimento e pela inserção de novas perspectivas analíticas se dá, em sua maioria, entre sujeitos de diferentes gerações, que por suas particularidades acabam gerando elementos de disputas,¹⁶ transparecidos em atritos que por diversas vezes acabam extrapolando para a textualidade, ou representadas em *dispositivos* apreendidos pelos grupos no intuito de estabelecer aquilo que Gilles Deleuze denominou de *maquinas de guerra*,¹⁷ ou seja, meios que fomentam as tensões, permitindo o permanente estado de conflito, onde a premissa é tornar possível a inversão da ordem em vigência.

Nesse sentido, Júlio Benvoglio, aponta que as revistas de história são veículos fundamentais nos agenciamentos da história, na criação de correntes, na divulgação de pesquisas, e para travar o debate historiográfico. Para ele, elas são

máquinas de pensamento, linhas de fuga existentes ou produzidas nas margens dos saberes que emergem ora como resistência, ora como desvio, ora como criação. E as revistas como uma *arma pontual de disputa entre determinadas correntes historiográficas*.¹⁸

Independentemente da origem da cisão, o fato é que os atores desse processo buscam estabelecer territórios e *lugares* de poder intelectual e simbólico, o que significa possuir voto decisório no que concerne à pesquisa, práticas, discursos e financiamentos, e “para realizar essa tarefa, o cientista deve afirmar um conjunto complexo de compromissos intelectuais e *manipulativos*” deixando claro “sua

WASSERMAN, Cláudia. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, v. 19, p. 66, 2015.

¹⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: ED. UFSC, 2014.

¹⁷ Cf. DELEUZE, Gilles. 1227 – Tratado de Nomadologia: a Máquina de guerra. *In.*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 8.

¹⁸ BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra. **Revista de História**, v. 17, n. 1, p. 225, 2012, grifo nosso.

capacidade de trocar essa rede de compromissos por outra, [geralmente] *inventada por ele mesmo*".¹⁹

Haja vista os elementos disposto percebe-se, que essa tensa relação entre o *lugar* e o *sujeito* deixa transparecer que algo “pesa sobre nós, invisível, algo mais sólido que o aço, e no entanto incrivelmente instável”,²⁰ trazendo à tona uma das teses da *genealogia do saber* propostas por Michel Foucault, a de que “o indivíduo é uma produção do poder e do saber”,²¹ que certamente poderia ser complementada com a afirmação de que tal consequência está mediada por um complexo regime de relações disciplinares e normativas.

Com esses elementos em mente e voltando o olhar para o campo da disciplina História, podemos então propor que a institucionalização e expansão de um dado regime disciplinar é mediada pelas autoridades e hierarquias construídas em torno de um *lugar social*, disciplinado e institucionalizado, que coordenado por um conjunto central de sujeitos, permite ou censura determinadas práticas historiográficas, promovendo uma larga e rápida retração do horizonte de expectativas dos sujeitos periféricos.²²

Diante dessa leitura do complexo processo de construção social, que se apresenta permanentemente mediado por um conjunto de competências, o que aqui se propõe é a compreensão dos parâmetros de consolidação disciplinar partindo de uma leitura social das relações políticas do *campo* intelectual, fundamentada na leitura do conjunto de ferramentas que os sujeitos de destaque do campo lançam mão a fim de se consolidar em determinado *lugar social*, isso, apoiado em um largo arcabouço analítico que possui a história da historiografia como pano de fundo.

¹⁹ KUHN, Thomas. **A tensão essencial...** *Op. cit.*, p. 243, grifo nosso.

²⁰ LATOUR, Bruno. **Reagregando o social...** *Op. cit.*, p. 41.

²¹ MACHADO Roberto. Por uma genealogia do poder. *In.*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

²² Sobre a proposta de censura por agentes reguladores do campo científico da História ver: PERPÉTUO, César H. Z. **Historiografia Americana em Revista: a American Historical Review (1895 a 1915)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Para tanto, realizar-se-á a construção de uma análise política do mundo intelectual da disciplina História a partir das redes de influência que se estabeleceram em torno dos periódicos especializados, visando demonstrar de que maneira os sujeitos de maior relevância no campo se apropriaram desses dispositivos a fim de afirmar um *poder*, um *lugar* e um *discurso* sobre a disciplina História no Brasil, já que na medida que as relações foram se tornando cada vez mais tensas e complexas entre os membros de prestígio do campo, mais ferramentas foram necessárias, e estabelecidas, com a finalidade de se afirmar frente a seus iguais.

Tal caminho será tomado no intuito de elucidar a *hipótese* de que a formação de comunidades, que se proliferam e dão dinâmica ao *campo*, não está fundamentada no reconhecimento de competências normalizadas por um conjunto prévio de exigências que são permanentemente verificadas pelos ditos pares, mas sim na negação das mesmas, já que é a partir desse processo que novas correntes de pensamento se estabelecem, retroalimentando permanentemente os embates geracionais, que tornam cada dia mais evidentes os processos de disputa entre os sujeitos que compõem esse *macro campo intelectual*.

Com essa perspectiva em mãos, e se a *operação historiográfica* é mediada pelo *lugar*, pela *prática* e pela *escrita*, sendo essa última a resultante do processo, como proposto por Certeau, compreende-se que deve ser essa a fonte de análise de quem busca entender a ação do conjunto regulador de forças que agem dentro do processo de constituição disciplinar, pois a historiografia torna-se, nesse contexto, uma memória, possibilitando, por meio da análise de seu *corpus*, a construção de um fundo documental pautado em elementos mediados pelo *lugar* e caracterizados como regulatórios, e que deixará transparecer afinal que entre nós, “nunca se prestou a devida atenção às consequências ligadas ao fato de que o escritor, o artista, e mesmo o erudito, escrevem não apenas para um público, mas para um público de pares que são também concorrentes”,²³ e *não, iguais*, como se supõe.

Portanto, concordando com Michel de Certeau, quando o mesmo afirma que a escrita da história parte de um determinado *lugar de fala*, e que tal escrita reflete um

²³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 108.

conjunto de aspirações de um dado *grupo* no qual o historiador está imerso,²⁴ acreditamos que a construção de um parâmetro analítico apoiado no estudo das relações políticas do campo intelectual, tendo como ênfase a análise das ferramentas, dispositivos, influências e heranças que os mesmos lançaram mão com vistas a um dado *lugar social*, seja um dos caminhos mais férteis, e ainda pouco explorado, para uma ampla expansão dos horizontes da história da historiografia, afinal,

todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. *São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar.*²⁵

Tal construção fundamentada no arcabouço historiográfico e sua massa crítica é possível, haja vista que a história da historiografia é, por essência, e excelência, elemento analítico da intelectualidade e sua historicidade.²⁶ Esse tipo de análise da historiografia contribui para uma leitura menos apaixonada, e mais crítica, do processo de escrita e ascensão de um determinado tipo de história, descolando-nos daquilo que Arthur Assis chamou de paroquialismo historiográfico.²⁷

Essa interpretação, ou ressignificação, da historiografia, por meio da história de relações de poder e de força, possibilita a compreensão do embate entre correntes de pensamento antagônicas, e como elas se tornam hegemônicas ou são mantidas

²⁴ Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*

²⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In.*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 248, *grifo nosso*.

²⁶ Devemos elucidar aqui nossa posição acerca da compreensão daquilo que seria historiografia. Nos apropriando do conceito de *Historie* analisado por Koselleck em sua obra *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, compreendemos como historiografia todo o conhecimento produzido acerca do passado, seja ele construído com o auxílio de aportes teórico-metodológicos, como proposto por Jurandir Malerba, Jörn Rüsen e Estevão Resende, ou não. Se optássemos pela exclusão das obras que não obedeceram o conjunto ritualístico da técnica, seria enorme o volume de textos categorizados como historiográficos e que seriam legados ao charco da escrita.

²⁷ Cf. ASSIS, Arthur Alfaix. Prefácio. *In.*: MALERBA, Jurandir. **Notas à margem: teoria e crítica historiográfica**. Serra: Editora Milfontes, 2018, p. 12.

no ostracismo. Então, o que aqui dispomos é que a história da historiografia não deve se furta da análise conjuntural do sistema de relações que se desenvolvem em segundo plano, a fim de desvelar os desdobramentos da prática historiográfica de um dado autor, conjunto de atores ou das ditas escolas históricas, ou seja, a construção do elemento conjuntural do sistema de influências e heranças, a exemplo das abordagens realizadas, por Anthony Grafton, Pierre Bourdieu, Christophe Charle e Jean-François Sirinelli.²⁸

Tendo em vista que compreendemos a historiografia como *corpus* documental mais adequado para a análise das atividades que regem o *campo*, afinal, como defendido por Lucien Febvre, “a História faz-se com textos”,²⁹ consideramos, dado ao exposto, que as revistas de História destacam-se como objeto privilegiado para a composição desse fundo documental e visualização das composições e articulações que se estabelecem em determinados momentos de expansão ou retração da pesquisa histórica, isso, dado seu significativo valor como elemento estratégico para os sujeitos e para os grupos que almejam destaque e poder dentro do campo, afinal, segundo Júlio Benvoglio, as revistas são um “*locus* distintivo que dá pra ver as ações e as estratégias epistemológicas e de poder lançadas pelos historiadores”,³⁰ proposta que vai claramente ao encontro dos elementos até aqui dispostos.

Para Olivier Levy-Dumoulin, “as revistas de história desempenham um papel central na história acadêmica; narrar sua evolução é escrever a história da disciplina

²⁸ Cf. GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre nota de rodapé. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1998; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros...** *Op. cit.*; CHARLE, Christophe. **Naissance** des “**intellectuels**”. 1880-1900. Paris: Editions de Minuit, 1990; CHARLE, Christophe. **Homo historicus. Réflexions** sur l'**histoire**, les **historiens** et les **sciences sociales**. Paris: Armand Colin, 2013; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais... *Op. cit.*

²⁹ FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 16, grifos nossos.

³⁰ BENTIVOGLIO, Júlio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? *In.*: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 8.

sob uma luz particular”,³¹ já para Sirinelli, o estudo das revistas proporciona, assim como os manifestos ou abaixo assinados, uma maior, e melhor, compreensão das estruturas e das dinâmicas do campo intelectual, isso, pois as mesmas agem como elementos de adesão e de exclusão, contribuindo significativamente para uma leitura daquilo que o autor denomina de *microcosmo intelectual*, afinal, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva”.³²

Por sua posição estratégica, as revistas acabam se tornando *dispositivos* essenciais para amalgamar o sistema de bens simbólicos que legitimam um dado conjunto de práticas, isso, a partir de um sistema normativo que habilita, ou exclui, os sujeitos dos espaços de fala, retroalimentando o discurso de excelência face as demais propostas “concorrentes”, ou seja, um dispositivo mediador, que fomenta, abertamente o processo de disciplinarização e normalização das práticas.³³

Assim, uma análise mais profunda e apurada da relação que os sujeitos têm com os periódicos e como as apropriações da escrita giram em torno dos mesmos, permitirá um melhor entendimento dos processos de disciplinarização e expansão da história, a partir da constituição de uma memória disciplinar que tem como objetivo fundamental desvelar a mítica de um projeto de excelência frente a face mais caótica e brutal do sistema de avaliação e aprovação de supostos pares.

Daremos ênfase a alguns historiadores e historiadoras que compõem o conselho editorial e consultivo de algumas das mais destacadas revistas de história acadêmicas brasileiras para ilustrar essa geopolítica da história disciplinar e disciplinarizada no Brasil.

Enfim, o que aqui se propõe é uma história da historiografia que se preocupe com a maneira que os sujeitos se apropriam de ferramentas e dispositivos objetivando consolidar suas posições e poderes. Uma história da historiografia que para desvelar

³¹ LEVY-DUMOULIN, Olivier. *Revue historiques*. In.: DELACROIX, Christian. **Historiographies. Concepts et débats**. t. 1. Paris: Gallimard, 2010, p. 586, coleção Folio Histoire.

³² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais... *Op. cit.*, p. 249.

³³ A relação poder e saber pode ser melhor acessada em: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

os aspectos disciplinares mais elementares olhe *para além do texto* e leve em consideração as ações dos atores envolvidos, utilizando, por exemplo, mecanismos, que segundo Wasserman, possui fundamentação na escola francesa e que “propõe uma cartografia dos intelectuais contemplando *redes de sociabilidade*, filiação política, gerações, itinerários, entre outros aspectos”.³⁴

Dada a massa de personagens que compõem esse, suposto, universo social, que se sustenta em torno de uma comunidade imaginada, compreende-se, como proposto por Dominick La Capra, que é possível a inserção da história intelectual como uma subdisciplina da história da historiografia a fim de produzir uma articulação com a história política buscando elucidar os mecanismos de relação que constituem um *campo*,³⁵ mais especificamente o *campo científico* da disciplina História, afinal, “a história dos intelectuais se tornou, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”.³⁶

Entretanto, mesmo considerando a intercessão entre a história política e a história intelectual o melhor caminho a seguir, é necessário, dentro da mescla de questionamentos que ainda a cercam, trazer à tona a perspectiva que norteará o processo de construção dessa análise. Para tanto utilizar-se-á os apontamentos de Helenice Rodrigues da Silva, que elenca, dentro da tradição francesa de análise dos intelectuais, alguns aportes mais adequados a esse tipo de leitura do universo social, que são as perspectivas sociológica, histórica e discursiva.³⁷

Apesar de compreendermos que tais aportes estão permanentemente entrelaçados no conjunto *lugares, práticas e falas*, consideramos a perspectiva sociológica o melhor caminho a ser trilhado a fim de elucidar os elementos propostos, afinal, tal abordagem contribuirá para desvelar o “funcionamento de uma sociedade

³⁴ WASSERMAN, Cláudia. História intelectual... *Op. cit.*, p. 66.

³⁵ LA CAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos*. In.: PALTÍ, Elias José. **Giro Linguístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 1998, p. 238.

³⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais... *Op. cit.*, p. 232.

³⁷ SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In.: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-24.

intelectual, isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus *habitus*”, dando ênfase as “*redes de sociabilidade*, os modos de filiação, as gerações intelectuais, a lógica dos lugares, dos interesses e das situações”.³⁸

Essas opções teórico-metodológicas, para o trato das relações intelectuais que cercam a historiografia, foram feitas dadas as possibilidades de desenvolvimento de diversos tipos de mapeamento a partir da circulação de atores e ideias dentro de um determinado *campo*, o que possibilita, a partir da confecção dos *diagramas de redes sociais*, uma melhor compreensão da complexidade do sistema social e suas diversas dimensões.

A partir da cartografia intelectual é possível desmistificar que o processo de constituição de uma dada disciplina está sustentado em uma superestrutura piramidal, onde os de maior competência intelectual e institucional estão no topo e os de menor capital formam uma superbase de apoio. Ademais, a partir desse olhar, perceber que esse processo de construção disciplinar está constituído por um complexo constructo de engenharia social, e que pende para um mundo social planejado, com sujeitos compondo comunidades autônomas, com maior ou menor grau de relevância, que disputam entre si os lugares de decisão do *campo*. Essa cartografia planejada, alimentada pelas disputas e pelos atores de relevância das comunidades, deixa transparecer que o campo se constitui muito mais topograficamente do que estruturalmente.³⁹

³⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão... *Op. cit.*, p. 16.

³⁹ Consideramos que a teoria de campo de Pierre Bourdieu é elementar e até mesmo fundamental para quem almeja construir análises gerais para a compreensão da formação dos múltiplos universos sociais que constituem uma comunidade, assim como as proposições de Norbert Elias, Michel Foucault, Stuart Hall, entre outros. No entanto, é necessária a construção de um adendo, ou crítica, a essa teoria. Apesar de negar a ligação com as teorias estruturalistas, a proposta de Bourdieu para os sistemas sociais é claramente estrutural, no qual se vê os sujeitos detentores de maior capital simbólico no topo e os providos de menor grau de grandeza desse mesmo capital se diluindo abaixo daqueles. O próprio Bourdieu chega utilizar na obra *O poder simbólico* os termos estruturas estruturadas e estruturantes. O fato é que o sociólogo não levou em consideração, em sua teoria, um ponto, que é o desdobramento ou composição múltipla dos campos sociais. Ou seja, dentro de um mesmo campo podemos ter uma infinidade de células, compostas por sujeitos de igual capital simbólico, disputando entre si, ou

Logo, são pelos motivos até aqui expostos que se considera a história política do *campo intelectual* a melhor ferramenta de avaliação do *campo* da História. Essa metodologia permite visualizar que as determinações do campo perpassam, indubitavelmente, pela construção e fortalecimento de um conjunto profundo e imbricado de relações pessoais, discursos, lugares, e proposições morais, enfim, uma cadeia de fatores que acabam por constituir um amplo e emaranhado *rizoma*, que possibilita um maior fortalecimento de seus elementos nucleares, ou centrais, em uma proporção muito maior do que os conjuntos apoiados em superestruturas, como proposto por Bourdieu, afinal, mais do que essas, o *rizoma* é “contra um fechamento, contra regras estabelecidas, o pensamento rizomático se move e se abre, explode em todas as direções”.⁴⁰

A perspectiva rizomática, ao contrário da estrutura – que possui uma forma de compreensão linear, estratificada e aparentemente rígida –, é dotada de plenitude e de movimento. Dessa forma, se a suposta rigidez da estrutura acaba por reduzir e limitar a leitura dos extratos e dos campos sociais, o *rizoma*, a partir de sua característica múltipla e a-linear, possibilita uma ampliação dos horizontes por meio de multiplicidades variáveis do uno.

Assim, podemos compreender o campo a partir da metáfora de *um universo em uma casca de noz*, onde externamente existe uma visível e suposta rigidez, mas que internamente está em um estado de efervescência, tornando as relações entre os sujeitos descentralizadas, já que o ser e estar no poder, configura-se e desconfigura-se a partir das conexões e alianças entre os mesmos, apoiando-se em uma enorme

propondo alianças estratégicas no intuito de comandar. Por esse motivo estamos propondo uma derivação da teoria de Bourdieu, em que a análise sociológica do campo da disciplina História leve esses elementos múltiplos em consideração, o que torna possível uma visão mais panorâmica dos lugares de fala, do conjunto de práticas e da produção técnica. Por esse motivo a utilização do termo topográfico, pois a partir desse tipo de leitura podemos perceber as áreas de concentração em maior evidência bem como os espaços de maior disputa ou estabilidade – curvas de nível e mapas de Kernel. Traduzindo de forma mais direta e utilizando a definição do Centro de Informações Topográficas dos Estados Unidos: “*um mapa topográfico é uma representação gráfica detalhada e precisa dos relevos*”.

⁴⁰ TRINDADE, Rafael. **Deleuze, rizoma.** Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2013/09/21/deleuze-rizoma/>. Acesso: 06.12.2017.

rede que é “formada por fluxos, misturas, conexões tendo sempre múltiplas entradas e saídas”.⁴¹

A construção analítica do *campo científico* ou *intelectual* a partir da leitura rizomática de Deleuze e Guatarri amplia a compreensão do universo social na contemporaneidade, tendo em vista que os sujeitos de hoje, mais do que os de ontem, permanecem amplamente conectados a novas redes e grupos, constituindo “novas formas a todo instante, escapando de configurações prévias”,⁴² afinal, “o rizoma produz agenciamentos múltiplos, configurando um mapa que a toda hora está em mudança”.⁴³

Com isso, no intuito de construir uma leitura do universo social do campo disciplinar da História, tendo o lugar social do historiador como mote e o conjunto de práticas desenvolvidos por esse no intuito de se estabelecer como pivô das regras, esse texto será dividido em três partes objetivando esclarecer os apontamentos aqui levantados.

A primeira parte discorrerá sobre a ideia de esfacelamento da história, sustentada a partir da ideia de disputa por um dado *lugar social*. Para tanto recorreremos a autores que se dedicaram a analisar o fenômeno de formação das ditas *escolas históricas*. Essa parte visa trazer à tona a maneira que os projetos de construção da disciplina, apoiados em determinadas *matrizes*, que se espalham e cristalizam em nosso meio.

Já a segunda parte propõe uma análise teórica das características do *campo intelectual* e daqueles que coordenam o conjunto operacional da disciplina. Essa parte possibilitará a compreensão do sistema de herança e disputas, que pautadas nos regimes de inclusão e exclusão possibilitam o surgimento de novas comunidades de pesquisa e debate.

⁴¹ FERREIRA, Flavia Turino. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 32, 2008.

⁴² *Ibidem*, p. 34.

⁴³ *Ibidem*, p. 36.

E por fim, a terceira parte, que há de abranger o processo de entrelaçamento dos sujeitos e seus dispositivos, possibilitando a compreensão de que ambos se tornam atores do processo, hora determinando os processos, hora intermediando-os. Nela trataremos mais especificamente no objeto de investigação, qual seja, as redes e hierarquias existentes nas três revistas escolhidas para a análise.

PARTE I:
NOVAS HISTÓRIAS EM VELHOS CAMPOS:
POR UMA NOVA HISTÓRIA OU POR UM LUGAR
NA HISTÓRIA?

Eles [os historiadores] não querem que se faça a história dos historiadores. Querem esgotar a imprecisão do detalhe histórico, mas não querem entrar na linha de cálculo dessa indefinição do detalhe histórico. Não querem estar na fileira histórica. Posicionam-se como se fossem médicos que não quisessem ficar doentes e morrer.

François Hartog

Seria difícil tratar de todo o desenvolvimento da história disciplinar no Brasil, da chamada historiografia profissional desde seus primórdios. Desse modo, começamos este estudo realizando aquilo que é um dos elementos basilares da reflexão histórica disciplinar, qual seja, o de fazer recortes. Fundamento da prática historiográfica contemporânea, delimitar um problema, um *corpus* documental, uma bibliografia, um espaço e um tempo é uma operação complexa marcada por escolhas e por uma racionalidade, que nos induzem a definir uma investigação e também a subsumi-la a contextos históricos particulares. Como qualquer escolha, esta tarefa não se realiza sem a possibilidade da crítica ou da existência de outros olhares que possam pensar o mesmo problema a partir de outras perspectivas e com outras abordagens possíveis. Se ao final da leitura ficarem claras nossas opções, bem como sua justificação, teremos cumprido, e contribuído, para o exercício de autorreflexão do ofício do historiador, afinal, quanto maior o número de questionamentos, maior será a capacidade de estabelecer caminhos de pesquisa visando retirar as “pedras do caminho” trilhado.

Por hora, apesar de ser ampla a proposição feita anteriormente, devemos, apenas, deixar claro que o questionamento central que perpassa por alguns apontamentos e argumentos que serão apresentados e que podem ser sintetizados em uma questão: até que ponto a proposta do novo na História, ou de uma *nova história*, representou colocar em prática algo realmente inovador e não apenas a luta pela apropriação ou redefinição do capital simbólico do campo disciplinar na historiografia?

Pode parecer que exista um misto de ceticismo e de arrogância no questionamento que levantamos, entretanto, o que de fato suscitou tal pergunta, e que deveras incomoda, é o *ensurdecedor* silêncio que se estabeleceu em nosso campo disciplinar frente às frequentes práticas do sistema de relações entre os sujeitos, relações estas construídas a partir de embates fervorosos e que de maneira deliberada foram deixadas à margem da historiografia, transparecendo que o desenrolar da disciplina se deu em um franco ambiente de harmonia e tranquilidade.

Questionar, então, o surgimento do “novo” em nosso campo é perseguir uma história das relações de força que se estabeleceram com fins de introduzir uma dada hegemonia na pesquisa histórica, constituindo assim o sistema de autoridades, enfim,

é a constituição de uma memória disciplinar desenvolvida a partir de um conjunto de práticas. É o encarar o abismo e desvelar o que legamos à margem, ou se preferirmos, é entender o que produzimos, forçadamente, de esquecimentos.

Para Arthur Ávila,

é fundamental também colocarmos o cânone da disciplina sob escrutínio. Antes de pensar a história da historiografia como uma série de “escolas” ou “revoluções”, cristalizando determinados momentos em detrimento de outros, em que o conhecimento histórico foi se expandindo constante e teleologicamente em direção a estágios verdadeiramente científicos, deveríamos, como questão pedagógica fundamental, *questionar* os meios pelos quais tais cânones foram constituídos, seus efeitos políticos e as concepções de história que ensejam. Em outras palavras, o que está dentro e o que está fora do cânone? Quais são os autores e autoras privilegiadas e quais posições teóricas são normatizadas como “histórias de verdade”? Quais as críticas possibilitam e quais impedem? Quais exclusões são explícitas e quais são implícitas? Quais tradições reafirmam e quais ocultam? Quais lugares são naturalizados? E, por fim, quais práticas daí derivam? Ainda que pareçam óbvias, estas indagações podem desestabilizar as operações disciplinares de canonização, que tentam ocultar suas origens no chão mundano das disputas políticas inerentes à disciplina (sua historicidade) para se apresentarem como sendo o resultado “natural” do seu desenvolvimento interno.⁴⁴

Dito isto, certamente, a melhor maneira de iniciarmos essa análise é resgatando dois questionamentos de significativa relevância que são: o que faz o historiador quando escreve a história? Proposto por Michel de Certeau,⁴⁵ e, quais são os usos sociais da ciência? de proposição de Pierre Bourdieu.⁴⁶ Esses dois

⁴⁴ AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História?. In.: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 2. ed. rev. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 36-37.

⁴⁵ Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*

⁴⁶ Cf. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais das ciências...** *Op. cit.*

questionamentos podem nos ajudar a trilhar caminhos que serão fulcrais para elucidar o conjunto de relações que se estabelecem entre os atores políticos, os dispositivos que os mesmos lançam mão e seus fins ou objetivos, no intuito de aclarar a via que nos norteia, que é a “de como se formaram domínios de saber a partir de práticas políticas disciplinares?”.⁴⁷

Assim, por mais repetitivo, e obvio, que a temática dessa análise possa parecer, esse texto tem como objetivo central discorrer acerca do ofício do historiador. Compreende-se que muitos foram aqueles que se debruçaram sobre essa querela, entretanto, algo difere esse, daqueles, que é a ótica. Em outras palavras, não estamos preocupados com trajetórias individuais e sim em percursos coletivos, mirando assim um tipo diferente de memória disciplinar, ou seja, não buscamos por uma nova e elogiosa *apologia*, mas, compreender os *combates* pela História, lançando luz sobre *o que faz o historiador quando escreve a história, e*

ao trazer à tona tal universo, arrisca-se a tomar como objeto seu próprio mundo, sua posição e as relações aí geradas, para o qual mobiliza as ferramentas de objetivação de um campo composto por diferentes espécies de capital que forjam a estrutura de distribuição de poderes particulares constitutivos do princípio das tomadas de posição tanto intelectuais quanto políticas.⁴⁸

Ou como afirmado por Pierre Bourdieu, optando por essa trajetória, “[exponho-me] assim como a todos que escrevem sobre [esse] mundo social, a uma reflexividade generalizada”.⁴⁹

Para isto se faz necessário revisitar o conjunto de práticas do historiador, haja vista que a partir da segunda metade do século XX uma série de questionamentos acerca desse ofício se abateu sobre a disciplina, criticas essas, que trouxeram a

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir...** *Op. cit.*, p. 27.

⁴⁸ HEY, Ana Paula. Homo Academicus. *In.*: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 225.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 15.

compreensão de tempo e escrita da história para o epicentro do debate, tornando crônica a demanda por uma reformulação da “oficina do historiador”.

1.1. Inovações recentes da historiografia contemporânea: em busca de uma nova História

Acirrado ao longo da década de 1960, período de eclosão dos movimentos ligados à contracultura, aos operários e a independência de colônias europeias tanto na África quanto na Ásia, esses questionamentos sobre o “fazer história” levaram os sustentáculos disciplinares – homem, tempo e narrativa – a uma profunda crise epistemológica, transparecendo que a forma de produção acerca do vivido, ancorados em pressupostos modernos, não davam mais conta de explicar a possibilidade de múltiplas, e possíveis, compreensões do passado.⁵⁰ Esse conjunto de acontecimentos levaram, definitivamente, a História a um momento crítico, em que a escrita tomou lugar central sob os holofotes.

Nesse cenário, os domínios, se é que existem, e os campos da História se tornaram críticos ao abarcar um enorme conjunto de transformações em curso. Passíveis de serem enquadradas sobre diferentes parâmetros – político, social, cultural, científico, acadêmico ou outro qualquer que seja – as práticas em torno da pesquisa e da produção de História ganhou uma outra dinâmica, indicando novos horizontes para o trabalho de historiadores e historiadoras que deixavam o diletantismo ou a formação em outros campos, e seguiam a trilha da especialização e da profissionalização.

A compreensão das marcas deixadas pela demanda de releituras acerca da temporalidade, da constituição da própria disciplina histórica, de suas escolhas e periodizações, indicavam a necessidade de rupturas com traços duradouros do pensamento histórico posto até então, ganhando maior aderência junto a determinados espaços de renovação do conhecimento histórico brasileiro, que ao

⁵⁰ Para entender melhor as possíveis “raízes” do problema da crise na disciplina História ver: KOSELLECK. Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

longo do século XIX orbitou quase exclusivamente em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.⁵¹

Essa mudança de consciência para o fato de que nenhum acontecimento é exclusivamente social, político ou cultural,⁵² levou a outras questões, e uma delas é a produção de sentidos, que com o “enquadramento” da história sofre uma drástica redução do conjunto de fatores que cercaram aquele dado acontecimento, transpondo assim para a narrativa um conjunto restrito de informações, ocasionando, inegavelmente, uma redução da representação do passado. Ou seja, a profunda fragmentação do passado leva a uma redução da realidade histórica, dado que a linguagem não consegue transparecer o sentido do fato ou acontecimento.⁵³ A questão é que com o modelo de constituição da narrativa histórica tradicional sendo questionado, levantava-se uma fragilidade na prática do historiador, trazendo à tona a necessidade de se repensar a disciplina.

Enfim, esse debate tomou corpo e proporções significativas no período anteriormente citado, tornando-se o cerne das discussões em países como os EUA, França, Alemanha e Inglaterra. São de lá as obras que mais tarde – principalmente a

⁵¹ Sobre a centralidade do IHGB na institucionalização e na promoção da pesquisa histórica no Brasil durante o século XIX Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In.*: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017; GUIMARÃES, Lúcia. M. Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007; GUIMARÃES, Lúcia. M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo: Annablume, 2011; GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *In.*: **Revista Topoi**, p. 184-200, 2002; GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011; GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *In.*: **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

⁵² BARROS, José d'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 15

⁵³ Cf. GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto/ Puc-Rio, 2010.

partir da década de 1970 – se tornarão seminais⁵⁴ e que também acabarão por orientar a historiografia profissional no Brasil.

O surgimento dessas múltiplas compreensões dos conceitos de tempo, passado, futuro, progresso e individualidade que afloraram no mundo a partir do século XVIII, fomentadas por uma herança modernizante produzida pelo Iluminismo, possibilitou o florescimento de debates mais amplos acerca do passado. A ampliação desses panoramas que abarcaram os conceitos de tempo e passado pelos diversos paradigmas científicos, que também aparecem nesse período e se expandiram ao longo de todo o século XIX, colocaram em xeque práticas historiográficas postas até então, como foi o caso dos eruditos, ou românticos, franceses do final do XVIII.

Enquanto esse debate aconteceu de maneira fervorosa para além de nossas fronteiras, no Brasil, o período e a situação disciplinar é um tanto turbulenta. Historiadores começavam a trilhar efetivamente, a partir dos anos de 1950, o caminho da história disciplinada. Nos anos de 1960 o sistema de ensino superior sofreu com a reorganização das universidades, a definição de grades curriculares para os cursos de graduação e, também, o estabelecimento de princípios orientadores para a pós-graduação. Foi a partir desse ponto que história e pesquisa se tornaram sinônimos. Fato digno de lembrança é que esse processo se deu durante o período do golpe de 1964 e posterior estabelecimento de uma ditadura no país, o que colocou na berlinda, principalmente, historiadores e historiadoras de inclinação marxista.

O fato é que nos diferentes cursos de História que existiam espalhados pelo país, boa parte do corpo docente não possuía formação específica em História. Muitos haviam se graduado em outras áreas, sobretudo em Direito e Filosofia, e eram raros aqueles que tinham obtido um doutorado na área. Com cursos voltados quase que exclusivamente para a formação de professores urgia, naquele momento, intensificar a especialização e, evidentemente, reforçar a dimensão da pesquisa ao lado de uma formação voltada para o magistério.⁵⁵

⁵⁴ Esse debate pode ser assistido principalmente na revista *History & Theory* entre os anos de 1961 e 1980.

⁵⁵ Cf. GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria H. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.

O fato é que, tanto no cenário europeu, quanto no Brasil, a ampliação destas percepções fomentaram um constante questionamento sobre a “eficiência” da História, produzindo um permanente estado de tensão, fazendo com que a cada “nova crise”, que se abatia sobre a disciplina, os historiadores buscassem a “reinvenção” dos processos metodológicos e dos pressupostos teóricos afim de estabelecer uma *nova história* com vistas a dar uma resposta a seus “algozes”, mesmo, que nem sempre atinjam o objetivo proposto ou esperado. Tais desdobramentos envolviam, necessariamente muitos embates que também tinham uma natureza geracional, localizada na distinção entre os velhos mestres e os novos profissionais da história. Esse momento, no caso brasileiro, foi marcado por uma verdadeira inflexão nos rumos da pesquisa e do ensino de História no Brasil.⁵⁶

Revisitando esse passado disciplinar, facilmente iremos corroborar o estado permanente de conflito, que François Dosse, Peter Burke, Christian Delacroix, Bourdieu e Martin, entre outros, explanam de maneira contundente em suas obras,⁵⁷ ao deixarem transparecer que as crises da história se perpetuam ao longo de todo o desenvolvimento da disciplina, sempre produzindo, de maneira indireta, tradicionais e inovadores, velhas e novas gerações. Tal inflexão conheceu a historiografia brasileira a partir dos anos 1950, intensificando-se de 1970 em diante. A própria criação da ANPUH, em 1961, com seus debates sobre a formação de professores de História, currículo, o ofício e definição de metodologias, entre outras, são evidências nessa direção.

É nestes mesmos momentos críticos e de renovação – que indicam a dinâmica que existe em qualquer campo científico – que podemos observar os

⁵⁶ Ver, a este respeito: GLEZER, Raquel (Org.). **Do Passado para o Futuro**: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011; OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer História, escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *In.*: **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

⁵⁷ Cf. DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à nova história. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003; BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1992; DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA Patrick. **As correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012; BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

antagonismos e o embate direto entre os que representam o *status quo*, e os que almejam tomar o seu lugar ou construir seus próprios espaços de poder. É o instante em que *antigos* e *modernos*, ou *estruturas estruturadas* e *estruturas estruturantes*, como proposto por Pierre Bourdieu, entram em xeque e em choque, produzindo seus “mártires” e suas ferramentas de difusão, ou seja, é nesse ponto de convergência que se dá a disputa pelos lugares sociais.⁵⁸

Entretanto, esses conflitos – algumas vezes velados e em outras francamente abertos – produtores das chamadas “novas histórias” trazem à tona uma série de questionamentos, entre eles: “o que é a chamada nova história? *O quanto ela é nova?* É um modismo temporário ou uma tendência de longo prazo? Ela irá – ou deverá – substituir a história tradicional, ou as rivais podem coexistir pacificamente?”.⁵⁹

A compreensão, e aceitação, desse estado de “crítica e crise” que envolve a disciplina História deixa transparecer o embate vivido pelos historiadores e que se circunscreve em uma relação direta entre “razão e sensibilidade”, sendo a razão o estado da arte proposto pelo legado modernizante do iluminismo e a sensibilidade pelos elementos de subjetividade interpostos a partir do momento que o historiador aceitou que o documento não é a única maneira de se “acessar” o passado.

Dentro desse contexto, a nomeada *nova história* pode ser considerada uma *História em tempos de crise*, surgindo a partir de uma superconsciência histórica que se retroalimenta ciclicamente de fatores endógenos. Uma história que se move, mediante tensões e transformações, possibilitando um campo dinâmico, mas hierarquizado, com relações de força que apontam para os movimentos importantes

⁵⁸ Antigos e modernos é apenas uma das várias denominações que esses grupos opositores podem receber ou até mesmo se autoneamar. Segundo Bernard Lahire “as práticas e estratégias dos agentes só se tornam compreensíveis se forem relacionadas às suas posições no campo. Entre as estratégias invariantes encontram-se a posição entre a estratégia de conservação e as estratégias de subversão do estado da relação de forças existentes: as primeiras são mais frequentemente as estratégias dos dominantes, enquanto as segundas correspondem às dos dominados. Essa posição pode assumir forma de um conflito entre ‘velhos’ e ‘novos’, ‘ortodoxos’ e ‘heterodoxos’, ‘conservadores’ e ‘revolucionários’, etc”. LAHIRE, Bernard. Campo. In.: CATANI, Afrânio Mendes [et al.]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 65.

⁵⁹ BURKE, Peter (org.). **A escrita da história...** *Op. cit.*, p. 9, grifo nosso.

realizados por e entre os sujeitos envolvidos. Uma história em mutação, afinal, como proposto por José Carlos Reis, “para continuar crítico, não há outro recurso, o historiador precisa aceitar a crise, as limitações, a precariedade dos resultados da sua ciência”.⁶⁰

Compreende-se assim que, por mais que diferentes perspectivas historiográficas estejam sob tensão, visando contribuir com a renovação das práticas, o que está, de fato, em colisão são os sujeitos políticos que buscam, primordialmente, destaque em um determinado lugar social. Muitos deles, sobretudo, valendo-se das próprias inovações científicas do campo, que absorvem ou se apropriam, ou ainda desenvolvem, infundindo novas práticas que passam a ser reconhecidas e adotadas, que no caso brasileiro, sobretudo a partir dos anos de 1960, foi um processo nitidamente observável.

Sabemos o quão perigoso é esse reducionismo da evolução disciplinar às disputas *de e pelo* poder, e que devemos sempre exaltar aqueles que sistematicamente contribuem para o amadurecimento da disciplina, dada suas largas e constantes contribuições para a expansão do campo. No entanto, uma reavaliação cautelosa do panteão de historiadores e seus “lugares de fala”, possibilita um melhor entendimento desse sistema cíclico de crises, alargando o espectro de compreensões acerca da constituição dos saberes, o que leva a uma interpretação da constituição de uma dada disciplina a partir da relação entre poder e saber, por compreender, assim como Roberto Machado, que

todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se forme tanto o sujeito quanto os domínios do saber. [...] não há saber neutro. Todo saber é político [...], [isso] porque todo saber tem sua gênese em relações de poder.⁶¹

Dentro dessa perspectiva trazemos à tona o questionamento central que orienta a primeira parte dessa análise, que é: o historiador, quando escreve a história, está buscando uma *nova História* ou um lugar na História? Essa dúvida nos leva a

⁶⁰ REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 17.

⁶¹ MACHADO Roberto. Por uma genealogia do poder... *Op. cit.*, p. 28.

pensar as múltiplas apreensões, compreensões e aplicações do passado, deixando transparecer que a história “se trata de um termo e um discurso em litígio, com diferentes significados para diferentes grupos”.⁶² E talvez, uma resposta provisória aponte que ambas as expectativas estão relacionadas, pois ao buscar um espaço de reconhecimento e de autoridade na História, evidentemente está envolvida a necessidade do desenvolvimento de práticas ou técnicas responsáveis pela produção de novos conhecimentos.

Como dito anteriormente, não devemos negar destaque àqueles que se dedicaram ao ofício do historiador e que contribuíram de forma sistemática para o desenvolvimento dos paradigmas e para a epistemologia da disciplina História. Entretanto, não podemos também lhes negar o *status* de parricidas que desenvolveram, tendo em vista que ao invés de proclamar os mestres e agregar conhecimento ao campo em desenvolvimento, destacando-se como aquilo que Thomas Kuhn chama de sujeito divergente, eles preferem negar a historiografia e se autoproclamar portadores de uma “nova história”.⁶³ Talvez, dentro desse processo, a exceção esteja nas gerações dos *Annales*⁶⁴, que além de edificar “monumentos” a seus *founding fathers*, se promoveram a partir das evoluções dos processos científicos e políticos por esses realizados.⁶⁵ Devo lembrar que estes embates, muitas

⁶² JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mário Vilela. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 41.

⁶³ “Tem sido recentemente argumentado que a substituição de uma história antiga por uma nova (mais objetiva e menos literária) é um tema recorrente na história da escrita da história. Tais afirmações foram feitas pela Escola de Ranke no século XIX, pelo grande estudioso beneditino Jean Mabillon, que formulou novos métodos de crítica da fonte no século dezessete, e pelo historiador grego Políbio, que denunciou alguns de seus compatriotas como meros retóricos, cento e cinquenta anos antes do nascimento de Cristo”. BURKE, Peter (org.). **A escrita da história...** *Op. cit.*, p. 18.

⁶⁴ E apenas nas gerações, já que um veemente e tenso debate se instaurou na França no final do primeiro quarto do século XX, tendo de um lado os chamados Metódicos comandados por Gabriel Monod, e de outro a “frente ampla” das Ciências Sociais, que no caso da História ficaram sobre a liderança da primeira geração dos *Annales* comandada por Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁶⁵ Refiro-me unicamente ao sistema de gerações e heranças que se desenvolveram dentro dessa matriz historiográfica, já que a primeira geração, marcadamente Marc Bloch e Lucien Febvre, estabeleceu uma relação tensa e conflituosa com a historiografia em vigor, por muitos nomeada de metódicos. Em relação ao Brasil, será possível verificar que muitos docentes da USP se consideram os “pais fundadores” da historiografia profissional e acadêmica no Brasil.

vezes violento, se dão de forma ritualizada e convivem com negociações, cooptações e mesmo com a solidariedade entre os envolvidos. As disputas por espaços, geracionais ou por questões de orientação teórica ou ideológica são marcadas pela cordialidade. Os próprios embates entre os primeiros *Annales*, entenda-se Marc Bloch e Lucien Febvre contra os metódicos na França era acadêmica e aplacada por mecanismos de assimilação. Afinal, como muitos *annalistes* daquele momento inicial, tratavam-se de alunos ou pupilos formados pelos próprios metódicos.⁶⁶ Em outras palavras, seja do período das grandes filosofias, seja no tocante ao debate sobre o *fim da história*⁶⁷, o processo de disputa pelos lugares tem se acentuando sistematicamente, e é observável em momentos específicos, como, a virada do século XIX para o século XX e localizado tanto nas proposições de Gabriel Monod contrárias à denominada escola erudita do final do século XVIII quanto nos embates de Henri Beer, François Simiand e mais tarde Bloch e Febvre contra os metódicos.

De qualquer forma, o fato é que a “nova história” se sustenta sobre um conjunto discursivo de excelência que busca, antes de tudo, a negação do outro e a afirmação de si. É a construção da autoridade alicerçada sobre o arenoso terreno da “melhor ciência”, na busca do deslocamento do eixo do poder, e que aqui podem ser nomeados tanto a partir das perspectivas de Norbert Elias, quanto de Pierre Bourdieu.⁶⁸

Logo, a crítica a essa construção historiográfica pacífica da disciplina se dá com o objetivo de apontar que há, entre os historiadores, uma certa “polícia discursiva”, bem aos moldes foucaultianos, que age de maneira velada a fim de

⁶⁶ Cf. BENTIVOGLIO, Julio. Marc Bloch. In.: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos A. **A constituição da história como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2014.

⁶⁷ Teoria iniciada no século XIX por Hegel e posteriormente retomada, no último quarto do século XX, no contexto da crise da historiografia e que teve Francis Fukuyama o maior difusor.

⁶⁸ Em Elias temos o embate discursivo do sistema de heranças externado pelos estabelecidos e *outsiders*, já em Bourdieu as disputas estão alicerçadas sobre a propriedade intelectual entre os estruturados e estruturantes. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 e ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

mascarar tais práticas e afirmar o conjunto de regras determinadas como adequadas ao campo. É com vistas a construção de uma crítica, necessária, a esse *corpus* normativo imposto por um determinado conjunto de sujeitos à partir de um dado lugar social, que tal análise deve ser construída. E para que isso seja um caminho possível a História “deve aplicar-se o princípio que aplica a todos os seres e saberes. Conhecer as suas mudanças no tempo, fazer uma história de si mesma”.⁶⁹

1.2. Renovação da historiografia e também renovação de historiadores?

Assim, consideramos que mais que uma “nova história”, a escrita posta em evidência nos chamados “tempos de crise” possui muito mais uma intenção política do que acadêmica propriamente dita, em outras palavras, maior do que a busca pelo fortalecimento da disciplina é a busca pela afirmação do *lugar social* do historiador. Esse tipo de poder simbólico não precisa ou demanda estar explícito, entretanto, ele é amplamente disputado, já que “constitui uma estrutura operante na formação das disposições dos indivíduos para perceber, apreciar e agir no mundo social”.⁷⁰ Ao analisar esse “jogo das sombras” Lidiane Rodrigues afirma que

nada mais equivocado do que supor que a invisibilidade dos *profissionais do controle* das publicações lhes exima da competição com seus pares – ao contrário, trata-se de um dos modelos mais perspicazes de participar dela.⁷¹

⁶⁹ REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico...** *Op. cit.*, p. 22.

⁷⁰ HEY, Ana Paula. Poder simbólico. *In.*: CATANI, Afrânio Mendes [et.al.]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 292. Ainda, segundo Arthur Ávila – ao parafrasear o historiador Antoon de Baets –, esse espaço em disputa subscreve o poder decisório sobre o conjunto de elementos característicos do campo que definem e autorizam a alcunha de Historiador(a), e que se dividem em quatro categorias: o currículo, a concessão de diplomas, a admissão de profissionais e o recrutamento de estudantes. Cf. AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História?. *In.*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 2. ed. rev. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 27.

⁷¹ RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. *In.*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A**

Por mais que existam vários exemplos acerca dessa busca da qual estamos tratando, demonstrar isso a partir da fala de um personagem icônico deixa transparecer, ainda mais, essa disputa pela afirmação em um determinado espaço social. Em 1965, em seu artigo *História e ciências sociais: a longa duração*, Fernand Braudel deixa, claramente, transparecer essa preocupação com a delimitação das fronteiras do campo, já que segundo o próprio Braudel, existe, por de trás dessa proposição de “membranas fluidas” o desejo de afirmar-se contra os outros.⁷²

Em obra homônima ao artigo anteriormente citado, no entanto dessa vez publicado em 1986, Braudel afirma que

foi por intermédio dos seguidores de Lucien Febvre e Marc Bloch que a História *apoderou-se*, bem ou mal, mas decididamente, de todas as ciências do homem e entregou-se a um *imperialismo* juvenil, mas com os mesmos direitos e da mesma maneira que todas as outras ciências humanas de então: pequenas nações [...] que, cada uma por sua conta, sonhavam [...] *atropelar e dominar* tudo. Desde então a História persistiu nessa mesma linha, *alimentando-se* das demais ciências do homem.⁷³

Essas práticas e caminhos, explanados por Braudel, como entes determinantes das ações dos sujeitos do campo disciplinar, deixam transparecer a luta encarniçada que se estabelece entre as áreas e seus membros no intuito de estabelecer um tipo de monopólio sobre a determinação das ações do campo. O objetivo dessas lutas reside, segundo Bernard Lahire, “na apropriação de capital específico do campo (obtenção do monopólio de capital específico legítimo) e/ ou a redefinição desse capital”.⁷⁴

História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 2. ed. rev. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 74-75.

⁷² Cf. BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

⁷³ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986, p. 131, *grifo nosso*.

⁷⁴ LAHIRE, Bernard. *Campo... Op. cit.*, p. 65.

Os pioneiros da historiografia disciplinada brasileira tomaram assento nos primeiros cursos voltados para o ensino de História criados na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Brasil, futura Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tais cursos foram organizados contando com a presença de figuras reconhecidas pela produção de obras históricas e que até então estavam vinculadas a Institutos Históricos e Geográficos e que, doravante, passariam a formar as futuras gerações, que buscariam sua inspiração nos modelos desenvolvidos sobretudo pela historiografia francesa, metódica e posteriormente dos *Annales*.

Um elemento que fortalecia essa aliança com o pensamento historiográfico francês foi a presença de figuras como Jean Gagé, Henri Hauser ou o próprio Ferdinand Braudel junto ao corpo docente daqueles cursos. Criava-se ali uma importante inflexão, posto que a história continuou a ser produzida por não-especialistas e diletantes junto àqueles institutos, mas, em maior escala nas universidades, ainda que aqueles primeiros cursos se destinassem mais a produzir professores e professoras de História do que pesquisadores. Essa relação de produção conjunta do saber histórico entre as universidades, e aquele produzido pelos institutos históricos e geográficos, seja o brasileiro seja os estaduais, e que inicialmente era harmoniosa, passou a ser conflitiva e depois praticamente descolada. Mais tarde, com a expansão do ensino superior citada anteriormente, as diferenças e a tensão mudou de eixo, passando a se concentrar entre as próprias universidades.

Por mais que tentemos contrapor a prática à concepção de melhor ciência, é evidente que os caminhos e contornos tomados pelos sujeitos no intuito de se consolidar como expoentes do campo e de ser aquele habilitado a ditar os caminhos, os paradigmas, as linhas de pesquisa e, principalmente, as normas regimentais do meio. Para Flávio Cunha esses caminhos são tomados pelo fato de que “um conhecimento histórico é considerado verdadeiro quando *é aceito como tal pelo conjunto dos historiadores competentes* e não porque é produzido segundo as regras calcadas na ciência da natureza”.⁷⁵

Já que, a partir do que até aqui foi explanado, se tornou impossível negar a existência *desse mundo por de trás do mundo*, desse conjunto de atores políticos

⁷⁵ CUNHA, Flávio Saliba. **História & sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 61, *grifo nosso*.

disciplinares, e das afirmações e competências, que estão cercadas de ritualísticas e parcimônias, e que agem tanto como delimitadores das fronteiras do campo, quanto como limitadores do campo de possibilidades dos membros que compõem seus quadros, demanda-se adjetiva-lo de maneira mais adequada no intuito de dar sentido e significado as ações desse universo social, e Edward P. Thompson é o mais austero em nomeá-lo. Para o historiador inglês todos os candidatos, ou se preferirmos aspirantes, a alcunha de historiador devem prestar contas e “defender seus argumentos ante os *juízes vigilantes no ‘tribunal de recursos’ da história*”.⁷⁶ Essa é “A” característica fundamental de tudo que estamos aqui tentando desvelar e que mais adiante desenvolveremos sob a égide “do processo de criação do nós e eles”.

Essa exigência de validação da competência por parte da autoridade constituída é, dessa forma, um ritual regimental, já que esse conjunto específico de sujeitos possuem a capacidade plena de reinventar o sistema de normas e regras, reatualizando-as permanentemente por meio de escolhas objetivas. É o que Alessandra Santos chamou de “ato da palavra como ato de autoridade”.⁷⁷

Esse vênua, ou reverência, frente às imposições prescritas por esses sujeitos nomeados por Thompson de juízes, se dá em deferência ao capital simbólico e institucional que os mesmos possuem, mas, muito mais do que isto, é reflexo de um desejo comum de viver e pertencer a uma dada comunidade. Apesar das imposições, muitas vezes severas perpetradas pelos programas de determinadas matrizes, os alinhamentos teóricos, práticos e metodológicos criam essa demanda por aceitação e inserção no meio, remetendo a uma noção de sociabilidade. Para Angela de Casto Gomes, “se o espaço de sociabilidade é ‘geográfico’, ele é também ‘afetivo’, demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e, principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo”.⁷⁸

⁷⁶ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 54, *grifo nosso*.

⁷⁷ SANTOS, Alessandra Soares. A normatização disciplinar da historiografia universitária: Francisco Iglésias e a sua tese de livre-docência. **História da Historiografia**, n. 23, p. 68, 2017.

⁷⁸ GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 42.

Com isso, se Michel de Certeau propõe a tríade da operação historiográfica – *lugar, prática e escrita* – podemos com a proposição de Thompson finalmente fechar a indicação da *tríade do controle disciplinar*, que está composta por: a) *Polícia do discurso* de Michel Foucault – que regula os elementos constitutivos das práticas; b) o *Tribunal de recursos da história* de Thompson – responsável pela determinação das leis do meio e aprovação da ascensão dos sujeitos no campo; c) a *Polícia do trabalho* de Michel de Certeau – ente regulador e de imposição das normas ditadas por aqueles gerem o campo disciplinar. Esse conjunto de ações determinantes, ditadas à partir de um lugar social, é o eixo de equilíbrio das relações do campo, e possuir poder decisório sobre elas é fundamental para o sujeito ou grupo que almeja influenciar os caminhos disciplinares.

A título de exemplo, no Brasil a organização dos programas de pós-graduação, ao lado da criação de periódicos especializados e acadêmicos de História não deixam dúvida do quanto a existência um novo processo de institucionalização e profissionalização, que estava conhecendo novos rituais que explicitavam linhas hierárquicas de poder e de organização do campo histórico, suplantando o modelo oitocentista, vinculado, sobremaneira, ao IHGB e sua revista. Orientar pesquisas de mestrado e de doutorado, dirigir revistas, emitir pareceres, ocupar órgãos de fomento à pesquisa, proceder à seleção de projetos a serem financiados, presidir bancas de concurso para titulação e seleção de novos docentes, tudo isso implicou em inovações e em tensões cada vez mais claras junto à historiografia profissional no Brasil. A própria intensificação do intercâmbio entre historiadores e historiadoras brasileiros que se doutoraram na França e ocuparam posições de destaque na historiografia brasileira é prova inquestionável deste processo.

Essas críticas até aqui apresentadas, no que concerne à perspectiva de uma *nova história*, surgida a cada novo ciclo de crise, fundamenta-se principalmente no fato de que não há homogeneidade na pesquisa histórica, e que o rótulo de novo para uns não corresponde a novidade ou demanda para outros, como foi o caso da recepção negativa dos *Annales* tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, além do baixo impacto nos Estados Unidos, que já havia passado pela sua própria *nova*

história.⁷⁹ O que defendemos, de certo modo, é o fato de que a diversidade e expansão da pesquisa é um fator inerente, e de demanda, do próprio campo, afinal, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de reformular, e de formular indefinidamente, proposições novas”,⁸⁰ afinal, essa ação “é uma transformação necessária, e o caminho que toda ciência deve percorrer”.⁸¹

Percebemos com isso a existência de um certo resquício weberiano de tipo ideal em tal proposição, ancorando-a na perspectiva de ciência como uma vocação que há de ser superada em um determinado momento, entretanto, tal leitura do avanço da historiografia produz, a nosso ver, mais sentido ao desenvolvimento da disciplina do que a ideia de o *novo* como elemento de uma “salvação disciplinar”.

1.3. O caso brasileiro

Tratar desta história da História no Brasil, no contexto delimitado não deixa de ser um trabalho tenso de história intelectual e, sobretudo, um tipo de memória do campo, consoante a perspectiva de Manoel Guimarães, pois, trata-se de

um exercício que chamaria de natureza historiográfica e que objetiva interrogar a memória disciplinar que se constitui, memória esta que tende a sacralizar procedimentos, autorese obras como parte de um exercício de escrita da história própria da disciplina. Refazer assim esse percurso de institucionalização de nossa disciplina significa

⁷⁹ Sobre a evolução da chamada *Nova História Americana* ver: GALLO, Livia Amarante. **Disciplina histórica, um campo em disputa: discursos dos presidentes da American Historical Association (1884-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso...** *Op. cit.*, p. 29.

⁸¹ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA Patrick. **As correntes históricas na França...** *Op. cit.*, p. 72.

considerá-la como eminentemente histórica, e portanto sujeita às transformações próprias das criações humanas.⁸²

Mas ao invés de tratar de livros, ou de examinar o conteúdo dos textos e obras dos autores que se destacaram na direção das revistas que aqui serão examinadas, procuraremos identificar aqueles atores, sua posição e seu papel na construção de uma comunidade de historiadores profissionais. Ao tratar da chamada história da historiografia dirá Durval Muniz de Albuquerque Jr:

a história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimita na prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas, neste campo, num dado momento histórico e social.⁸³

Essa orientação se dá pelo fato de que os estudos sobre a história da historiografia no Brasil já possuem um conjunto bastante expressivo de textos e de interpretações. Via de regra essas análises apontam o IHGB como um marco inicial no processo de disciplinarização da História, seguido pelo avanço promovido nos cursos acadêmicos, pensado como

um debate difuso e complexo desde a historiografia da crise do Império (década de 1870) e o início da República até os debates da Anpuh [...] [até o] início da década de 1970, quando o sistema universitário

⁸² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 70.

⁸³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In.*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007, p. 192.

brasileiro é reestruturado a partir da reforma universitária de 1968 que criou o sistema das pós-graduações.⁸⁴

Ainda segundo aqueles autores,

podemos falar em certa autonomia adquirida pela história a partir da década de 1970, quando aparecem obras monográficas dedicadas à análise da escrita da história [...] em suas interações entre a matriz europeia e sua fixação e apropriação no Brasil.⁸⁵

Logo de início dois importantes centros passaram a disputar a hegemonia sobre a historiografia produzida no Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio já havia o IHGB desde 1838 e agora havia a

Universidade do Distrito Federal (UDF) e seu Curso de História, criado em 1935, até sua extinção em 1939; com a estruturação do Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB); o da separação dos cursos de História e Geografia da FNFi em 1955, o da reorganização do Curso de História; e finalmente o período que se encerra em 1966-68, quando a FNFi se fragmentou em diferentes institutos que iriam formar a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).⁸⁶

Em São Paulo a preeminência coube, desde o início, à USP, que introduziu o ensino de História em 1936. Do ponto de vista das orientações teóricas estavam, desde o início, postas as diferenças e rivalidades entre o modelo alinhado aos metódicos e suas histórias nacionais ou oficiais de caráter político administrativo, aos marxistas que eram absoluta minoria, mas que se irmanaram em torno de nomes como os de Nelson Werneck Sodré ou Caio Prado Jr., aos historicistas como Sérgio

⁸⁴ PEREIRA, Mateus; NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro Afonso C. dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 8.

⁸⁵ PEREIRA, Mateus; NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro Afonso C. dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira...** *Op. cit.*, p. 9.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 8.

Buarque de Holanda em São Paulo e José Honório Rodrigues no Rio de Janeiro e, aos mais jovens, que seriam inspirados pela chamada escola dos *Annales*.

Assim, pensando nessa tendência de sobreposição de centros detentores do saber histórico, Júlio Bentivoglio afirma que:

as diferenças entre perspectivas históricas sempre existiram e, invariavelmente, é a reação e a contestação a um determinado tipo de prática histórica que levam à formação e ao desenvolvimento de novas abordagens, de novos paradigmas – e não somente as carências de sentido. Muitas vezes a própria diferença ou contradição dos sentidos existentes e não a simples dinâmica da tradição determina o nascimento de novas correntes historiográficas.⁸⁷

A formação do campo disciplinar da História no Brasil passou, aparentemente, por um processo muito mais brando do que aquele presente na França.⁸⁸ Claramente permeado por elementos de disputa, o estabelecimento dos grupos simbólicos frente a disciplina História no Brasil possui características ímpares, se comparados a países como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, tendo em vista o processo tardio de instauração do sistema universitário.

Apesar da primeira instituição genuinamente brasileira dedicada à pesquisa histórica datar de 1838,⁸⁹ somente a partir da segunda metade dos anos 1930 é que teremos os primeiros “historiadores” brasileiros formados em cursos universitários no Brasil, até então os historiadores eram ou autodidatas ou realizavam sua formação no

⁸⁷ BENTIVOGLIO, Júlio César. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. **História Revista**, v. 17, n. 1, p. 224, 2012.

⁸⁸ Para ver mais sobre o estabelecimento da historiografia francesa ver: BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas...** *Op. cit.*; BURKE, Peter (org.). **A escrita da história...** *Op. cit.*; BURKE, Peter. **A escola dos *Annales* (1929-1989)...** *Op. cit.*; DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA Patrick. **As correntes históricas na França...** *Op. cit.*; DOSSE, François. **A história em migalhas...** *Op. cit.*; NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cossac Naify, 2011, 2 v.; entre outros.

⁸⁹ Aqui refiro-me ao estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

exterior. O fato é que essa paz velada se deu pelo fato de que durante um século o sistema de Institutos Históricos se estabeleceu como hegemônico no país, lançando ramificações nos níveis estadual e municipal, fortalecendo uma prática que, em suas linhas mais gerais, se espelhava nos moldes franceses do século XIX, ou seja, metódico. Com o advento do ensino acadêmico a partir anos 1930 e, sobretudo, depois de 1970 com a criação da pós-graduação em História na USP, esse cenário ganhou novo incremento e a própria História adquiriu um novo status, de trabalho profissional especializado que deveria ser feitos por profissionais treinados e com formação acadêmica.

A partir do estabelecimento de novas universidades e instituições de ensino superior com cadeiras de ensino de história – entre os anos 1940 e 1960 – a situação vai ganhando uma outra forma. A figura do professor catedrático procura afirmar sua autoridade e gera um questionamento às práticas dos acadêmicos ligados aos institutos históricos e geográficos, muito embora muitos daqueles catedráticos possuíssem vínculos com aquelas agremiações, algo que mudou radicalmente nos anos 1980, quando começou a existir uma verdadeira barreira entre ambos espaços de produção histórica. Em meio a este processo, ganha força a produção de uma nova prática historiográfica, mas

de maneira geral, podemos dizer que uma *retórica* ‘científica’ foi usada para diferenciar uma nova geração de historiadores das gerações antigas, mas, ao mesmo tempo, na dimensão prática, podemos identificar uma série de continuidades nesses fazeres.⁹⁰

Ou seja, os anos de 1970 criou um divisor de águas entre os *velhos* e os *novos*. Entre *catedráticos* e *doutores*. Entre indicações para vagas e concursos de seleção docente, algo que a reforma universitária de 1969 foi responsável por implementar. Contudo, um fator preponderante para o fortalecimento do debate em torno do cientificismo da disciplina História deve ser levado em conta, o progresso. Visto, majoritariamente, como elemento de representação do arcaísmo monárquico, o modelo de escrita da História proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

⁹⁰ PEREIRA, Mateus; NICODEMO, Thiago; SANTOS, Pedro Afonso C. dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira...** *Op. cit.*, p. 40-41, *grifo nosso*.

é posto à prova, e tem sua hegemonia ameaçada pelos padrões técnicos exigidos pelos republicanos, que no caso brasileiro está totalmente ancorado no fascínio pelo método positivo. Esses debates tomam ainda mais força com a chegada do estado novo, que, além da monarquia, considera a primeira república como um regime que representa o que há de mais atrasado em nossa sociedade, não obstante passa nomeá-la de República Velha. O fato é que

os intelectuais brasileiros do final do século XIX começaram a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprio produziam. [...] A ciência passava de método a visão, desvalorizando as verdades trazidas pela tradição, pela religião, pela filosofia.⁹¹

Embora o ensino universitário de História no Brasil seja tardio, com pelo menos um século de defasagem em relação à Alemanha e meio século em relação à França, os estudos históricos eram já bastante praticados no país e havia conhecido agendas importantes de pesquisa e orientação, tanto no IHGB, passando pelo método de Varnhagen, bem como pelas inovações na virada para o século XX localizadas em figuras como Capistrano de Abreu ou João Ribeiro, por exemplo. Todas estas produções emanadas a partir do Rio de Janeiro.

De acordo com Francisco Iglésias, havia três formas de pensar e pesquisa a História no Brasil, com autores de inspiração nos antigos e na tradição, outros na erudição varnhageniana, e finalmente naqueles inspirados nos novos modelos vindos da França e da Alemanha. Assim, antes do período retratado nesta pesquisa, nomes como os de Sílvio Romero, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Tobias Barreto, Eduardo Prado, mas também Capistrano de Abreu ou João Ribeiro despontavam como figuras exponenciais. Foram sucedidos e, de certo modo, superados por uma geração decisiva, dos anos 1930, formada pela tríade: Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. É justamente a partir de 1930 que começam a surgir novas redes de sociabilidade e pesquisa, sobretudo a paulista, que entram em choque com os *velhos* modelos e *ritos* do IHGB.

⁹¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 89.

O caso de Sérgio Buarque de Holanda é exemplar porque ele une as duas pontas do processo, militante e modernista na década de 1920, reformulador do problema na década de 1930, e, na década de 1940, ele mesmo passa pelas transformações analisadas ao se tornar um crítico literário, mas, sobretudo, um historiador de ofício.⁹²

A materialização de um ponto tanto de inflexão, quanto de ruptura, se deu em São Paulo que passou a preconizar a pesquisa histórica acadêmica e disciplinar, e conheceu na *Revista de História* o veículo fundamental para a divulgação de seu programa e de suas pesquisas – diretamente vinculadas aos *Annales*, ou, segundo alguns, por alimentar esse vínculo e essa mitologia.⁹³ Ela consolidou uma rede que até então orbitava em torno da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e aquela agremiação centenária. Não por acaso seu primeiro editor praticamente exerceu uma direção vitalícia à sua frente: Eurípedes Simões de Paula. O mesmo Eurípedes Simões que tentou, à todo custo, concentrar sobre si e sobre sua rede a produção vazada pela Associação Nacional de História, editando seus anais desde o primeiro número até sua morte, em 1977. Ele, também foi o presidente mais longo daquela instituição, ocupando o cargo do ano de 1965 até o ano de sua morte (12 anos no total). Isso confere uma imagem de como em torno dele e de sua rede uspiana se tentava capturar ou dar a direção da construção do campo historiográfico no Brasil, não apenas na disseminação de uma agenda científica, mas também na ocupação de postos importantes na rede intelectual que se formava.

Não restava dúvida do quanto Eurípedes Simões reconhecia a importância e o protagonismo daqueles projetos, o de editar a primeira revista acadêmica de história no país e de presidir a entidade que representava aquele grupo profissional. Rapidamente, em São Paulo, a revista da USP iria eclipsar a importância e o prestígio da revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Mas a *Revista de História* terá uma vocação, para além de científica de ser cosmopolita, ela se abre para uma produção historiográfica produzida em vários países, em particular a França. Sérgio

⁹² NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018, p. 71.

⁹³ *Ibidem*, p.34.

Buarque de Holanda, Pedro Moacyr Campos, Alfredo Ellis Jr., Eurípedes Simões de Paula, Afonso de Taunay formaram uma primeira geração à qual integraram-se novos personagens, como destaque para historiadoras como Emília Viotti da Costa e Alice Pfifer Canabrava. No Rio de Janeiro nomes como os de Pedro Calmon e José Honório Rodrigues eram referências maiores do novo empreendimento edificado para fazer frente ao IHGB nos anos 1940 – mantendo com aquela instituição uma política de boa vizinhança. A eles integraram-se figuras como Francisco Falcon e Maria Yeda Linhares nos anos 1950.

Trataremos mais adiante de como a configuração desta comunidade de historiadores profissionais começou a articular algumas redes tênues que foram lentamente integradas e que explicitavam uma cartografia das relações intelectuais, mas também de poder, erigidas em torno do conhecimento histórico no Brasil. Por agora, vale mencionar que na USP produziu-se uma interpretação e uma memória de que configuraram uma escola uspiana de História, que pretendia repensar o país mediante reflexão rigorosa sobre sua formação, suas características essenciais e seu passado.⁹⁴ O Departamento de História da USP surgiu com a Reforma Universitária a partir do desmembramento de 1955-1956 das cátedras do curso de Geografia e História, antiga 5ª subseção de Ciências da FFCL, que existia desde 1934. Os cursos de pós-graduação em História Social e História Econômica foram implementados em 1971. Desde então procuraram manter uma posição de destaque, seja de direção, face àquela comunidade nascente, ou nos órgãos representativos junto ao Ministério da Educação, agências de fomento, agremiações e associações que representam aqueles docentes.

Eis o princípio do processo de disputa disciplinar no Brasil, mediado e realizado à partir da ocupação de lugares de poder essenciais para o desenvolvimento disciplinar.

Se na França o Leviatã se estabeleceu na École, no Brasil a tentativa paulista era de ancora-la na USP.

⁹⁴ Cf. GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria H. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.

PARTE II:

REDES DE SOCIABILIDADE:

AS REGRAS DO JOGO E DO CAMPO – OS ESTABELECIDOS E OS *OUTSIDERS*

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que se estabelecem ao dizer 'nós', enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como 'eles'.

Norbert Elias & John Scotson

Como pôde ser visto anteriormente, optamos, no campo das teorias sociais, trabalhar com o conceito de *poder* para analisar uma dada realidade social, a saber, a construção das relações no interior do campo da disciplina História. Essa opção, em detrimento de tantas outras possíveis, foi eleita pois deixa transparecer a tensa relação entre os sujeitos do campo, desvelando um certo misticismo cristalizado de *pares ou iguais* e extrapolando o *status* de concorrentes entre os sujeitos que disputam esse espaço disciplinar.

A questão central que então surge com essa opção é: podemos caminhar pela seara que reduz a prática historiográfica a uma estranha luta por poder entre os membros do campo? Não há nada mais a ser dito ou feito? Somos somente isso? Na verdade o questionamento é exatamente o inverso. Devemos reduzir a compreensão de *poder* à historiografia? A ampliação dos horizontes e perspectivas nos possibilita a visão de que há mais para além das páginas e dos textos. Há um sistema complexo e processos encadeados que autorizam o uso do título historiador e é, notadamente, essa capacidade de nomear os sujeitos, afirmando suas características, seu *ethos* e suas habilidades propostas como ideais, o que está em disputa. Por esse motivo que a luta em nosso campo disciplinar é uma prática tensionada. Já que precisamos optar pela construção da, dita, melhor prática em detrimento a tantas outras narrativas possíveis. Com isso, talvez a pergunta correta seja: é, de fato, a historiografia um meio para um fim que não seja o de se fazer História?

O que então propomos é a saída *pela porta de emergências* desses processos cristalizados de análise das práticas historiográficas, a exemplo da confortável zona dos “grandes” nomes da historiografia, da análise de um “grande” texto, do estudo de uma “grande” universidade. Passemos a olhar para aqueles e aquilo que foi deixado à margem da historiografia, fazendo uma análise ascendente do poder, para, aí sim, compreendermos o porquê dos outros serem nomeados como referenciais em detrimento daqueles que foram deixados no caminho, e, em até que ponto isso é de fato uma verdade historiográfica e não apenas uma construção discursiva, pois como propôs Pierre Bourdieu, “aquilo que chamamos de epistemologia corre sempre o risco

de ser apenas uma forma de discurso *justificativo da ciência* ou de uma posição no campo científico”.⁹⁵

Para que isso seja possível, precisamos deixar nossos brios de fora – digo nossos, pois aqui me incluo – e mergulharmos profundamente nas raízes das práticas sociais de nossa disciplina, mesmo que isso soe muito mais sociológico do que historiográfico. Não seria ocioso, contudo, lembrar que buscamos analisar e compreender estas práticas inscritas na temporalidade, ou seja, reconhecendo sua historicidade, como exercícios e experiências historicamente vividas. Logo, evitar-se-á, de pronto, a possibilidade de tal procedimento ser reduzido exclusivamente a uma análise sociológica. Trata-se de um caminho consagrado e bastante válido para se compreender a formação e as transformações do campo da disciplina História. Sem uma análise crítica – realmente crítica, do tipo mais ácida e desapaixonada – e historicamente orientada, aos moldes que gostamos de aplicar ao passado, não será possível um rearranjo do nosso campo e uma maior inserção social com o objetivo de se construir uma ampla história pública. Em outras palavras, precisamos deixar e implodir a torre de marfim em que nos estabelecemos e encastelamos, pois “a competição é só civilizadora enquanto estímulo; como pretexto de abater a concorrência, é uma contribuição para a barbárie”.⁹⁶

Essa é a querela para qual nós chamamos a atenção, e a demanda é aguda, por isso a proposta de *saída pela porta de emergências*. Precisamos atentar para o fato de que

a competição prevalecente em nosso dias, não repara que torna arrogantes os vencedores e doentes os perdedores, que a felicidade de uns pode ocasionar a infelicidade de outros. Faz tábua rasa de que o caminho para a felicidade passa mais pela cooperação incorporada do que pela competição desenfreada.⁹⁷

⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência...** *Op. cit.*, p. 17.

⁹⁶ LUÍS *apud* BENTO, Jorge Olímpio. **Abalos na torre de marfim:** descaminhos e desatinos da universidade. São Paulo: Editora da Unicamp/ Porto: Eduporto, 2016, p. 145.

⁹⁷ BENTO, Jorge Olímpio. **Abalos na torre de marfim:** descaminhos e desatinos da universidade. São Paulo: Editora da Unicamp/ Porto: Eduporto, 2016, p. 147.

Então, no intuito de atender nossa proposição de ampliação da análise crítica do campo disciplinar da História, mirando para uma melhor compreensão das relações nesse universo social, discorreremos acerca de alguns conceitos fundamentais que cercam as relações de *poder* e que consideramos essenciais para uma ampliação da compreensão do campo da História e dos horizontes de leitura dos usos sociais das ciências aos moldes propostos por Bourdieu.⁹⁸

2.1 - Sobre o conceito de poder

Partido da proposta elencada devemos, inicialmente, compreender que o encaminhamento de estudos dedicados à análise de grupos sociais deve, invariavelmente, levar em consideração que esses estão estabelecidos à partir de um complexo, e enorme, compêndio de relações e práticas, visíveis e invisíveis, macro e *microfísicas*, que apesar de estarem completamente emaranhadas, constituem-se basicamente, segundo Rousseau, em duas grandezas, a de caráter *natural* e a outra de *cunho moral*, sendo essa, a responsável pela origem da desigualdade humana, já que está estabelecida à partir de um conjunto de convenções e autorizada pelo consentimento,⁹⁹ logo, “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social”.¹⁰⁰

Essa relação de convenções e consentimentos, como proposto por Rousseau, possibilita o desenvolvimento das *relações de poder*, sejam elas diretas ou indiretas, já que, em algum momento, um terá que ceder a outro para que tal relação seja possível. Assim, podemos compreender que a chamada *grandeza moral* é responsável, via de regra, pelo surgimento do *poder social*, que pode ser entendido

⁹⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência...** *Op. cit.*

⁹⁹ Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. *In.: Rousseau – vida e obra*. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova cultural, 2000.

¹⁰⁰ MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. *In.: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 12.

como “uma relação que se estabelece entre indivíduos ou grupos sociais”,¹⁰¹ e que fundamenta-se, segundo Weber, na “probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”,¹⁰² o que vai ao encontro do proposto por Srouf quando o mesmo afirma que a fonte originária do *poder social* “encontra-se na capacidade de coagir ou de estabelecer uma relação de domínio sobre os outros, na produção de ‘efeitos desejados’ ou no controle das ações”.¹⁰³

Dessa maneira podemos compreender que o estabelecimento de realidades sociais concretas se dá na construção de relações entre o sujeito e o sujeitoado, em que aquele é capaz de moldar as práticas e esse de aceita-las, transparecendo o quanto o lugar social ocupado por cada um é fundamental para o seu posicionamento na cadeia de funcionamento do grupo, o que pode ser corroborado com os apontamentos de Stephen Robbins, quando o mesmo afirma que esse sistema de estabelecimento de posições sociais não é somente importante, mas fundamental para a construção das *relações de poder* nos mais diversos espaços e níveis sociais, já que “quanto maior a dependência de A em relação a B, maior o poder de B em relação a A. Essa dependência aumenta à medida que o controle de B sobre o que é desejado por A aumenta”.¹⁰⁴ Assim, “considerando que o sujeito se relaciona com os outros a partir do lugar social que ocupa, as relações são aqui consideradas como relações de poder”,¹⁰⁵ já que se estabelecem e desenvolvem de maneira hierarquizada, moldando os espaços e adestrando os sujeitos.

Essa relação hierarquizada e hierarquizante, não é ou está, necessariamente, transparecida de maneira aberta, como é o caso das relações entre os cidadãos e o

¹⁰¹ SILVA, Rubens Alexandre. As teorias sociais e o conceito de poder. **Cadernos de Campo**, n. 7, p. 128, 2001.

¹⁰² WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1994, p. 33.

¹⁰³ Cf. SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 35.

¹⁰⁴ ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999, p. 249.

¹⁰⁵ Cf. ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. In.: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

Estado, que na maioria das vezes é muito mais caracterizada como uma relação de força do que necessariamente de poder, já que o Estado mantém sob sua tutela as armas, o que leva a coerção, tipo de poder amplamente rejeitado pelos sujeitos que aqui tendem a se rebelar. Já o *poder social* hierarquizado é algo mais difuso, não mensurável numericamente, mas sim simbolicamente, e ancora-se não na força mas na autoridade, logo “o poder é parte de um processo comportamental sistemático, congenitamente ligado à liderança”.¹⁰⁶ Ou, acompanhando Michel Foucault,

não há esquemas prontos: quando se fala em poder as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder.¹⁰⁷

Dado o exposto, podemos afirmar que o *poder social* é uma construção que se estabelece a partir de um conjunto de fatores, mas possui uma característica tripartite básica que consiste em: indivíduos que exercitam o *poder*; o espaço ou esfera de atuação; e os indivíduos que estão submetidos a esta relação. Percebidas essas etapas e os papéis desempenhados no processo, temos a oportunidade de construir uma sociologia do campo disciplinar, apontando os possíveis caminhos e os descaminhos percorridos na construção de uma dada “identidade”. Ou seja,

são, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. O fato, por exemplo, de eu ser mais velho e de que no início os senhores tenham ficado intimidados, pode ser inverter durante a conversa, e serei eu quem poderá ficar intimidado diante de alguém, precisamente por ser ele mais jovem. Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis.¹⁰⁸

¹⁰⁶ BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997, p. 120.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In.*: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 276.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

Essas posições, ou papéis sociais citados e que são inculcados nos atores dos processos sociais, são extremamente necessários, já que elas *normalizam* a prática do poder, tornando possível a construção de normas e ferramentas utilizadas para a manutenção dos sentimentos de unidade e ordem. Dessa forma, podemos compreender a identidade de grupo como um processo de afirmação de si, e que produz, invariavelmente, a negação do outro. O sentimento de pertencimento ou coalizão é, assim, excludente, e esse conjunto de agregação e refração tem como resultante as disputas de força, que não tendem a viver harmoniosamente. Segundo Tomaz Tadeu,

na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.¹⁰⁹

Assim, a produção de identidade é caracterizada pelo sentimento de pertencimento, de sujeito em comunidade. É o estabelecimento e demarcação de um lugar, uma posição, impondo claras fronteiras àqueles que não são compreendidos como iguais. É o ato de invisibilização do outro. Assim, podemos compreender que “a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’”.¹¹⁰

Norbert Elias e John Scotson externam claramente esse processo de estabelecimento de identidades e diferenças em *Os Estabelecidos e os outsiders*. Nesse ensaio teórico, ao analisar a vida em comunidade de uma pequena cidade, os autores demonstram como os sujeitos que residem há um longo tempo na região rechaçam os moradores mais novos pelo simples fato de não serem detentores de

¹⁰⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In.: HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 81.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 82.

uma característica, por eles considerada básica: o carisma grupal.¹¹¹ Os moradores nomeados como *estabelecidos* condicionavam o pertencimento ao grupo a uma série de características e exigências, sendo o tempo de estabelecimento na região o maior deles, o que leva à exclusão imediata da “comunidade” dos moradores recém chegados, que recebiam o estigma nominal de “os de fora” ou *outsiders*. Esse experimento social realizado por Elias e Scotson esclarece como a vivência dos sujeitos em grupos está mediada pelas relações de *poder social*, bem como tamanho da força hercúlea que é exigida dos “outros” no intuito de se tornar resistência, já que só é possível modificar o poder sendo poder.

Essas práticas devem ser levadas em conta e compreendidas em sua amplitude. As relações de *poder* impostas por aqueles que estão no poder geram um sistema de ações e reações, em que aquele desprovido desse lugar busca, incessantemente, a modificação do equilíbrio, exercendo pressão “no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior”, como proposto por Elias e Scotson.¹¹² Com isso compreenda que o ter poder é um estado transitório e que as forças que estabelecem essas relações podem, sob circunstâncias bem raras, alterar o sistema em vigência, por exemplo, a união de um número significativo de rejeitados em diversas esferas de atuação do poder em questão.¹¹³

Esse é um exemplo do microcosmo discursivo onde se estabelece a microfísica do poder aos moldes foucaultianos. Um espaço onde o poder é difuso em seus níveis mais elementares e está em plena disputa, permitindo o direcionamento do olhar para cima e entendimento da dinâmica das práticas e as imposições espaciais postas aos sujeitos. É nesse espaço de identidades, em uma perspectiva local, que se entende a dinâmica dos corpos e a composição das forças em seus sistemas simbólicos, que tendem a ser representações culturais dos interesses do grupo dominante e agente

¹¹¹ Cf. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders...** *Op. cit.*

¹¹² *Ibidem.*, p. 37.

¹¹³ Uma clara situação como a descrita que podemos usar como modelo desse tipo de revés e o surgimento dos *Annales* na historiografia francesa do início do século XX. Marc Bloch e Lucien Febvre reuniram ao seu redor historiadores, geógrafos, sociólogos, economistas entre outros, todos sujeitos descontentes e rejeitados pela historiografia vigente naquele momento, dando corpo a “indignação” e com isso mudando o pêndulo da balança do poder.

excludente do grupo dominado. Essa característica do *poder social* só é possível a partir da construção de uma realidade ampliada coletivamente aceita. Afinal, para Foucault,

o poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas de saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de força, não forma. E a concepção das relações de forças em Foucault, prolongando Nietzsche, é um dos pontos mais importantes de seu pensamento.¹¹⁴

Para Foucault, nós só podemos exercer o poder a partir da produção de verdades.¹¹⁵ Esse é um apontamento deveras importante, para uma leitura do mundo social, pois podemos compreender, a partir dessa afirmação, as construções e imposições. A chamada “Ilusão da verdade” produz encaminhamentos práticos no intuito de legitimar as *identidades* e as *diferenças*, e no campo disciplinar esse conjunto de ações não é diferente e nem ao menos está livre de críticas já que

as disciplinas têm o seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização.¹¹⁶

Ou seja, é nesse momento específico das origens ou afloramentos disciplinares que encontramos a conjunção das palavras dos senhores do campo, a institucionalização do lugar e a construção normativa que define as práticas. A Palavra, o Templo e a lei, pois,

o que faz o poder se manter, que seja aceito, é simplesmente que não pesa somente como uma força que diz não, mas que, de fato, circula, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso; é

¹¹⁴ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 112.

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 279.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 293.

preciso considera-lo mais como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social que como uma instância negativa que tem como função reprimir.¹¹⁷

2.2 – Um poder em ascendência, ou, a categoria de campo científico

Todos os aspectos até aqui apresentados podem ser vistos e revistos nas relações entre os sujeitos nomeados de intelectuais e que constituem o chamado campo científico. Essa leitura é possível pelo fato de que “não há ‘escolha’ científica que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes”.¹¹⁸

Antes de prosseguir optamos por deixar claro que aqui utilizaremos o conceito de *campo* como proposto por Bourdieu, mais precisamente o *campo científico*, que é descrito como: “o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* [...] ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*”, ou seja a “capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado”.¹¹⁹

A construção e o amplo debate em torno do conceito de *campo* na obra de Bourdieu está distribuído ao longo de várias obras, mas podemos citar *Questões de sociologia*, *O campo científico*, *Homus academicus*, *O poder simbólico*, *Para uma sociologia da ciência*, *Os usos sociais da ciência*, *A economia das trocas simbólicas* e *Os herdeiros*, como as principais, sendo em *Homus academicus* que podemos encontrar um conjunto mais amplo e direcionado de teorias e metodologias no intuito

¹¹⁷ FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** Espaço Michel Foucault, 1990, p.48.

¹¹⁸ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In.: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 126-127.

¹¹⁹ BOURDIEU, Pierre. O campo científico... *Op. cit.*, p. 122-123.

de construir uma análise mais apurada acerca da relação dos sujeitos com a formulação do campo.¹²⁰

O conceito de campo, bem como o de *habitus* e capital, é essencial no pensamento de Pierre Bourdieu, pois nos permite, a partir de um conjunto de categorias generalizadas, a construção de um modelo de análise para sociedades diferenciadas. Dito de outra maneira, o campo seria um microcosmo social ancorado em um *habitus* específico, possuindo regras e interesses próprios, e estruturado com agentes ocupando posições definidas na hierarquia do sistema. Esse é um espaço de lutas concorrenciais, cujo objetivo é a apreensão do capital específico do campo, já que esse se encontra desigualmente distribuído.

Entre os vários campos elencados e distribuídos na obra de Bourdieu – político, econômico, religioso, jurídico, entre outros – é ao *campo científico* que o sociólogo direcionou a maior parte do seu esforço e tempo de análise, já que buscava uma reflexão mais ampla e apurada acerca da disciplina Sociologia, caminho análogo ao que estamos buscando.

Para Bourdieu o *campo científico*, além de ser um espaço social de lutas concorrenciais, é um espaço que “produz e supõe uma forma específica de interesse”,¹²¹ que é o interesse pela atividade científica, que é responsável pelas “práticas orientadas para a aquisição de autoridade científica”.¹²²

¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015; BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In.*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983; BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004; BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001; BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Trad. Paulo Monteiro, Alícia Aezmendi. São Paulo: Ática, 1983; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: ED. UFSC, 2014.

¹²¹ BOURDIEU, Pierre. **Sociologia...** *Op. cit.*, p. 123.

¹²² *Ibidem*, p. 124.

Então, o que está em jogo é o princípio da autoridade, uma categoria do *poder social*, que ancorada nos mais diversos tipos de capitais – específico, intelectual, institucional e social – imprime sobre os membros do grupo um tipo de violência simbólica no intuito de preservar um tipo específico de poder, o simbólico.

Em sua forma inicial, a ‘violência simbólica’ é uma violência oculta, que opera prioritariamente *na e pela linguagem* e, mais geralmente, *na e pela representação*, pressupondo o irreconhecimento da violência que engendrou e o reconhecimento dos princípios em nome dos quais é exercida. Ela impõe uma tripa arbitrariedade (*a do poder imposto; a da cultura inculcada; e a do modo de imposição*), violência disfarçada, ela se exerce não só pela linguagem, mas também pelos gestos e pelas coisas, auxiliar das relações de força, *ela adiciona a própria força a essas relações*.¹²³

Esse poder simbólico lhe outorga o direito de falar em nome do grupo, de definir os financiamentos, e acima de tudo, “impor uma definição de ciência”,¹²⁴ afinal,

é o campo científico, enquanto lugar de luta política pela dominação científica, que designa a cada pesquisador, em função da posição que ele ocupa, seus problemas, indissociavelmente políticos e científicos, e seus métodos, estratégias científicas que, pelo fato de se definirem expressa ou objetivamente pela referência ao sistema de posições políticas e científicas constitutivas do campo científico, são ao mesmo tempo estratégias políticas. Não há “escolha” científica.¹²⁵

Assim podemos compreender que o *campo científico*

é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica compreendida enquanto capacidade de falar

¹²³ MAUGER, Gerard. Violência simbólica. *In.*: CATANI, Afrânio Mendes [et.al.]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 359.

¹²⁴ BOURDIEU, Pierre. **Sociologia...** *Op. cit.*, p. 128.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 126.

e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que é socialmente outorgada a um agente.¹²⁶

Logo,

o campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre os agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis. Em todo o campo se põem, com forças mais ou menos desiguais segundo a estrutura da distribuição do capital no campo, os dominantes, ocupando as posições mais altas na estrutura de distribuição de capital científico, e os dominados, isto é, os novatos, que possuem um capital científico tanto mais importante quanto maior a importância dos recursos científicos acumulados no campo.¹²⁷

Com isso, entendemos, assim como Bourdieu, que o *campo científico* é um espaço de luta concorrencial construída a partir dos fatores sociais anteriormente citados – sujeitos detentores do poder; espaço social; sujeito desprovidos de poder – e que impõem um conjunto rígido de regras que orientam as práticas e direcionam as escolhas, estabelecendo julgamentos prévios acerca das capacidades de seus membros a partir da posição que esses ocupam da hierarquia dita científica. São essas características que acabam por estabelecer o estado de tensão e atrito, já que no final o objeto de disputa faz parte da luta, e são os sujeitos detentores do poder simbólico que estabelecem as regras do jogo, alterando-as à sua conveniência e legando os subordinados a uma pressão cada vez maior.

Dessa forma, o campo historiográfico, encabeçado pelo sistema universitário, preserva o sistema tácito de reprodução e heranças, retroalimentando perenemente os sistemas de disputas entre os sujeitos e as instituições, disputas essas agravadas pelos sistemas de *rankings* de avaliação do produtivismo que a cada dia agrava a

¹²⁶ BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In.*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983, p. 122.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 136.

crise que envolve, principalmente, os aspirantes. Isso faz com que os sujeitos que compõem a massa do grupo estruturado sejam impelidos à publicação cada vez maior de textos, sobretudo na forma de artigos destinados às revistas especializadas de história. Segundo Jorge Bento esse bárbaro sistema de poderes instituídos no campo científico vem tornado a jornada cada vez mais tortuosa e penosa e até mesmo perigosa. Bento denuncia que:

- a) o número de retratações referente a fraude em artigos aumentou em 10 vezes desde de 1975;
- b) é cada vez mais latente a disputa entre as universidades por fontes de financiamentos, circunstância evidenciada pela busca desenfreada, e a todo custo, pelas altas notas nos sistemas de avaliação;
- c) há uma incitação pujante à publicação e participação em congressos sem se importar com a devida maturação e relevância da pesquisa.¹²⁸

Dito isso, consideramos os elemento até aqui dispostos como fundamentais para uma leitura do universo social em que estão inseridos os sujeitos. Por mais que os termos possuam conotações fortes – poder; exclusão; diferenças; nós; eles; identidades; estabelecidos; *outsiders* – é inegável sua presença na construção da realidade social cotidiana, e se assim o é, porque haveria de ser diferente no universo que cerca a prática científica?

No campo disciplinar da História, assim como nos demais, essas práticas científicas voltadas para a pesquisa e publicação, envolvem tensões e disputas nem sempre veladas, como pode ser visto no capítulo anterior, no entanto, assim como em algumas outras disciplinas, paira um certo silenciamento em favor da cordialidade e da reverência. Uma indumentária moderna para uma disciplina que assim nunca o foi, já que se estabeleceu no ápice da crise daquilo que se convencionou nomear de Modernidade. A História nunca foi uma disciplina moderna, já que por aqueles que lá estavam foi negada e rechaçada como parte de campo científico. Fomos forjados em territórios marcados por relações de força. Mas, muitas vezes ignoramos essa condição, sujeitando-nos à crítica e às disputas na tentativa de postular graus e

¹²⁸ BENTO, Jorge Olímpio. **Abalos na torre de marfim...** *Op. cit.*, p. 203-208.

espaços na ciência, deixando de analisar a crise existente e necessária para que um lugar seja forjado ou ocupado nos espaços de poder existentes.

Dessa forma propomos que as relações de constituição do campo disciplinar da história são mediadas por um conjunto de fatores fundamentadas em três princípios ou atos: o discursivo, o normativo e o simbólico, ou se preferirmos, o discurso, a natureza e a política. O princípio discursivo ancora-se na excelência, na suposta qualidade superior de seus objetos, suas abordagens e seus problemas. Já o princípio normativo está edificado sobre as leis do campo, um conjunto regimental interno, impositivo, considerado um tipo de código de posturas ou um sistema de tradições, esse é o mais caro à escrita. E por fim, o princípio simbólico, que é o responsável pelo regime de hierarquias e heranças. Esses três princípios estão alicerçados, fundamentalmente, sobre o sistema de fala da análise do conteúdo – o que e para quem, como, e de onde se fala – que é o elemento constitutivo dos lugares sociais, fator essencial para uma análise crítica da memória disciplinar da história, afinal de contas “não se deve avaliar a relação da historiografia com o mundo exterior apoiando-se somente no texto/ representação final, mas em *toda* a operação historiográfica”,¹²⁹ já que “a história nunca se basta; ela sempre se destina a alguém”.¹³⁰

2.3 – Princípio discursivo: da negação do outro e a afirmação de si ou, o que se fala.

Entre os preâmbulos que discorrem acerca da estruturação dos chamados *campos*, podemos evidenciar o *princípio discursivo* como o mais voraz, haja vista que o discurso, como um dos elementos constitutivos das metanarrativas críticas, pode ser assistido tanto em debates intracampo, quanto extracampo, tendo em vista que ele é o mecanismo mediador dos embates e dos sistemas de afirmação. É por meio do estabelecimento do discurso que se pode afirmar uma dada verdade e se definir um modelo de excelência. Não é possível a existência de um *campo* sem o estabelecimento de um dado mito, ou texto, fundador que exalte e determine o novo

¹²⁹ REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico...** *Op. cit.*, p. 57, grifo nosso.

¹³⁰ JENKINS, Keith. **A história repensada...** *Op. cit.*, p. 40.

espaço em questão. Logo, é por meio desse princípio que se define os espaços e as fronteiras das áreas da atuação disciplinar, ou seja, são os conjuntos de práticas discursivas que legitimam a existência do grupo que busca se estabelecer. Assim, a realidade discursiva é, metaforicamente, a Muralha de Adriano do regime disciplinar, defendendo o que nele está contido do que lhe é estranho e permitindo o avanço sobre o espaço de possibilidades.¹³¹ Nesse contexto, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”.¹³²

Tendo essa perspectiva como horizonte, podemos considerar que *o princípio discursivo* tem como essência o elemento gerativo do *campo*, ou seja, a gênese desse novo espaço de possibilidades, deixando claro que é a partir do estabelecimento de uma dada verdade que se determina os espaços de experiências e os horizontes de expectativas, ou seja, é nesse princípio que se define o conjunto normativo base dos “sistemas de tradições”, constituindo-os como pilares de inclusão ou exclusão dos sujeitos. Com isso, o discurso se transforma na forma mais pura daquilo que Bourdieu nomeou de *poder simbólico*. Uma força invisível sustentada por um conjunto de instrumentos de conhecimento e linguagem com fins de estabelecer um consenso acerca do sentido do mundo social,¹³³ e que proporciona aos produtores da realidade discursiva a imposição de definições que estejam alinhadas com seus interesses específicos, proporcionando um permanente estado hierarquizante.

A adesão a essa realidade discursiva é a responsável pela criação de um *status* imaginário de ligação, coesão, afinidade e identidade coletiva, é aquilo que poderíamos nomear de comunidade inventada ou imaginada. Esse conjunto se estabelece a partir da crença e do alinhamento com as ideias e com os ideais fundadores, ancorando o princípio discursivo à linguagem, já que é nesse espaço, que a ação de falar produz possibilidades. A dinâmica presente no *o que se fala* tem poder

¹³¹ Segundo Pierre Bourdieu “as fronteiras da disciplina são protegidas por condições de acesso mais ou menos codificadas e restritivas; mais ou menos definidas, as fronteiras são por vezes contestadas por disciplinas afins”. Cf. BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência...** *Op. cit.*, p. 93.

¹³² FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso...** *Op. cit.*, p. 10.

¹³³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico...** *Op. cit.*, p. 7 – 10.

decisório sobre aquilo que já se encontra estabelecido e o que está disperso. É o discurso que produz a lógica e a ordem no caos, é a regra e as fronteiras, é o responsável pela economia dos afetos que produz a amalgama entre sujeitos desconhecidos, porém, detentores de desejos similares, ou seja, é por meio desse que se estabelecem, na disciplina História, os espaços que conhecemos como *Escolas Históricas*.

Nesta dimensão disciplinar, as construções discursivas estão fundamentadas em projetos que se fazem presentes nos textos fundadores como os contidos na *Revue des questions historiques* de Beaucourt (1866), na *Revue Historique* de Gabriel Monod (1876), e nos *Annales* de Bloch e Febvre (1929), um sistema de tipo ideal que orienta a definição dos espaços, das fronteiras e das barreiras da disciplina.

No caso brasileiro podemos perceber essas mesmas diretrizes presentes nos textos fundadores da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1838), e mais tarde tanto na *Revista de História* da Universidade de São Paulo (1950), quanto na *Estudos Históricos* da Fundação Getúlio Vargas (1988). Traduzindo tais apontamentos em elementos palpáveis, Bourdê e Martin, afirmam que a *Revue des questions historiques* pautava-se por questões que traduziam “o pensamento da direita ultramontana papista e legitimista que triunfa na época da ‘ordem social’”,¹³⁴ já a *Revue Historique* “quer impor uma pesquisa científica que afaste qualquer especulação filosófica e que vise a objetividade absoluta no domínio da história”.¹³⁵ E por último, no caso francês, houve a construção discursiva dos *Annales*, que segundo Peter Burke, “foi planejada, desde seu início, para ser algo mais que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica”.¹³⁶

¹³⁴ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas...** *Op. cit.*, p. 167.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 165.

¹³⁶ BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)...** *Op. cit.*, p. 36.

A partir destes rápidos exemplos, pode-se definir que o princípio discursivo é o sistema difusor e propulsor da *retórica do novo*,¹³⁷ tendo em vista que é somente a partir dele que a obliteração do outro se torna possível, negando a outrem as mesmas possibilidades. É a legitimação do jogo de disputas concorrenciais que tem como objetivo “o monopólio da autoridade científica”,¹³⁸ ou, o “direito” de falar por um determinado conjunto social.

Assim, compreendemos que esse princípio se estabelece como um dos pilares da historiografia e da constituição do *campo*, já que funciona como uma grande ferramenta de decisão, haja vista que a história “trata-se de um ‘campo de força’ [...] que inclui e exclui diversamente, que centra e marginaliza visões do passado em graus e maneiras que refratam os poderes daqueles que as promovem”.¹³⁹

2.4 – O princípio simbólico: da autoridade ou, de onde se fala.

Finalizado os apontamentos sobre o *princípio discursivo*, iremos discorrer a partir desse ponto como se dá a instauração do *princípio simbólico*, no entanto, devemos deixar claro que os princípios inicialmente apontados, apesar de apresentados de maneira independente, não agem dessa mesma maneira, eles possuem uma relação de mutualismo, tornando sempre perceptível a presença de um no processo formativo ou gerativo do outro, trazendo para os processos relações de complementariedade. Dito isso, compreendemos que, se o *princípio discursivo* pauta-se no elemento abstrato da realidade social, ou seja, em algo não palpável mas sim totalmente subjetivo, o *princípio simbólico* é o sistema de compensação e se faz presente da maneira totalmente inversa.

¹³⁷ Gostaria de agradecer ao caro colega Walderez Ramalho pela proposição dessa perspectiva durante o Seminário de Teoria da História Niet & Lethis ocorrido na Universidade Federal do Espírito Santo entre os dias 27 e 28 de junho de 2019.

¹³⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Trad. Paulo Monteiro; Alícia Aezmendi. São Paulo: Ática, 1983, p. 122.

¹³⁹ JENKINS, Keith. **A história repensada...** *Op. cit.*, p. 17.

A instauração de um *princípio discursivo* tem como ideal a delimitação de um espaço abstrato dentro das ciências ou da afirmação de um determinado grupo dentro de um campo já consolidado. Já o *princípio simbólico*, tem como fundamento o sistema hierarquizante ou de engenharia social disciplinar, que está diretamente atrelado aos sistemas de autoridade, e talvez o modelo de Bourdieu, acerca da política de capitais, seja a melhor chave de leitura para uma interpretação desse princípio.

Segundo Pierre Bourdieu o campo científico está legitimado pelo sistema de autoridades que se estabelecem a partir “de uma luta concorrencial” na qual está em jogo “o monopólio da autoridade científica”.¹⁴⁰ As “vitórias” nessas competições estabelecem os “lucros” que serão somados ao *capital simbólico* de um determinado sujeito, que é mensurado a partir seu impacto no campo. Dependendo do volume acumulado desse tipo de capital, acaba-se por se constituir uma autoridade, que está ancorada em outros dois tipos de capitais, que são: o intelectual e o institucional. O capital intelectual é do tipo único, sendo estabelecido a partir do *princípio normativo* e da produção do texto de tipo ideal, ou seja, que atendeu todas as demandas impostas pelos discursos e pelos meios na determinação da “melhor ciência”. Já o capital institucional está fundamentado no princípio da autoridade do lugar de fala, ou melhor dizendo, no prestígio de uma dada instituição, seja ela uma universidade, centro de pesquisa, organização científica, ou núcleo político. Esse tipo de economia simbólica tem como reflexo a produção de um sistema de hierarquias, onde “os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles tem, são e fazem”,¹⁴¹ impondo aos aspirantes, em maior ou menor grau, uma massa brutal de restrições de fala, transparecendo que

a força de um agente depende dos seus diferentes trunfos, fatores diferenciais de sucesso que podem garantir-lhe uma vantagem em relação aos rivais, ou seja, mais exatamente, depende do volume e estrutura do capital de diferentes espécies que possui. O capital

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. **Sociologia...** *Op. cit.*, p. 122.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 128.

científico é uma espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento.¹⁴²

Dentro da perspectiva apresentada e estabelecido de fato o campo disciplinar, os sujeitos propagadores da realidade discursiva fundadora prostram-se à frente desse grupo à fim de funcionar como aquilo que Foucault denominou de “polícia discursiva”.¹⁴³ Essa massa de sujeitos-plural, como dito por Certeau,¹⁴⁴ tem como principal objetivo sustentar o discurso e legitimar um conjunto de práticas anteriormente afirmadas como sendo a base de um determinado saber. A ocupação desses espaços, permite o surgimento de um sentimento de autoridade entre os demais membros da comunidade, permitindo que, de maneira direta, crie-se um sistema de hierarquias, onde o capital intelectual, o capital institucional e o índice de impacto são os meios de interação e legitimação.

Com essa leitura, podemos traduzir o sistema ou *princípio simbólico* como uma ferramenta de imposição de uma determinada condição social, produzindo como um subproduto um conjunto de símbolos que tem como principal meta a legitimação da dominação, impondo, a partir de seu *lugar de fala* composições de estruturação normativa do campo que devem ser reproduzidas e seguidas. Isso significa, de maneira direta, que os sujeitos produtores do conjunto discursivo ocupam todos os – e se não todos ao menos os fundamentais – espaços estratégicos da carreira acadêmica e política, tais como cátedras, reitorias, conselhos, diretorias de arquivos, bibliotecas, enfim, toda a cadeia da produção do saber, permitindo ou restringindo acesso à membros da comunidade, deixando transparecer que muito mais que pares ou iguais, somos na verdade, todos concorrentes, o que significa dizer que,

toda essa ficção social que nada tem de socialmente fictícia, modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica. Assim, os *juízos* sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador *estão sempre contaminados*, no transcurso de sua

¹⁴² BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência...** *Op. cit.*, p. 53.

¹⁴³ Cf. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso...** *Op. cit.*

¹⁴⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p.55.

carreira, pelo conhecimento da *posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas*.¹⁴⁵

É graças a esse sistema de controle social, que está maquiado sob a égide do novo, que os sujeitos do discurso materializam o campo científico, demonstrando que quanto maior o poder de agregação e coesão, maior será a possibilidade de ocupar, ou indicar ocupantes, a determinados espaços de poder, espaços esses que são utilizados como meio de propagação de um determinado projeto político, e que é legitimado pela antiguidade do posto, ou seja, há uma maior aceitação de uma dada verdade discursiva a partir *de onde se fala*, afinal, “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses”.¹⁴⁶

Então, o *princípio simbólico* constitui-se como a base para o sistema de exclusão, tendo em vista que a ocupação, determinação e utilização de todo aparato técnico processual acaba por blindar esse conjunto de sujeitos que estão no poder, demonstrando que

um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos.¹⁴⁷

Exemplificando tal processo, talvez a leitura mais icônica que temos na disciplina História, seja a realizada por François Dosse em *A História em migalhas*.¹⁴⁸ Nessa obra, Dosse analisa o processo de surgimento e desenvolvimento dos *Annales*, traçando um panorama que deixa claro o *status* de conflito aberto estabelecido entre essa matriz e os *Metódicos* de Monod. Com uma linguagem claramente crítica, Dosse traz para o debate termos como: apoderar-se, estratégia, rivais, alianças, império, guerra de movimento, conquista, oposição, luta, artilharia, adversário, entre tantos

¹⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**... *Op. cit.*, p. 124.

¹⁴⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 47.

¹⁴⁷ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**... *Op. cit.*, p. 22.

¹⁴⁸ DOSSE, François. **A história em migalhas**... *Op. cit.*

outros; expressando que esse sistema de disputa pelos lugares de fala está atrelado ao processo de instauração dos saberes, afinal, para o autor, “todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder [...] [e] vontade de convencer e vontade de poder estão unidas como a luz e a sombra”.¹⁴⁹ Ainda segundo Dosse,

a conjunção da estratégia sólida de alianças com o ecumenismo epistemológico permite à Escola dos *Annales* eliminar os seus rivais. Construiu vasto *império* graças a uma *guerra de movimento*, no qual os termos da *estratégia militar* (fronteiras, territórios...) fazem parte do jogo até a *conquista total*.¹⁵⁰

E aquele historiador francês acrescenta:

o ponto de fixação do discurso dos *Annales* origina-se na *oposição sistemática*, na *rejeição total* da historiografia dominante, dita positivista. A identidade dos *Annales* constrói-se, de fato, com base na contestação da geração dos mais velhos, a de Lavissee, Signobos e Langlois.¹⁵¹

Guy Bordé e Hervé Martin, explicitam que o debate entre os membros dos *Annales* e os remanescentes dos *metódicos* ainda se arrastavam nos idos dos anos de 1960, haja vista que esses ainda ocupavam cargos almejados e faziam resistência frente aqueles, principalmente no que concerne a produção de material para o ensino básico e fundamental da França, situação que havia sido revertida pelos *Annales* no ensino superior francês já na década de 1940.

Enfim, conclui-se que os *lugares de fala*, ou posições de poder, são de grande relevância dentro da cadeia constitutiva disciplinar, haja vista que é a partir desses espaços que se produz um determinado sentido à políticas alinhavadas nos textos ou projetos fundadores. É por meio desses espaços que os sujeitos do discurso estabelecem critérios performáticos afim de corroborarem visões técnicas e de mundo, objetivando: atrair o maior número possível de colaboradores alinhados com

¹⁴⁹ DOSSE, François. **A história em migalhas...** *Op. cit.*, p. 71.

¹⁵⁰ BURGUIÈRE *apud* DOSSE, François. **A história em migalhas...** *Op. cit.*, p. 26, *grifo nosso*.

¹⁵¹ DOSSE, François. **A história em migalhas...** *Op. cit.*, p. 38, *grifo nosso*.

suas perspectivas, o que reforça cada vez mais a hegemonia; e desautorizar aqueles que, de alguma maneira, ameaçam o *status quo*, negando vez e silenciando a voz; situação posta tanto por Foucault quanto por Certeau, quando esse afirma que:

essa instituição [o lugar] se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes na análise. Sem dúvida, essa combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*.¹⁵²

2.5 – O princípio normativo: as regras da arte ou, como se fala.

O *princípio normativo* está entranhado, de maneira sutil, na gênese e formação dos demais princípios até aqui apresentados. Ele está presente na redação dos textos fundadores e nas regras da arte, determinadas como elementos avaliativos por aqueles que ocupam os lugares simbólicos. É a porta de acesso dos aspirantes, e o cadeado do algoz avaliador. É o mais penoso, já que deveria possuir uma caráter estritamente técnico, porém, está ancorado um critério inteiramente subjetivo, já que depende da avaliação e do reconhecimento de um concorrente. Poderíamos, até mesmo nomeá-lo de “a prova de fogo”, já que “ser-lhe-á necessário ser ‘acreditado’ para aceder à enunciação historiográfica”.¹⁵³ Enfim, é nesse princípio que estão determinados os parâmetros de inclusão e exclusão dos membros da comunidade disciplinar, ancorado, essencialmente, no sistema de pareceres das mais diversas naturezas.

O *princípio normativo* constitui-se então, como a vitrine dos demais princípios aqui propostos, ou se preferirmos, é a ferramenta que os sujeitos do discurso lançam, a partir de seus espaços simbólicos, com o objetivo de avaliar a adesão ou repulsa ao

¹⁵² CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 63, *grifos do autor*.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 56.

sistema proposto. Constitui-se, basicamente, por um tipo de código de posturas ou um sistema de tradições. São as regras invisíveis que envolvem determinado campo social e que, subjetivamente, todos seus membros reconhecem. No caso do campo científico, alguns dos elementos *extracorpóreos* que constituem o sistema de tradições são: cientificidade, rigor, método, teoria, objetividade e identidade ou disciplina.

Esse “sistema de tradições” do campo científico é simbiótico aos múltiplos campos disciplinares, já que esse se utiliza das bases das estruturas científicas daquele para se estabelecer, e proporciona como retorno os desenvolvimentos técnicos engendrados a longo prazo. No entanto, os campos disciplinares, na busca pelo aprimoramento, concebem características, regras, tradições, ou normas próprias, na tentativa de delinear uma identidade, já que “cada ‘disciplina’ mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo”.¹⁵⁴

Esse sistema identitário da disciplina está sobescrito em um conjunto de regras específicas almejando a padronização técnica da área, em outras palavras, é a maneira *que se fala* no, e, sobre o campo, logo, esse ato de falar em um determinado campo disciplinar está mediado pelo *princípio normativo*, que atua como elemento de amalgama entre o autor, o avaliador e o leitor, ou seja,

o ‘nós’ do autor remete a uma convenção. No texto ele é a encarnação de um contrato social ‘entre nós’. É o sujeito plural que ‘sustenta’ o discurso. Um ‘nós’ se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. [...] É o produto de um lugar.¹⁵⁵

Segundo Foucault, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”,¹⁵⁶ ou seja, os sujeitos que compõem a comunidade disciplinar deverão ser plenamente qualificados, e aqui entenda qualificado como reconhecido, para falar em nome de uma dada

¹⁵⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p., p. 53.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 55-57.

¹⁵⁶ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**... *Op. cit.*, p. 35.

disciplina, já que esse ato de fala deverá representar um grupo e sua perspectiva de “melhor ciência”.

Enfim, esse princípio é a gestão sobre o *como se fala*, buscando o estado permanente de concordância por meio de uma censura velada que afirma estar resguardando os princípios científicos de um processo de erosão, mas que na verdade, está atuando como uma ferramenta de controle da produção discursiva.

Essa “mão invisível” que atua sobre o campo disciplinar, que como uma miragem é vista por todos aqueles que almejam um oásis, determina as leis do meio, como proposto por Certeau,¹⁵⁷ que seguem, apesar de sua aparente rigidez, em um permanente estado de atualização e retrospectiva, estabelecendo novos critérios e parâmetros ao sabor das necessidades. É esse processo que acaba, ao fim, estabelecendo o consenso ou a desavença e determinado os sistemas de identidade e diferença. Esse sistema acaba por afirmar que

a participação na superioridade de um grupo e em seu carisma grupal singular é, por assim dizer, a recompensa pela submissão às *normas específicas do grupo*. Esse preço tem que ser individualmente pago por cada um de seus membros, através da *sujeição* de sua conduta a *padrões específicos de controle dos afetos*.¹⁵⁸

Essa tensa relação entre os sujeitos do discurso e os demais membros da comunidade disciplinar acaba finalmente transparecendo nesse processo, que tem o *princípio normativo* como mediador entre o texto de um determinado autor e aqueles que Certeau denomina como “polícia do trabalho”, ou, os responsáveis por garantir que “um texto histórico enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas, [...] [e] que pode ser situada num conjunto operatório”.¹⁵⁹

Na disciplina História, assim como em grande parte dos demais campos disciplinares, essas perspectivas apontadas por Certeau podem ser vislumbradas principalmente em três elementos: nos textos fundadores, que geralmente se

¹⁵⁷ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 56.

¹⁵⁸ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**... *Op. cit.*, p. 26, *grifo nosso*.

¹⁵⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 56.

anunciam em editoriais de revistas; nas normas de publicação; e no sistema de pareceres.

Alguns exemplos podem ser apontados nesse contexto buscando aclarar como os elementos normativos são essenciais para a consolidação daquilo que chamamos de *Escolas Históricas*. O primeiro exemplo válido a ser apontado é o caso dos textos fundadores em proposição nos editoriais das revistas.

Ao longo de todo século XIX e XX inúmeros foram os periódicos que floresceram na academia com o objetivo de explanar sobre áreas de concentração até então não exploradas, e entre essas podemos dar destaque a: *Revue des questions historiques*, *Revue Historique*, *Revue de Synthèse Historique* e *Annales*, isso para ilustrar o caso francês. Em todos esses periódicos é possível acessar um texto fundamental que aponta para as diretrizes que cercam os anseios de seus fundadores, nesse caso, ao mesmo tempo que a escrita se consolida como *princípio discursivo*, por apontar horizontes, perspectivas e superioridade desse “novo” campo de pesquisa sobre seus antecessores, se estabelece como *princípio normativo*, por aclarar as regras, ou normas, que devem ser seguidas por aqueles que a esse grupo almejam se unir.

No caso da *Revue Historique* o combate se deu, como já exposto, contra os ultramontanos acastelados na *Revue de questions historiques*. Segundo Teresa Malatian, “ao se posicionar contra a *Revue des Questions Historiques*, a *Revue Historique* demarcava para si um território republicano e laico, porém atento à preservação da pesquisa histórica desinteressada e científica”,¹⁶⁰ e buscava implementar um projeto de combate que tinha como objetivo “criticar as tradições, os documentos e os fatos; desprender a filosofia das ações humanas, descobrindo as leis científicas que as regem; dar vida ao passado”,¹⁶¹ ou seja, um complexo conjunto de elementos que determina os rumos que a pesquisa histórica deve tomar a partir desse ponto, excluindo do processo aqueles que não se adequarem.

¹⁶⁰ MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In.: MALERBA, Jurandir. **Lições de história: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 325.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 326.

Situação análoga a de Monod, que estabeleceu combates contra os “românticos”, foi a de Henri Berr, que no alvorecer do século XX propõem uma nova revista com vistas a uma releitura das práticas historiográficas até então propostas, que estavam saturadas por um mix de saudosismo romântico com nacionalismo metódico. A *Revue de Synthèse Historique* se estabeleceu nesse princípio de século como uma marco no combate a uma história extremamente politizada e historicizante. Segundo Clayton Borges e Luiz Carlos Bento, o método histórico de Henri Berr tinha como pretensão “consolidar uma história científica [...] fornecendo uma visão de conjunto, uma síntese produzida a partir da junção entre erudição histórica e teoria, que fosse capaz de chegar ao conhecimento do psicológico por meio da compreensão do social”.¹⁶²

Borges e Bento deixam transparecer que o processo normativo de inclusão e exclusão da revista de Berr está claramente disposto no Manifesto de Fundação da revista (1890). Segundo os autores:

Henri Berr defendeu que os textos a serem publicados na revista deveriam se pautar em contribuir para a construção de um ciência histórica que fosse verdadeira e plena. Por esse motivo, adverte que o periódico *não acolherá* trabalhos que não fossem produzidos a partir de um ‘bom método’, a saber, o método histórico.¹⁶³

E por último, temos os *Annales*. Nascidos em um mister de desapontamento e questionamentos retóricos sobre o trato do passado, os *Annales* se desenvolveram na onda dos descontentamentos e souberam aproveitar os diversos pontos propostos tanto pelos historiadores, quanto pelos geógrafos e sociólogos do período em questão. Apesar de beber avidamente nos pressupostos teóricos dos campos econômicos (François Simiand), sociológicos (herdeiros durkheimianos), geográficos (Vidal de la Blanche) e psicológicos (Henri Wallon) e de lançar mão de perspectivas metodológicas, tais como as propostas por Henri Berr na *Revue de Synthèse*, os

¹⁶² BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira; BENTO, Luiz Carlos. *A Revue de Synthèse Historique: interdisciplinaridade e epistemologia nos estudos históricos franceses (1900-1914)*. In.: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 276.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 284, grifo nosso.

Annales se propõe como o novo, onde na verdade, o que eles conseguiram foi promover o agrupamento dos dissidentes, que até então, de maneira desgarrada, forçavam passagem por um poder simbólico fortemente enraizado no campo científico francês, os metódicos.

É claro que devemos aos *Annales* os louros do desenvolvimento da pesquisa histórica, entretanto, devemos a esses mesmo fomentadores o sistema de “repressão” que muitas frentes de pesquisa sofreram ao longo de muitos anos, sendo recuperadas somente um quarto de século depois da instauração de tal matriz, período em que outras disciplinas passavam por um processo de reavaliação estrutural do saber e que a História, a *Annales*, negou tanto como processo, quanto como direito, reafirmando um *status* de “colonização” da disciplina, a exemplo do que se desenrolará no Brasil a partir da inserção de sujeitos ligados a essa matriz em universidades brasileiras como a USP e a Universidade do Distrito Federal (mais tarde UFRJ).

Os outros elementos que dispõem de espaço como *princípio normativo* dos campos disciplinares são as normas de publicação, que assim como os textos fundadores, geralmente se estabelecem em torno de um determinado periódico coordenado por um grupo hegemônico ou que faz combate a esse. Se os textos fundadores ditam os tipos ideais de produção direcionando as regras da arte, as normas regem a “qualidade” da melhor ciência, estabelecendo parâmetros a serem seguidos buscando dar um ar de “uniformidade” ao modelo de escrita do grupo ao qual o aspirante está buscando acessar. As normas de publicação são o “sistema de vigilância” que os sujeitos-plurais do discurso lançam mão no intuito de monitorar os desejáveis e os indesejáveis.

E finalmente o sistema de pareceres. Esse é definitivamente a fronteira final a ser transposta por quem está almejando se estabelecer no campo disciplinar. O rompimento dessa barreira significa a inserção no grupo que redige o discurso e que controla os bens simbólicos, no entanto, a barreira do parecer é a mais cara a um determinado tipo de escrita ou prática de pesquisa histórica, já que “não ‘recebido’

pelo grupo, o livro cairá na categoria de ‘vulgarização’ que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como historiográfico”.¹⁶⁴

Descrita aqui toda essa “anatomia política”¹⁶⁵ do campo científico, consideramos que a domesticação dos sujeitos em corpos dóceis atinge sua plenitude quando ocorre a naturalização das práticas que foram percorridas, não produzindo queixas ou estranhamentos quando ocorrem mudanças sistemáticas nos eixos discursivos, sucessões hereditárias das posições de poder e afastamento permanente dos sujeitos marginais pelos instrumentos de regulação e avaliação. É o entorpecimento pleno.

Dito isso, consideramos os três princípios aqui percorridos como sustentáculos da formação de um dado campo disciplinar e plenamente arraigados nas práticas historiográficas das matrizes que se estabelecem tanto como situação, quanto questionadores, ou se preferir, como estabelecidos e *outsiders* no processo gerativo da chamada *nova história*, seja na França, seja no Brasil.

¹⁶⁴ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica... *Op. cit.*, p. 56.

¹⁶⁵ Termo cunhado por Foucault em *Vigiar e punir*. Para saber mais conferir: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1993, p. 127.

PARTE III: REVISTAS E PODER SIMBÓLICO: REDES E LITURGIAS DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO NO BRASIL

A produtivista competição universitária pode produzir gênios, mas produz também uma luzidia, ufana e insuportável casta de neuróticos e esquizofrênicos, ausentes num planeta longínquo, indisponíveis para se solidarizarem com os prejudicados pelo figurino estabelecido, mergulhados numa introversão narcisista que até mete dó! São personagens, parafraseando Hegel, necessitados de aprender a subir às alturas do infinito bom humor, para observar abaixo de nós a eterna tolice dos humanos, para amar a própria insignificância e rir de si mesmos.

José Olímpio Bento

Para alguns desatentos, ou acalentados, pode parecer um tanto quanto exagerado, ou cético, empreender uma leitura da formação disciplinar a partir das disputas de poder, entretanto é necessário compreender que as relações de força que estruturam e disputam o campo não são somente reais, como também ritualizadas.

Como exposto até aqui, existe ao longo desse processo de institucionalização disciplinar um conjunto de elementos que confere ao anunciante o poder sobre o enunciado, que é publicizado a partir de algumas ferramentas que fazem parte daquilo que convencionamos denominar, a partir das relações desenroladas anteriormente, de *princípio normativo*.

Como podemos perceber a conjunção dos *princípios* do campo delega a um conjunto de sujeitos as prerrogativas da difusão e da confirmação do caráter de verdade, ou de ciência, de um agrupamento de práticas e textos, que no caso da disciplina História convencionou-se denominar historiografia, no intuito de marcar e solidificar uma dada posição. Essa conjunção é externada em diversas frentes, que vão de obras canônicas a grandes debates com direito a réplicas e tréplicas, no entanto, entre todos os meios e dispositivos que os sujeitos do discurso lançam mão um possui maior grau de relevância e de representação: as revistas. E não nos resta dúvida que fundadores e editores das revistas ocupam um lugar de destaque na hierarquia do campo, e ao lado destes as escolhas que são feitas para o conselho editorial e o conselho consultivo. Conselhos editoriais servem para auxiliar os editores na produção das revistas, organização de dossiês, observação da linha editorial e, eventualmente, confecção de pareceres sobre artigos. Já o conselho consultivo, em grande medida, destina-se a executar a chamada polícia do discurso, ou a revisão de artigos, dossiês, entrevistas, etc. Estas escolhas são fundamentais para a conformação e consolidação de redes de pesquisa e operam no sentido de cartografar e também hierarquizar o campo.

Como se vê, as revistas se constituem como dispositivos de grande relevância na historiografia por unir todas as qualidades necessárias para a busca e a manutenção de um determinado *status* ou posição de poder. Elas podem ser utilizadas como: meio de ampla divulgação e reiteração dos manifestos fundadores propostos pelos sujeitos dos discursos; ferramenta de inserção e exaltação dos espaços simbólicos e seus “grandes feitos”; e elemento de mediação, regulação e de

crítica e “expurgo da resistência” mediante a seleção dos textos que irão compor as partes do periódico, a saber: editorial, entrevista, dossiês, artigos livres, resenhas e, também, a publicação de documentos, por exemplo.

Esse conjunto de qualidades, que na verdade são demandas, presentes nas revistas tornam-nas significativamente atrativas, no entanto, outras duas características possuem maior grau de atração no imaginário dos “donos do poder”, que são: a grande e rápida circulação; e a alta receptividade e penetração dos textos e proposições elencadas em suas páginas. É a perfeita união da eficiência com a excelência, haja vista que o principal objetivo dos grupos é a afirmação de superioridade de suas perspectivas frente as demais ditas ultrapassadas ou limitadoras do desenvolvimento disciplinar. Fato acentuado a partir da difusão das mesmas em formato digital, garantido por meio de um acesso facilitado e, muitas vezes, gratuito ao seu conteúdo.

Dito isto, é fato que as revistas passaram a ocupar o epicentro do processo de instauração e instalação dos campos, das disciplinas e dos grupos de pesquisa desse grande universo social que é o campo científico, e por esse motivo, a compreensão do conjunto de práticas exercidas por meio desse objeto de é de vital importância, já que é, como proposto por Júlio Bentivoglio, objeto privilegiado para a construção de análises que buscam compreender o conjunto de ações, estratégias epistemológica e de poder, além de contribuir para “o reconhecimento das redes de intelectuais, dos debates mais expressivos e das pesquisa exemplares, revelando alianças, adesões, mas também as disputas, que correspondem a um bom termômetro da atividade”.¹⁶⁶

¹⁶⁶ BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?... *Op. cit.*, p. 9. Para Bentivoglio essa posição de objeto privilegiado se dá, principalmente, pelo fato de que as revistas “possuem um perfil de longa duração, condições de produção e distribuição similares e uma estrutura de seções bastante semelhante. [...] elas representam uma forma nova e particular de se escrever histórias, com uma escrita sintética, objetiva e informada por teorias e métodos de pesquisa, que abandona o diletantismo, longas digressões e o ensaísmo, adotando um escrita disciplinada, mediante a paulatina transição de um regime de autonomia antigo, de perfil *magistral vitae*, para um novo regime disciplinar e científico”. *Ibidem*, p. 14.

Além do exposto por Julio Bentivoglio, devemos considerar, como discorrido por Diogo Roiz e Jonas Santos apontam, que

as revistas especializadas, *não por acaso*, são um dos principais canais de escoamento da *produção de ponta* de qualquer campo do conhecimento. Sendo mais ágeis do que os livros e teses, os periódicos trazem debates sempre atuais e, por isso, são considerados os locais mais adequados para debates biográficos, balanços de diferentes áreas de pesquisa, troca de ideias (entre profissionais, das mais diversas formações) e a consequente construção do saber.¹⁶⁷

Assim, podemos compreender esse dispositivo como elemento de amálgama do campo e de seus colaboradores. Ele é tanto ator quanto coadjuvante do processo, atuando claramente como ferramenta de consolidação da rede de conexões que sustenta um determinado conjunto discursivo de um dado lugar social, ou seja, por mais que a revista seja um objeto inanimado e operada por um grupo de sujeitos, ela é um personagem, ou na linguagem de Bruno Latour, um ator da rede, tendo em vista que é a partir desse espaço que surgem as principais manifestações de debates de relevância para um dado grupo. Localizar estas figuras e as posições que ocuparam no processo de construção da hierarquia disciplinar é de grande importância e relevância, já que possibilita uma ampliação da leitura do universo social dos grupos de poder ou em ascensão.

As revistas operam como meios de acesso a grandes comunidades nesse processo. Sua atuação, mesmo que não seja fruto de uma ação diretamente realizada por ela mas sim por mediadores, é externada de maneira objetiva, o que garante a elas protagonismo, já que no caso da sua não existência seria extremamente laborioso aos mais diversos grupos difundir suas ideias e propostas disciplinares, tendo em vista que em alguns casos o tempo de produção de um determinado tipo de texto é extremamente longo, a exemplo de livros e teses. É por esse motivo que os

¹⁶⁷ ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais da historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil.** São Paulo: Paco editorial, 2012, *grifo nosso*.

membros do campo optam por esse meio ou dispositivo em detrimento de outros, e essa leitura é possível já que em análises anteriores percebemos,

invariavelmente a presença das revistas ligadas diretamente a grupos de poder, tais como instituições, universidades, grupos de pesquisa e sociedades. Essa é visivelmente a principal fonte de divulgação dos resultados de pesquisas ligadas a essas instituições, e de colaboradores de grande prestígio na comunidade acadêmica, que os grupos almejam possuir como membro de um possível novo centro de poder que está em constituição.¹⁶⁸

Logo, como

espaço de inovação intelectual, *reflexo e modelo* da produção do conhecimento histórico, as revistas especializadas *desempenham uma função decisiva na definição e na manutenção dos paradigmas* que constituem o arcabouço da disciplina.¹⁶⁹

Dentro desse contexto podemos afirmar que a revista serve como elemento de afirmação das redes de sociabilidade dos grupos que se estabelecem nas mais diversas áreas do saber. Ela é “capturada” como bem simbólico, passando a representar e a movimentar um determinado lugar social, configurando-a como mediadora das relações discursivas e de trabalho previamente estabelecidas por aqueles que estão no poder, desintegrando, assim, qualquer tipo de pudor sobre o que é aceito ou não nesse tipo de espaço estabelecido e ritualizado, ou seja, as revistas,

operam em função de critérios dominantes, consagram produções conforme os princípios da ciência oficial, oferecendo assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciências e, exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja

¹⁶⁸ NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto...** *Op. cit.*, p. 23.

¹⁶⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In.*: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017, p. 31.

rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõem.¹⁷⁰

Dessa forma, podemos afirmar que as revistas atendem todos os requisitos necessários a fim de se estabelecer como dispositivo fundamental para a constituição processual dos campos já que por meio delas podemos compreender o conjunto de práticas, ações, lugares, discursos e mediações operadas pelos colaboradores do campo.

Enfim, é o meio mais objetivo para uma leitura e percepção da “economia simbólica” e da “economia dos afetos” do campo, onde o sistema de distribuição e circulação de capital simbólico define as regras da arte. Na FIGURA 1 desenhamos, tomando como exemplo a *Revista de História*, um diagrama sobre alguns elementos que elucidam seu funcionamento.



Figura 1: Mapa de propostas para uma leitura das revistas acadêmicas, tomando como exemplo a Revista de História da USP. Fonte: NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto:** os periódicos de história como elemento de definição do campo. O caso da Revista de História da USP (1950-2016). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983, p. 138.

Criada por Eurípides Simões de Paula, a Revista de História foi concebida tendo como inspiração a tradição e a revista da chamada escola dos *Annales*. Pretendia divulgar o conhecimento e a pesquisa histórica produzidos em torno do Departamento de História da USP e seus colaboradores diretos, destinando-se, sobretudo a publicar pesquisas e estudos originais e tendo como principais representantes em seu corpo editorial, docentes daquela universidade.

Procuramos selecionar, ao lado da RH, os periódicos *Estudos Históricos*, *Revista de História* e *Revista Brasileira de História* que são pensados como objetos privilegiado para se compreender as dinâmicas do campo historiográfico, entre 1960 e 2000. Naquele contexto foi considerável o número de periódicos que surgiram e se espalharam pelas universidades brasileiras.¹⁷¹ Essa pequena amostra, contudo, será capaz de iluminar algumas premissas fundamentais propostas nesta pesquisa. Afinal, por meio daquelas revistas, acreditamos ser possível indicar um aspectos decisivos da pesquisa histórica no Brasil, a saber:

- a) a emergência de uma produção cientificamente orientada e produzida nas universidades,
- b) a suplantação dos antigos modelos e influência exercida pelos institutos históricos e geográficos, em especial o IHGB;
- c) uma certa polarização/rivalidade entre dois centros expressivos da historiografia localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro – de um lado com a USP e de outro lado com as universidades cariocas, em especial a UFF e a UFRJ.

A imersão desse objeto no seio das disputas pela hegemonia é latente, o que torna pertinente uma apropriação que o analise como parte da composição da engrenagem de um campo científico, e nesse sentido as revistas escolhidas serão capazes de ilustrar esse processo.

¹⁷¹ Algumas dessas revistas, com o seu ano de fundação, estão listadas no quadro 4, como poderá ser visto adiante.

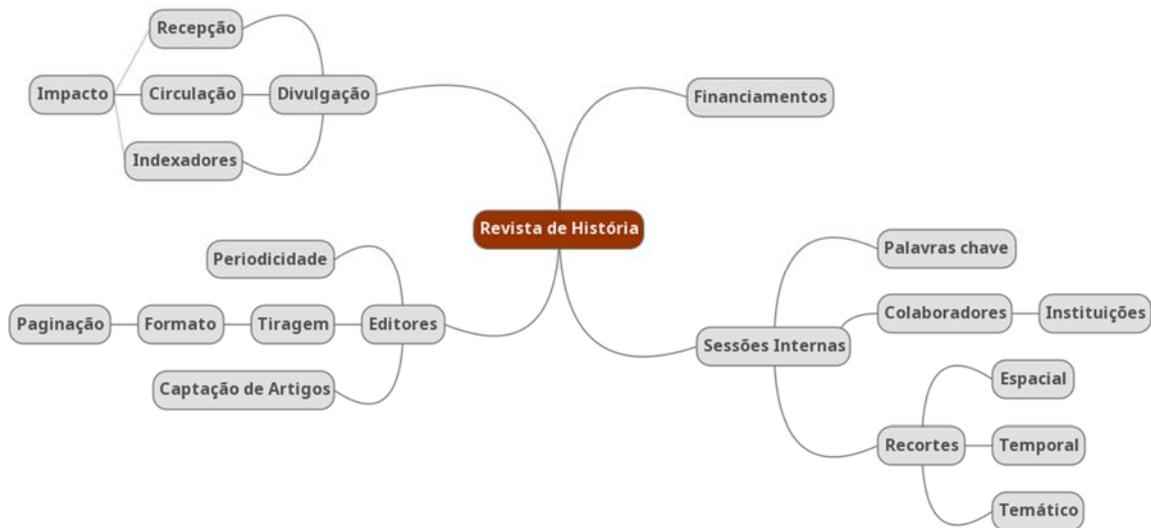


Figura 2: Diagrama de organização das revistas acadêmicas. Fonte: NASCIMENTO, Bruno César. *Para além do texto... Op. cit.*

Desmembrar e analisar uma revista é deixar à mostra todas as táticas e as estratégias de um determinado grupo do campo (ver Figura 2). A multiplicidade de informações que podem ser obtidas a partir desse processo contribui significativamente para o desenvolvimento de uma memória disciplinar, possibilitando uma reflexão mais profunda e crítica, desvincilhada das paixões e atrações sedutoras que esse tipo de leitura proporciona e estimula, afinal, o campo intelectual, segundo Bourdieu, é um campo que possui dinâmica própria dos demais universos sociais, possuindo a concorrência e a disputa de forças como elementos norteadores das práticas e das falas, ou se preferirmos, dos fins e dos meios.

Escolher e reverenciar nomes do conselho editorial, estabelecer trocas e políticas de boa vizinha mediante a seleção dos integrantes do conselho consultivo, criar uma rede de colaboradores e leitores – mediante uma distribuição periodizada em território nacional e no exterior através de assinaturas ou permutas – criar seções responsáveis para realizar uma agenda e uma polícia do campo, escolhendo paradigmas, metodologias, aproximando-se de determinados grupos, selecionando e privilegiando determinados objetos, temas e abordagens em seus dossiês, buscando qualificar e indexar o periódico, são ações que indicam a revista como um nexo em uma complexa de relações entre indivíduos e o saber histórico institucionalizado.

3.1. O protagonismo das revistas referendando espaços de poder

Como explanado até aqui, consideramos as revistas acadêmicas objetos que contribuem para uma leitura privilegiada do conjunto de práticas e ações no/ do campo científico. Os três periódicos escolhidos referendam a defesa de uma nova história, algo que analisamos no primeiro capítulo. Havia entre seus fundadores e conselheiros o desejo de instaurar uma inovação no campo, produzindo um novo tipo de História em relação ao quadro existente. Sua imersão no conjunto de tais práticas desse universo social permite maior acesso às tênues linhas de força que perpassam as relações entre os indivíduos que se constituem como parte do corpo disciplinar. Por essa característica, é possível a construção de elos de ligação entre os *princípios constitutivos do campo* e o conteúdo explicitado nas páginas das revistas no intuito de aclarar os discursos, lugares sociais e normas impostas.

Em *A ordem do discurso* Foucault discorre sobre os processos constitutivos da “verdade”. Segundo o autor, a verdade é um constructo social que está plenamente ancorado no processo discursivo e imposto a um determinado grupo como sendo a única realidade possível para aquele seguimento ou tipo social. Para Foucault, a realidade discursiva busca dar sentido e afirmar aquilo que em algum momento foi deixado à margem do debate, mas que se constitui como sendo de grande relevância para alguns sujeitos. Essa negação torna-se a porta de entrada para uma confrontação, que tem, basicamente, a indicação dos pontos falhos do regime dominante em contraponto às qualidades do sistema emergente.

Por essa característica, o discurso se constitui como uma ferramenta singular nos processos sociais. É o espectro que ronda o princípio básico do ensino e da assimilação, a repetição, ou seja, o discurso é o conjunto prático onde um anunciante reproduz repetidamente um determinado enunciado a ponto de transforma-lo em tema de debate e por fim em realidade concreta. Editoriais são um bom termômetro, por exemplo, para verificarmos a pertinência deste pressuposto. Eles inauguram e ao mesmo tempo informam agendas claras de pesquisa. E a composição dos quadros no conselho editorial e consultivo informam qual é a rede representada por aquela publicação.

No campo disciplinar, esse talvez seja o principal elemento que os sujeitos aglomerados à margem lancem mão no intuito de se fazer ouvir. Em um sistema

permanentemente retroalimentado que afirma e deslegitima os sujeitos, o discurso funciona como o elemento que corrói a estruturas científicas, suplantando um determinado modelo e instaurando um novo tipo de ordem. Algo que, como veremos adiante ficará patente na abertura de cada um dos três periódicos escolhidos. Esse estado permanente de conflito dentro do campo científico se sustenta em uma prerrogativa básica: o monopólio da renovação, ou seja, sempre há a necessidade da interpelação e da evocação do novo face a obscura e permanente ameaça do arcaísmo que cerca a ciência.

Essa tríade constituída por: ataque, promessa de renovação e proteção contra o “mal”; estrutura a esfera discursiva, que em momento apropriado, geralmente de grande descontentamento, surge como a possibilidade mais adequada e viável, agrupando em seu entorno um número cada vez maior de insatisfeitos, a ponto de ameaçar e até mesmo superar o que está estabelecido. Isso significa uma coisa, que é de extrema relevância, nem sempre o discurso é hegemônico, mas a sua capacidade de convencer e de se adequar o tornam altamente sedutor.

No campo científico, uma das formas de extrapolação dos discursos são os manifestos ou textos fundadores. Em sua ampla maioria esses textos se constituem como um conjunto de diretrizes que não nortear o processo de amalgama das afinidades e dos afetos. É um programa, que defende uma determinada matriz ou prática, e que nega, arraigadamente, aquilo que está dado. É claro que a parte que está estabelecida também possui suas ferramentas, seus meios e seus correligionários aptos ao embate, no entanto a força desses não é a mesma que era quando se estabeleceram, e a frente de ataque é muito mais ampla que a de defesa.

Assim, o objetivo do discurso é claro: se tornar hegemônico. Para a realização dessa tática as normas ou diretrizes devem atingir o maior número de ouvintes possíveis, e o meio mais eficaz de atingir tal meta é por meio das revistas. São nas páginas das revistas que sujeitos do discurso encontram pontos de ancoragem e atingem um maior número de leitores, haja vista grande tendência que os periódicos possuem para uma alta taxa de circulação. São os periódicos que dão voz ou que organizam determinados discursos que se erigem enquanto poderes em um campo marcado por disputas e tensões, por aproximações e distanciamentos, por alianças e combates.

Por geralmente serem os autores das bases epistemológicas e fundadores das revistas, os grupos discursivos utilizam esse espaço para a afirmação de seu ponto de vista por meio dos textos, de resenhas críticas, e, principalmente, pelos editoriais. É nesse espaço, que o discurso da excelência científica se disfarça com a roupagem da retórica do novo. É nesse ponto, que as revistas cumprem seu papel de elemento de reprodução, submetendo, diretamente, os leitores a esse conjunto de normas e de tradições inventadas, afinal, como proposto por Sirinelli,

todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. [...] As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e as influências que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas.¹⁷²

3. 2. As revistas como um poder simbólico

Nesses processos de estruturação, certamente o simbolismo possui uma força significativa. Ocupar espaços de poder, se tornar um modelo ou referência e erguer “monumentos”, torna possível, de forma permanente, a presença no imaginário social. Essas manifestações representam a força e o simbolismo do poder. Ocupar tais espaços é essencial no processo de legitimação do grupo que está em ascensão. A ocupação das universidades, museus, arquivos, bibliotecas e demais espaços públicos, fomentam o sentimento de presença, que acaba convertido em um tipo de prática ou ação legitimada, ou se preferir, poder simbólico.

Esses espaços supracitados, assim como alguns outros, são, em sua grande maioria, lugares sociais de nome e poder já reconhecidos, e sua ocupação representa

¹⁷² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In.*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 248-249.

que os pares o reconhecem como sendo um nome de relevância que produz pesquisas de significativa contribuição para o campo.

A atuação a partir desses espaços permite aos sujeitos do discurso uma maior difusão do mesmo, já que a relevância do lugar permite uma maior espaço de fala e uma agregação de interesses em seu entorno. Essa agregação é traduzida mais tarde como um sistema de heranças, em que os sujeitos replicantes – formados pelos grandes nomes do campo – passam a ocupar outros espaços produzindo uma rede de influências cada vez maior.

Nesse contexto, é possível perceber que o discurso combativo foi o vencedor do embate, e que sua representatividade é cada vez maior, mas não por isso a revista perde sua função, tendo em vista que, como dito anteriormente, o discurso tem o poder de se moldar às conveniências e oportunidades de ocasiões particulares, e a cada nova “mutação” ou adequação se faz necessária a reafirmação da posição e da autoridade de fala dos sujeitos que são poder.

Por esse motivo a revista pode e deve ser reconhecida como um *lugar simbólico*, em que somente a menção de seu nome remete o leitor a um determinado grupo do campo, suas vertentes e convicções.

A revista passa a ser orgânica e autônoma, e a excelência das publicações lhe faz reverberar de maneira independente do grupo que a coordena, o exemplo fundamental é que mesmo mediante as mudanças editoriais, nominais e de conselho que sua qualidade permaneça incontestada. Captar nomes representativos do campo para serem publicados em suas páginas, tomar temas candentes do momento ou manter a periodicidade da publicação, por exemplo, são três princípios elementares de toda publicação que almeje projeção no campo historiográfico. Algo que estava no radar de cada uma das três publicações escolhidas.

E, sob a perspectiva dos historiadores e historiadoras, o reconhecimento das revistas como um espaço de poder simbólico ou de autoridade e projeção sobre o campo, percebidos por meio do nível de agregação que se desenvolve em seu entorno e que cresce exponencialmente, cria uma expectativa fazendo com que seja cada vez maior o número de interessados em se fazer presentes em seus volumes ou

fascículos, afinal, a publicação em suas páginas é “garantia” de qualidade e de reconhecimento de sua contribuição para com o campo.

No entanto, há um fato que devemos chamar atenção nesse processo e contexto. Dada a autoridade aos sujeitos do discurso, os mesmos utilizam desses espaços para aprofundar cada vez mais o abismo que passa existir entre eles e os indesejáveis. Estipulada e estimulada, uma série de regras passam a valer no interesse de beneficiar seus companheiros e de negar a fala dos outros. Esses espaços sociais são os responsáveis por estabelecer os ritos de passagem e agregação para aqueles que estão interessados em seguir as “tradições” do grupo. Essas regras ou se preferirmos, leis do campo, atuam como mediadores do processo, e as revistas servem como um tipo de vitrine ou manual a ser seguido, tendo em vista que até mesmo os concorrentes dos estabelecidos possuem acesso irrestrito a esse material, já que a ideia é, de fato, “minar” a concorrência a ponto de “convertê-la”. Dessa forma devemos levar em consideração que

em toda revista é possível acompanhar duas linhas claras de ação. De um lado, tem-se a adoção de procedimentos táticos face aos periódicos mais consagrados ou reconhecidos como mais representativos, disputando colaboradores mais importantes. [...] De outro, ações mais estratégicas que procuram abrir um espaço particular ou especial para canalizar determinados estudos e vetar outros, impondo ou recusando modelos, ações que revelam tentativas de conduzir, ou pelo menos controlar, a produção.¹⁷³

3.3. Um espaço para a normatização das práticas

Por fim, temos a relação entre as normas e a técnica, ou seja, entre a prática e a escrita. Aquilo que convencionamos nomear de *princípio normativo* é a parte de estruturação do campo que possui o maior vínculo com a produção, logo, com as revistas.

¹⁷³ BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?... *Op. cit.*, p. 23.

O *princípio normativo* é mediado pelos elementos de avaliação que o sujeito-plural do discurso introduz no campo por meio dos espaços simbólicos ocupados e validados pela adesão e crença no sistema de tradições. É o mais politizado e combatido de todos os princípios, tendo em vista que é por meio do filtro desse que é possível ou não aos aspirantes a ascensão.

Michel de Certeau deu um nome para esse conjunto de elementos avaliativos: *polícia do trabalho*. Essa polícia do trabalho, que pode ser compreendida como pareceristas, são os sujeitos do campo que agem como “guardiões” da inexpugnável fortaleza discursiva. Como dito anteriormente, mas que vale a pena recuperar, o sistema avaliativo é o cadeado do algoz avaliador, que permite ou proíbe o acesso a determinadas áreas sociais.

Para as revistas esse conjunto é o que possui o maior grau de ação e peso sobre os agregados. O sistema de normas estabelecidas para a publicação busca estabelecer um filtro na proposição e produção textual do campo. Essa imposição avaliativa é justificada sob a égide de que sua existência permite um aumento na qualidade das pesquisas e publicações, e que o ato de negar os caminhos proposto leva a crer que os trabalhos não estão suficientemente maduros para vir a público. Esse é o papel exercido, sobretudo, por editores e por conselheiros consultivos, que prioritariamente se encarregam dos pareceres sobre os artigos submetidos. Mas, em decorrência da especialização cada vez mais pronunciada, tornou-se prática corrente recorrer a pareceristas *ad hoc* para esta tarefa.

No entanto, assim como os *princípios* anteriores, o objetivo desse é negar voz e vez para aqueles que estão fora da esfera de atuação dos que coordenam os espaços de fala. Se o discurso afirma existir nesse grupo uma qualidade e uma excelência superior aos demais grupos considerados inferiores, o *princípio normativo* serve para assegurar a aplicação nos meios de divulgação, e isso inclui as revistas, das regras estabelecidas e compreendidas como sendo as responsáveis por assegurar essa dita superioridade.

Assim, seja por meio da aprovação dos artigos ou na produção de resenhas extremamente ácidas, os atores do campo utilizam o espaço das revistas como principal arma de combate as idiosincrasias, as mutações e as anomalias

disciplinares, servindo como um órgão censor, concedendo ou negando a chancela disciplinar.

Podemos então defender a ideia de que todas as práticas do campo histórico no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1980, passam, invariavelmente, pela produção periodizada em revistas, já que é possível assistir nesse meio a publicação de artigos, de resenhas, de relatórios de pesquisa, necrológios, projetos, anúncios e debates, mas, nem todos tem livre acesso ou espaço para publicar nestes espaços ao contrário do que é pregado. Todo aquele que quer se inserir nas regras do jogo historiográfico, ser reconhecido e procura angariar projeção no campo deve, inexoravelmente, publicar artigos e participar dos quadros de algum periódico.

O fato é que, dada a existência de inúmeros grupos em disputa e de que cada um possui um conjunto de regras e tradições, inevitavelmente acabam constituindo revistas para afirmarem uma posição junto às redes e relações de poder existentes no campo historiográfico. Assim, elas se tornam veículos privilegiados para conhecermos as disputas e as afinidades. Conseguir publicar nelas envolve duas questões importantes enquanto as avaliações de submissões é aberta e não feita garantindo o anonimato: as afinidades como a linha editorial do periódico e de seu corpo editorial e as qualidades do texto/pesquisa em sintonia com o que é reconhecido e valorizado pelo campo enquanto pesquisa histórica. E à medida que vão surgindo hierarquias entre as próprias revistas, entre aquelas que são mais importantes e as consideradas iniciantes, fica difícil, para não dizer impossível, para o aspirante, ou membro de prestígio algum grupo rival, ter acesso à publicação, dado que a cada nova proposta são necessárias uma infinidade de adequações no intuito de atender todos os quesitos propostos e exigências, o que acaba por exigir um conjunto de aptidões únicas e restrita a um grupo muito pequeno de sujeitos, que é a capacidade de se moldar e se adaptar, assim como os discursos.

Por fim, podemos considerar que as revistas são, muitas vezes, dispositivos de poder sobre o discurso historiográfico, exercido por aqueles que ocupam posições de destaque e ou que as controlam, servindo como meio e fim para um tipo de ação, *a violência simbólica*. A negação, precarização, ou exclusão pública, acabam se tornando, para aqueles que têm artigos negados, um tipo de incapacidade, fazendo com que permaneçam à margem do campo, trazendo à tona uma nova série de

demandas e novamente retroalimentando o ciclo vicioso de críticas e crises, onde esses que foram excluídos buscarão estabelecer novos discursos, novos espaços simbólicos e novas normas, fortalecendo cada vez o sistema retórico e de disputas no campo, e contribuindo cada vez menos para o avanço e desenvolvimento da disciplina.

Em linhas gerais, na disciplina histórica a atuação das revistas não é diferente dos demais campos disciplinares. Servindo como elemento mediador dos processos de comunicação entre os sujeitos do campo, as revistas se disseminam rapidamente, permitindo uma difusão ampla e de largo espectro e se tornam, portanto, vitrines para os profissionais. A isso se acrescenta, a partir dos anos 2000, o quanto elas servem de índices e de espaços para se auferir elementos qualitativos de avaliação de pesquisadores, professores, departamentos e programas de pós-graduação.

A própria história das revistas científicas de história demonstra como o avanço da técnica e a inserção desse saber no meio científico do XIX, ensejaram o surgimento deste tipo de publicação, vinculadas às universidades e à pesquisa histórica especializada, possibilitando um maior aporte técnico e textos de caráter exclusivamente historiográfico e não mais plural, relacionado com a publicação de artigos versando sobre outros campos ou objetos sem ligação com a História. O estabelecimento de instituições dedicadas a pesquisa histórica e o desenvolvimento de uma genealogia de pesquisadores surgidos dos primeiros cursos exclusivamente dedicados a esse gênero também foram catalizadores para o florescimento das revistas.

Revistas como a *Historische Zeitschrift* (Alemanha – 1859), *Revue des questions historiques* (França – 1866), *Mind Review* (Inglaterra – 1876), *English Historical Review* (Inglaterra – 1886), *American Historical Review* (EUA – 1895) e, algumas outras que surgiram na segunda metade do século XIX, formaram, na época, a vanguarda das publicações especificamente voltadas para a difusão do saber histórico, e cada uma ligada a uma determinada frente ou corrente histórica.¹⁷⁴

¹⁷⁴ Para conferir mais informações sobre algumas dessas revistas aqui citada ver: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

No entanto, como até aqui delineado, o questionamento e o combate a frentes estabelecidas é inerente ao campo científico, e a chegada do novo século (XX) trouxe consigo um conjunto de revistas que fomentaram de maneira ainda mais aguerrida o debate em torno da disciplina História.

Nomes como *Revue de Synthèse Historique* (França – 1900), *Hispanic America Historical Review* (EUA – 1905), *Revista de História* (Portugal – 1912) e mais tarde os *Annales* (França – 1929), foram fundamentais para o desenraizamento da disciplina História dos campos exclusivistas e tradicionais, como política, religião, biografia e nação, e apoio ao desenvolvimento de perspectivas econômicas, sociais, culturais, sociológicas e geográficas, além, é claro, de abrir as portas para as mulheres, que mesmo em número diminuto, passaram a se fazer presentes em um espaço altamente sectário e machista.

A inserção desses elementos em uma equação até então desbalanceada produziu reverberações significativas, conduzindo alguns modelos historiográficos ao ostracismo, como foi o caso dos metódicos da *Revue Historique*, ou a situações desconfortantes como foi ocasionada pela relação entre a *American Historical Review* e a *Hispanic-American Historical Review*.

No entanto, nenhum outro grupo soube usufruir ao extremo dos recursos possibilitados pela revista como os *Annales*. Agrupando em torno de si um número gigantesco de colaboradores insatisfeitos com os caminhos seguidos e propostos pelos Metódicos, os *Annales* foram capazes de fazer as engrenagens dos *princípios do campo* funcionar de modo perfeitamente harmônico, criando um discurso, ocupando os espaços institucionais (e quando não havia mais o que ocupar eles criaram a VI seção da EHESS) e ditando as normas e regras do campo, enfim, aplicando de modo preciso o monopólio do discurso de renovação, tornando possível o julgo àqueles que resistiam e colonizando os espaços até então pouco cultivados disciplinarmente, como foi o caso de países como o Brasil e a Argentina.

O relevante papel desse objeto para o desenvolvimento do campo é apontado por diversos especialistas quando o assunto é a História da Historiografia e o desenvolvimento dos parâmetros disciplinares. Historiadores como Delacroix, Antoine Proust, Bourdieu, Martin, Dosse, Burke, Dumoulin, e os brasileiros José Roberto do

Amaral Lapa, Francisco Iglesias, Carlos Guilherme Motta, Simon Schawartzman, entre tantos outros mais, dedicam extratos de suas obras para trazer à luz esses elementos que são parte fundamental do processo de estruturação do campo. Para Bentivoglio, “se antes a história da história estava diluída em diferentes obras e tradições historiográficas, agora ela se afirma e se dissemina por meio de um veículo/objeto singular: a revista científica de história”.¹⁷⁵

Em relação a este processo, no Brasil, a preeminência e o pioneirismo coube à *Revista de História* da USP, que foi o primeiro periódico acadêmico de história publicado no país. Vejamos agora um pouco mais aspectos relacionados com a formação do campo histórico no Brasil a partir da análise desta revista e de outras duas bastante representativas. Os exemplos tomados serão capazes de iluminar elementos decisivos relacionados com nossa pesquisa, a fim de responder a seus questionamentos e evidenciar a pertinência dos pressupostos estabelecidos nas duas primeiras partes deste trabalho.

QUADRO 1. FUNDADORES DOS PERIÓDICOS ANALISADOS		
REVISTA DE HISTÓRIA - USP - 1950	REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA - ANPUH - 1981	ESTUDOS HISTÓRICOS - FGV – 1988
EURIPEDES SIMÕES DE PAULA - USP	ALICE PIFFER CANABRAVA - USP	ANGELA DE CASTRO GOMES – CPDOC
		GERSON MOURA - CPDOC
		LÚCIA LIPPI OLIVEIRA – FGV

No Quadro 1 identificamos os nomes dos fundadores das revistas aqui analisadas. Eurípedes Simões de Paula é uma das mais importantes figuras do departamento de História da USP, formado em Direito no Largo de São Francisco e doutor em História sob a orientação de Jean Gagé, foi contemporâneo de Sérgio Buarque de Holanda e titular da cátedra de História Antiga e Medieval na USP.

Alice Canabrava, presidente da ANPUH na gestão 1979-1981 fundou a RBH para ocupar o vazio deixado pelo fim da publicação dos anais daquela entidade,

¹⁷⁵ BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia?... *Op. cit.*, p. 11.

interrompidos desde 1977 com a paralização das atividades da Revista de História, periódico que dava vazão às demandas da ANPUH e que ficou suspenso em virtude da morte de seu editor-fundador, o prof. Eurípedes Simões de Paula. A criação da revista e da entidade, em solo paulista – a Anpuh em Marília-SP e a revista em São Paulo, bem como a manutenção da própria sede no prédio de História e Geografia da USP são indicativos de que se buscava ali uma hegemonia sobre o campo historiográfico em amplitude nacional.¹⁷⁶

Já a EH foi fundada por Ângela de Castro Gomes, Gerson Moura e Lúcia Lippi Oliveira, todos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, e que, desde o primeiro número buscaram construir um periódico interdisciplinar e cosmopolita, atento às novidades da historiografia internacional, publicando traduções de autores que vinham provocando inovações na pesquisa histórica. Com maior preocupação de ordem teórica e historiográfica, se diferenciava das duas outras revistas que, em suas páginas, davam maior vazão a artigos monográficos e de pesquisa de base.

3.4. Hierarquias de poder historiográfico no Brasil a partir de três revistas

A *Revista de História* da USP, foi o primeiro periódico acadêmico de história no Brasil, que continua sendo editado até hoje. Criada por Eurípedes Simões de Paula, ela surgiu em 1950. Naquele momento não devia existir mais que algumas

¹⁷⁶ Aqui vale destaque em uma breve análise. Apesar de estar estabelecida sobre uma memória discursiva, ainda é latente a predominância paulista, principalmente uspiana, na gestão da ANPUH e da RBH. Das 30 gestões da ANPUH, ao longo da história da instituição, 17 foram paulistas, sendo que dessas 13 são de professores que compuseram ou compõe os quadros da USP. No caso da RBH, no período analisado, todas as gestões diretas foram realizadas por professores de instituições paulistas, isso porque entre os números 6 e 10 a revista possuía um editorial tríplice, já entre o 11 e 18 a revista contava com uma comissão editorial como gestor e não apenas um editor-chefe. Do total de números publicados no período (41 no total) 37 possuíram editores paulistas ou organizadores de números oriundos do estado de São Paulo. Desses 17 são da USP. Outro dado interessante a ser levado em consideração é que com exceção dos número de 6 a 10, todos os demais foram controlados por mulheres. Mesmo durante o período em que a administração da revista era compartilhada (11 a 18) a predominância de editoras era marcante (cerca de 67% da composição do quadro editorial).

dezenas de cursos de graduação que formavam professores de História no Brasil, invariavelmente, cursos História e Geografia integrados.

Simões de Paula é um integrante da primeira geração dos uspianos, sua tese de doutorado foi orientada por Jean Gag e, que tinha grande influência de Marc Bloch e Fernand Braudel. Ingressou como professor assistente na USP em 1937 em concurso organizado por Fernand Braudel, para a cadeira de Antiga e Medieval. Foi companheiro de Pedro Moacir Campos, Eduardo de Oliveira França, Alice Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Melo e Olga Pantaleão. Em 1958 S ergio Buarque de Holanda passou a integrar o corpo docente do Departamento de História, formando o time que ocuparia lugar de destaque e prestígio na historiografia e na forma o das futuras gera es de professores e pesquisadores na USP, esses orientados por eles que por meio da replica o do sistema de heranças, como proposto por Bourdieu, passaram a ocupar cadeiras de história em outras universidades públicas e particulares brasileiras. Eurípedes Simões, Eduardo d'Oliveira e S ergio Buarque se tornaram as figuras de maior proje o naquele momento, com grande influência ao longo dos anos 1960 e 1970, quando uma nova gera o de historiadores se formou integrando-se àquele primeiro grupo, com destaque para Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti da Costa, Joaquim Barradas de Carvalho, Maria Beatriz Nizza, Manuel Nunes Dias, Myriam Ellis e Mafalda Zemela.¹⁷⁷

QUADRO 2. EDITORES DA REVISTA DE HISTÓRIA (1970-2003)
EURIPEDES SIMÕES DE PAULA - 1977 – USP
ULPIANO BEZERRA DE MENEZES -1983/85 – USP
MARIA ODILIA LEITE DA SILVA DIAS - 1985/91 – USP
JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY - 1991/94 – USP
HILÁRIO FRANCO JÚNIOR - 1994/99 – USP
NORBERTO LUIZ GUARINELLO - 1999 – USP
MODESTO FLORENZANO -1999/2003 – USP

¹⁷⁷ GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria H. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.

Simões de Paula controlou e dirigiu a RH até sua morte, em 1977. Isso representou a interrupção daquela revista que só voltou a ser publicada em 1983. No quadro 2 apresentamos os editores daquele periódico, indicando que após a morte de seu fundador a revista adotou um rodízio em sua editoria, reservada somente a docentes do Departamento de História da USP. Essa será uma tendência e uma prática comum em outros periódicos de história brasileiros, os quais, sem dúvida alguma, tiveram a *Revista de História* como um de seus modelos. Os nomes que se seguiram eram de áreas distintas da pesquisa histórica, entretanto, todos formados nos quadros da própria USP. Destaque para o fato de que José Carlos Meihy ser um dos fundadores da Associação de História Oral brasileira, a AHO, Maria Odila presidiu durante muito tempo o Grupo de Trabalho (GT) de História Política da Anpuh e Norberto Guarinello o de História Antiga daquela entidade. Isso nos aponta para a complexidade das redes que se articulam e encontraram na RH um de seus pontos nodais, um eixo de centralidade de processos. Isso se fortalecia posto que boa parte dos pesquisadores e pesquisadoras brasileiros tenham feito sua pós-graduação em parte ou na totalidade naquela instituição. Ou seja, muitos mestres e doutores oriundos de várias partes do Brasil se formaram na USP entre 1970 e 1990, quando era um dos principais programas de pós-graduação existentes, a partir da segunda metade dos anos 1970 foram surgindo outros programas, embora a USP ainda fosse a referência maior.¹⁷⁸

Todos estes editores da RH são integrantes de uma nova geração de professores formados na USP, egressos da pós-graduação criada a partir de 1971. Um conjunto de alunos que havia incorporado nova história francesa – de Nora, Le Goff e suas oficinas da História dos anos 1970, mas também da história serial e cultural –, recebendo ainda o impacto do estruturalismo e pós-estruturalismo francês e aproximação da linguística. Nos anos 1980, conheceram ainda a influência da história social marxista inglesa, a escola de Frankfurt e a Nova História Cultural, ou

¹⁷⁸ Não por acaso historiadores e historiadoras daquela instituição tenham se tornado referências no campo e na rede hierárquica que se formava, assumindo posições de destaque no vértice da pirâmide. A partir de meados de 1980 com outros doutorados sendo abertos, no Rio de Janeiro, em Goiás, Brasília, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul esse cenário foi lentamente se alterando.

Nouvelle Histoire.¹⁷⁹ A principal marca daquela produção, pelo menos até os anos 1980: endogenia. O desafio a partir dos anos 1990 foi de captar mais textos oriundos de outras universidades brasileiras. Isso mudava um pouco o tom original que deu ensejo à criação da RH. Nas palavras de seu fundador,

[uma] revista quer ter também outra finalidade; quer ser o traço de união entre a Faculdade e os professores de história do ensino normal e secundário. Para isso pretendemos fornecer-lhes bibliografias sempre atualizadas, interpretações novas dos fatos históricos em geral, resenhas críticas de obras recentes, comentários desapaixonados à margem de assuntos controvertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte, as naturais deficiências das bibliotecas existentes no interior do estado.¹⁸⁰

Ou seja, de uma revista, aparentemente, de paulistas, feita por paulistas e para os paulistas, mas que, desde suas origens tinha uma ambição nacional. Não por acaso rapidamente a RH passou a assumir uma vocação de liderança no cenário disciplinar, tornando-se hegemônica na historiografia brasileira até meados dos anos idos dos anos 1970, como podemos conferir nas análises sobre a historiografia brasileira realizadas por José Roberto do Amaral Lapa. Segundo Lapa,

Os anos 60 assinalaram um movimento de organização e enriquecimento do colégio de historiadores brasileiros.

Até então, os diversos núcleos universitários de estudos históricos trabalhavam dentro de uma tradição de isolamento, quebrada praticamente apenas pela circulação da *Revista de História*, que desempenhava o papel de divulgar trabalhos desenvolvidos na Universidade de São Paulo – o maior centro produtor de conhecimento histórico do país – abrigando ainda em suas páginas, com critérios bastantes elásticos, a produção da área de história originada em outras universidades e de fora da universidade, além de estimular ela

¹⁷⁹ GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria H. A escola uspiana de história... *Op. cit.*

¹⁸⁰ PAULA, Eurípedes Simões. Editorial. **Revista de História**, n. 1, v. 1, 1950, p. 1.

própria linhas de trabalhos sistemáticos como o arrolamento de fontes históricas das cidades brasileiras.¹⁸¹

Com a criação da RBH esse cenário muda. Não por acaso vários outros programas de pós-graduação haviam sido criados e também adotaram revistas como porta-vozes de sua posição no campo historiográfico. Isso ocorreu em vários estados e suas universidades como no Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, entre outros. Não obstante, ao lado das revistas de história estrangeiras, sobretudo os *Annales*, a coleção da RH é sempre encontrada nas principais bibliotecas de história das universidades brasileiras e seus artigos bastante citados em trabalhos acadêmicos. Trata-se de um projeto editorial vencedor, a revista era distribuída mediante assinatura ou permuta. Devemos lembrar que antes dela, historiadores acadêmicos ou não vazavam sua produção de artigos, resenhas e ensaios em jornais ou nas revistas dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e de alguns estados. Em torno do IHGB havia uma tradicional e consolidada rede lideradas por historiadores sediados no Rio de Janeiro, em sua maioria cariocas.

No Quadro 3 encontram-se relacionados os integrantes do conselho editorial da RH entre 1980 e 2000. Apenas dois professores não integravam o corpo docente do departamento de História da USP: Maria Helena Machado e Júlio Cesar Pimentel Pinto Filho. Eles eram docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP – e ambos, realizaram seus doutorados em História na USP.

QUADRO 3. CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DE HISTÓRIA (1983-2000)		
N. 114 - 118 (1983-1985)	N. 119 - 124 (1988-1991)	N. 125 - 131 (1991-1994)
Carlos Alberto Vesentini (USP)	Arnaldo Daraya Contier (USP)	Maria Luiza Marcílio (USP)
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira (USP)	Carlos Alberto Vesentini (USP)	Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Fernando Antonio Novais (USP)	Francisco Murari Pires (USP)	Mary Lucy M. Del Priore Alzira Alves de Abreu
José Jobson de Andrade Arruda (USP)	Sylvia Basseto (USP)	Nanci Leonzo (USP)
Suely Robles Reis de Queiroz (USP)		

¹⁸¹ LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 35.

N. 132 - 134 (1995-1996)	N. 135 - 136 (1996-1997)	N. 137 - 140 (1997-1999)
Antonio Penalves Rocha (USP)	Antonio Penalves Rocha (USP)	Antonio Penalves Rocha (USP)
Mary Lucy Murray Del Priore (USP)	Arnaldo Daraya Contier (USP)	Mary Lucy Murray Del Priore (USP)
Nanci Leonzo (USP)	Mary Lucy Murray Del Priore (USP)	Norberto Luiz Guarinello (USP)
Norberto Luiz Guarinello (USP)	Norberto Luiz Guarinello (USP)	
N. 141 (1999)	N. 142 - 148 (2000-2003)	
Antonio Penalves Rocha (USP)	Julio Cesar Pimentel Pinto Filho (PUC-SP)	
Leila Gonçalves Leite Hernandez (USP)	Leila Gonçalves Leite Hernandez (USP)	
Maria Helena P.T. Machado (PUC-SP)	Maria Helena P.T. Machado (PUC-SP)	
Jorge Luiz Grespan (USP)	Pedro Puntoni (USP)	

Com a expansão do sistema brasileiro de pós-graduações esse quadro crônico ao qual a RH está exposto vai se agravar. Segundo Carlos Fico e Ronald Polito, entre os anos de 1970 e 1990 o número de cursos de mestrado e doutorado dão um salto enorme e já no final dos anos 1980 existiam 16 cursos à nível de mestrado e 5 de doutorado. Associado a essa expansão temos o surgimento de inúmeras revistas, o que acelera ainda mais o processo de enfraquecimento da RH. Entre novos periódicos podemos citar: *Dados* (RJ); *História* (UNESP); *Nova escrita/Ensaio* (SP); *Revista Brasileira de História* (SP); *História & Perspectivas* (Uberlândia); *Clio* (PE); *Encontros com a Civilização Brasileira* (SP); *Revista de História - nova série* (SP); *Revista do Departamento de História* (BH); *Estudos Históricos* (RJ); *História: Questões & Debates* (Curitiba); *Acervo* (RJ); *Estudos Ibero-americanos* (Porto Alegre); *Revista do IEB* (SP); *Cadernos CFCH* (Belém); *Tempo Brasileiro* (RJ); *Clássica* (SP); *Tempo e Sociedade* (Niterói); *Estudos Avançados* (SP); *Revista de História* (Porto Alegre); *Notícia Bibliográfica e Histórica* (PUC-Campinas);

No Quadro 4, indicamos algumas das principais revistas acadêmicas vinculadas a cursos de graduação e pós-graduação em História no Brasil, sublinhando instituição na qual foi criada e também o ano de criação. Um fato sobre as revistas acadêmicas brasileiras deve ser levado em consideração. Em 1963 foi criada em Marília a revista *Estudos Históricos*, vinculado ao Departamento de História da

Faculdade de Filosofia, nesse mesmo período o diretor da referida Faculdade era ninguém menos que Eurípedes Simões de Paula, fundador-editor da RH.

Ao longo dos anos 1990 observamos a criação de várias revistas em outros estados brasileiros. Todos eles sublinham não só a expansão dos programas de pós-graduação em História naquelas universidades, como referendam o nucleamento de novas redes de pesquisa e de pesquisadores, em um campo que começa a crescer de forma rizomática.

QUADRO 4. REVISTAS, INSTITUIÇÃO E ANO DE CRIAÇÃO		
Revista de História – USP (1950)	História Questões & Debates – UFPR (1980)	Revista Brasileira de História – ANPUH (1981)
Projeto História – PUC-SP (1981)	Revista História – UNESP (1982)	Varia História – UFMG (1985)
Estudos Históricos – FGV (1988)	Tempo Social – USP (1989)	História Revista – UFG (1990)
Dimensões – UFES (1990)	Anos 90 – UFRGS (1993)	História Social – UNICAMP (1994)
História – Unisinos (1994)	Esboços – UFSC (1994)	Revista Saeculum – UFPB (1994)
Cadernos de História – PUC-MG (1995)	Revista Tempo – UFF (1996)	Revista do IEB – USP (1996)
Revista Maracanan – UERJ (1999)	Topoi – UFRJ (2000)	Artcultura – UFU (2004)

Se a *Revista de História* é um objeto privilegiado de análise da historiografia pelo o seu pioneirismo no campo. A *Revista Brasileira de História*, por seu turno, também está elencada como objeto de análise por seu caráter de integração dos profissionais do campo em território nacional, haja vista que ela se constitui como o primeiro periódico de caráter acadêmico que não está diretamente ligada a uma instituição de ensino superior. Se fossemos montar uma proposta comparativa, a RBH seria o periódico ideal para rivalizar com outros de agremiações que não são de ensino, a exemplo dos Institutos históricos. Criada em 1981 a RBH veio, segundo Alice Canabrava para “suprir o vazio deixado pelo fim da publicação dos Anais dos Simpósios da Anpuh” que até 1977 publicavam alguns textos apresentados nos

eventos daquela entidade.¹⁸² Mas do nosso ponto de vista ela veio, também, para ocupar e por suprir o vazio de publicações que havia sido criado no fim da década de 1970 com a paralisação das atividades de diversos periódicos, principalmente paulistas, a exemplo da *Revista de História (USP)*, *Anais de História (Assis)* e *Estudos Históricos (Marília)*, todos paralisados em 1977.

Em seu primeiro editorial dirá aquela historiadora:

A Revista Brasileira de História pretende suprir o vazio criado, desde que se interrompeu a sequência daquela publicação, [os anais dos nove Simpósios, de 1961 a 1997]. Vem de encontro [sic], prioritariamente, às exigências legítimas que envolvem as conquistas no campo científico, quanto à divulgação das mesmas.

Estamos conscientes das enormes dificuldades que envolvem a permanência e a regularidade de um periódico destinado a um público especializado. De modo geral, as publicações deste gênero, em nosso país, puderam cimentar-se como parte da obra de divulgação de entidades oficiais ou daquelas beneficiadas pelo amparo governamental. Nossa agremiação floresceu nestes últimos vinte anossem concurso de verbas oficiais, estribada apenas na contribuição doprofessor participante dos conclaves e no apoio das universidades queos patrocinam.¹⁸³

A vocação científica e acadêmica orientaram a criação daquele periódico como se vê. Ademais, na própria entidade, a ANPUH haviam ocorrido fortes embates entre os que desejavam manter a entidade e a revista fechados apenas para

¹⁸² Vale a pena frisar que os Anais da Anpuh eram sistematizados e publicados na Revista de História. Ambos os dispositivos eram controlados por Eurípedes Simões de Paula. Que além desses dois espaços ocupava a direção da Faculdade de Filosofia, da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo e possuía cadeira cativa no órgão de fomento do estado de São Paulo. Além desses espaços, Eurípedes foi diretor da Faculdade de História de Marília e vice-reitor da USP por um breve espaço de tempo. Outra coisa que gostaríamos de chamar a atenção é para a ruptura ocorrida nos quadros da ANPUH no final dos anos 1970. Dessa fissão surgiu a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), que ao contrário da ANPUH, que não conseguia dar vazão à produção de seu seminário, publicou de maneira autônoma o caderno de Anais de suas duas primeiras reuniões (1981/1982).

¹⁸³ CANABRAVA. Alice P. Apresentação. **Revista Brasileira de História**, n. 1, 1981, p. 1 e 9.

professores universitários e textos produzidos por pós-graduandos ou pós-graduados, e aqueles que desejavam que incorporasse também professores do ensino fundamental e secundário de História. Mas, para além do que foi apontado pela professora Canabrava, devemos levar em consideração que a RBH vem, de fato, ocupar o vácuo deixado pela *Revista de História*, que mesmo após quatro anos da morte do seu fundador não conseguiu de reestabelecer como um espaço de aglutinação das forças do campo aos moldes estabelecidos anteriormente por seu fundador-editor, deixando dessa maneira de ser um núcleo focal da produção historiográfica brasileira.¹⁸⁴

QUADRO 5. EDITORES DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA
ALICE PIFFER CANABRAVA - 1981/83 - USP (FEA)
EDGAR SALVADORI DE DECCA - 1984/85 - UNICAMP JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA - 1984/85 - USP MARCOS ANTÔNIO DA SILVA - 1984/85 – USP
DO N. 11 (1985) AO N. 19 (1989) - NÃO HAVIA DESIGNAÇÃO DE EDITOR.
ENI DE MESQUITA SAMARA - 1988/91 – USP
VERA LÚCIA AMARAL FERLINI - 1991/93 – USP
MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI - 1993/95 – USP
LAIMA MESGRAVIS - 1995/97 – UNESP
TÂNIA REGINA DE LUCA - 1997/99 – UNESP
TERESA MARIA MALATIAN - 1999/2001 - UNESP (FRANCA)

No Quadro 5, relacionamos os principais editores da RBH entre 1981 e 2000. Ele aponta o predomínio de docentes da USP em sua direção, com a presença isolada de Edgar De Decca na gestão de 1984-1985, biênio posterior ao período em que ele dirigiu a Anpuh. De Decca era formado na USP, mas exercia docência na Unicamp. Entre 1985 e 1989 a revista deixou de ter um editor fixo para o biênio e publicou

¹⁸⁴ Para saber mais acerca do processo de retomada da Revista de História ver: NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto...** *Op. cit.*

dossiês organizados por professores convidados.¹⁸⁵ Isso evidencia, seguramente, um período de disputas em torno daquela publicação que suplantou a RH em sua tiragem, posto que as revistas eram enviadas a todos os filiados à ANPUH como parte de retribuição pelo pagamento das anuidades.

Um dado significativo é que a revista não foi dirigida por docentes da USP entre 1995 e 2000, quando três professoras da UNESP assumiram o posto de editoras: Laima Mesgravis, Tânia de Luca e Teresa Malatian. Todas elas haviam feito seus doutorados na USP. Outro aspecto importante é que, no período relacionado, as mulheres foram maioria absoluta na direção daquele periódico. Por fim e não mesmo importante, o quadro não deixa dúvidas: desde sua criação a revista era controlada pelos paulistas.

Voltando à fundação da RBH, desde sua criação, havia uma defesa da independência daquele periódico em relação aos órgãos oficiais – cujo funcionamento não dependia de verbas públicas. Além disso, enfatizava-se o caráter científico, entenda-se universitário/acadêmico do periódico, que fechou suas portas para a publicação de alunos de graduação ou professores sem titulação acadêmica, privilegiando, de forma categórica, a publicação de trabalhos feitos por historiadores e historiadoras. Alice Piffer Canabrava foi presidente da ANPUH no biênio 1979-1981 e exerceu a função de editora da RBH no biênio 1981-1983.¹⁸⁶ Para ela,

a História é entendida como ciência, reclama formação e treinamento específicos, apanágio dos professores universitários de História. Esta convicção têm o sentido de uma bandeira desfraldada, a conduzir as campanhas e atividade normal da entidade.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Entre os anos de 1985 e 1989 a RHB era dirigida por uma Comissão Editoria, geralmente formada por 5 ou 6 professores. Ocasionalmente um convidado externo era convidado a organizar um número. Entre esses convidados estão: n. 11 – Dea Ribeiro Fenelon (PUC-SP); n. 16 – Sílvia Hunold Lara (UNICAMP); N. 17 – Eni de Mesquita Samara (USP); n. 18 – Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP).

¹⁸⁶ RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, n. 11, p. 85-103, 2013.

¹⁸⁷ CANABRAVA. Alice P. Apresentação. **Revista Brasileira de História**, n. 1, p. 5, 1981.

A condução do periódico e da entidade que o mantinha não se deu sem cizânias e divergências. Aliás, no interior da *Revista Brasileira de História* ressoavam as próprias discussões que existiam dentro da ANPUH em seus momentos iniciais. Para Carlos Fico:

Desde o início a ANPUH foi possuída pela dúvida quanto à inclusão, ou não, em seus quadros, de historiadores que não fossem universitários. Se a restrição real com o tempo caiu, a nominal persiste até hoje. Neste sentido, também pode ser interessante, para quem se proponha uma “sociologia do conhecimento” em nossa área, analisar os “rachas” que, ao longo do tempo, foram se constituindo [...]. Os motivos destes conflitos, aliás, nunca ficaram ou ficam muito evidentes, numa tradição da área de evitar explicitar claramente as diferenças, discordâncias e divergências políticas, deixando que o silêncio ou as acusações mais ou menos veladas criem os limites dos subgrupos ou confrarias que, ao leigo ou ao indiferente, sempre sugerem como enigmáticos ou obscuros.¹⁸⁸

Uma polícia do campo, sem dúvida. Há ainda outro ponto importante a frisar, relacionado com o campo historiográfico e sua entidade maior, a Anpuh durante os anos 1970. De 1965 a 1977, Eurípedes Simões de Paula presidiu a Anpuh e ao mesmo tempo dirigiu a *Revista de História* da USP. Ou seja, nas palavras de Wagner Geminiano

passavam pelas suas mãos a editoração dos dois principais veículos de divulgação de pesquisas “científicas” na área de História daquele período. Um poder tamanho que há algum tempo vinha causando algum desconforto nos historiadores que não orbitavam em torno do seu mandarinato e muito menos estavam ligados a historiografia escrita na USP.¹⁸⁹

¹⁸⁸ FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil: elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992. v. 1, p. 87.

¹⁸⁹ GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 24.

Isso ocorria não sem sentido, afinal, o espaço ocupado pela produção científica em nível de pós-graduação em História no Brasil durante os anos 1970 era majoritariamente produzida na USP. Esse cenário conheceu uma pequena mudança nos anos 1980 quando apenas 20% das dissertações de mestrado eram oriundas da USP e 80% de novos cursos de pós-graduação. Apesar disso, quase 100% dos doutorados foram defendidos na USP nos anos 1980.¹⁹⁰ Apenas em 1983, sob a direção da professora da Unicamp Dea Felon Ribeiro a RBH passou a ter um conselho editorial formado por professores profissionais e acadêmicos, sem nenhum catedrático, graças às iniciativas de Edgar Salvadori De Decca, José Jobson Arruda e Marcos Antônio da Silva.

No Quadro 6 apontamos os ocupantes do conselho editorial da RBH no período recortado. Por ser vinculada a uma entidade de representação profissional de amplitude nacional, desde o início tratou-se de incorporar nele docentes de vários estados da federação, sobretudo vinculados a universidades públicas, federais ou estaduais. Como a Anpuh tinha uma estrutura nacional e também se compunha de diretórios ou direções estaduais, invariavelmente estes docentes ou ocupavam as direções estaduais da entidade ou eram docentes por eles indicados. De todo modo não é ocioso reconhecer que alguns docentes tiveram maior presença na direção editorial do periódico, como Tania Regina de Luca (UNESP-Assis), Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB), Kátia Matoso (UFBA) ou Francisco Iglésias (UFMG), por exemplo. Outro dado que chama a atenção é o baixíssimo número de docentes cariocas nos quadros da RBH, ou seja, apenas Ismênia de Lima Martins (UFRJ) e Lená Medeiros de Menezes (UFRJ) – no período recortado. Forte indicativo de que havia uma preeminência paulista buscando e afirmando uma hegemonia naquele periódico e quiçá na pesquisa histórica nacional. Outro dado significativo é a ausência completa de professores/pesquisadores dos estados da região norte do Brasil.

¹⁹⁰ FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil**, 1992, v.1. p. 92-4.

QUADRO 6. CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (1981-2000)		
N. 1 (1981)	N. 2 - 5 (1981-1983)	N. 6 - 10 (1984-1985)
Carlos Roberto A. dos Santos (UFPR)	Carlos Roberto A. dos Santos (UFPR)	Alice P. Cannabrava (FEA-USP)
Denis Bernardes (UFPE)	Denis Bernardes (UFPE)	Carlos Roberto A. dos Santos (UFPR)
Francisco Iglésias (UFMG)	Fernando Antonio Novais (USP)	Maria Thereza Schorer Petrone (FFLCH/USP)
Francisco C. Falcón (PUC-RJ)	Francisco Iglésias (UFMG)	Michael Hall (IFCH/UNICAMP)
Helga I. L. Piccolo (UFRGS)	Francisco C. Falcón (PUC-RJ)	Anna Maria Martinez Correa (ILHP/UNESP-ASSIS)
Janaína Amado (UnB)	Helga I. L. Piccolo (UFRGS)	Afonso Carlos Marques dos Santos (UFF e PUC-Rio)
José Ribeiro Junior (UNESP)	Janaína Amado (UnB)	Silvia Petersen (UFRGS)
Kátia M. Q. Mattoso (UFBA)	Kátia M. Q. Mattoso (UFBA)	Janaina Amado (UFGO)
Rosa Maria G. Silveira (UFPB)	Rosa Maria G. Silveira (UFPB)	Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)
DO 11 AO 26 NÃO HOUVE C.E (1985-1993)	N. 27 - 30 (1994-1995)	N. 31 - 34 (1995-1997)
	Afonso Carlos Marques dos Santos (URFJ)	Circe Maria Fernandes Bittencourt (USP)
	Kátia Maria Abud (UNESP-Franca)	Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
	Leila Mezan Algranti (UNICAMP)	Horácio Gutiérrez (CEDHAL/USP)
	Márcia Mansor D' Alessio (PUC-SP)	Joana Maria Pedro (UFSC)
	Modesto Florenzano (USP)	Luís Carlos Soares (UFF)
	Sonia Regina de Mendonça (UFF)	Manoel Luís Lima Salgado Guimarães (UFRJ)
	Tânia de Luca (UNESP-Assis)	Marc Jay Hoffnagel (UFPE)
	Vera Hercília (Vavy) Pacheco Borges (UNICAMP)	Marcos Antonio da Silva (USP)
		Maria de Lourdes Monaco Janotti (USP)
		Modesto Florenzano (USP)
		Nasr Fayad Chaul (UFGO)
		Suely Robles Reis de Queiroz (USP)
		Tânia Regina de Luca (UNESP-Assis)
		Vera Hercília (Vavy) Pacheco Borges (UNICAMP)

N. 35 - 37 (1997-1999)	N. 38 - 41 (1999-2001)	
Antonio Celso Ferreira (UNESP-ASSIS)	Ana Maria Burmester (UFPR)	
Antonio Paulo Rezende (UFPE)	Antonio Celso Ferreira (UNESP-ASSIS)	
Holien Gonçalves Bezerra (UFGO)	Beatriz Weber (UFSM)	
Ilana Blaj (USP)	Carla Maria Junho Anastasia (UFMG)	
Ismênia de Lima Martins (UFRJ)	Esmeralda Blanco Bolsonaro (USP)	
Júlio César Pimentel Pinto Filho (PUC-SP)	Eunice Nodari (UFSC)	
Leila Mezan Algranti (UNICAMP)	Ismênia Martins (UFF)	
Lená Medeiros de Menezes (UFRJ)	Júlio César Pimentel Pinto Filho (USP)	
Lucília de Almeida Nevez (UFMG)	Lana Lage da Gama Lima (UENF)	
Luis Carlos Soares (UFF)	Lená Medeiros (UERJ)	
Marcos Antonio da Silva (USP)	Márcia D'Alessio (PUC-SP)	
Maria Helena Rolim Capelato (USP)	Maria Helena Capelato (USP)	
Maria Lígia Coelho Prado (USP)	Sandra J. Pesavento (UFRGS)	
Paulo Vizentini (UFRGS)	Rosa Maria Godoy Silveira (UFPB)	
Regina Weber (UFRGS)	Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)	
Suely Robles Reis Queiroz (USP)		
Teresa Maria Malatian (UNESP-FRANCA)		
Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)		

Por fim, elencamos a revista *Estudos Históricos* da FGV, por seu caráter inovador e por seu tom desafiador. Essa revista traz no seu editorial de apresentação o seguinte título: *Por uma Revista de História*,¹⁹¹ e carrega consigo o ideal de integração das pesquisas por meio da difusão de trabalhos que “analisem e debatam diferentes maneiras de compreender o Brasil”,¹⁹² a partir de “um instrumento da

¹⁹¹ EDITORES. Por uma revista de História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-4, 1988.

¹⁹² *Ibidem*, p. 4.

divulgação de um saber *que considera irrelevante o traçado de certas fronteiras acadêmicas*".¹⁹³

A revista *Estudos Históricos* foi criada em 1988 por Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, vinculada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, no interior da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Além de Ângela de Castro Gomes, compuseram o conselho editorial Lúcia Maria Lippi de Oliveira e Gerson Moura. Para Wagner Geminiano:

a Revista Estudos Históricos se configura, a partir de finais dos anos 1980, em importante espaço de divulgação e circulação de discussões teóricas e metodológicas acerca do conhecimento histórico, em particular, e das Ciências Sociais, no geral. A Revista é criada com este propósito e se configura como um espaço de acalorados debates sobre o ofício do historiador no Brasil, adotando uma postura editorial não disciplinar para promover e circular tais discussões. Não sendo, portanto, uma revista só de historiadores. Além disso, ela nasce ligada e vinculada às instituições fluminenses de produção do saber histórico. O que me permite coloca-la numa série documental ao mesmo tempo complementar e oposta àquela configurada pela RBH, possibilitando, com isso, observar uma maior pluralidade de debates sobre o que estava sendo chamado de historiografia brasileira e, por conseguinte, mapear outros espaços e lugares de enfrentamento e disputas institucionais e intelectuais em torno do saber histórico no país.¹⁹⁴

Trata-se de uma publicação vinculada a uma entidade privada – outras universidades privadas também possuíam revistas, sobretudo as universidades católicas, no Rio, em São Paulo e em Minas Gerais. Na verdade, durante o final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 o Brasil tinha mais de uma centena de periódicos especializados de História e algo em torno de 200 cursos de graduação em História.¹⁹⁵

¹⁹³ *Ibidem*, grifo nosso.

¹⁹⁴ GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**. Vitória: Milfontes, 2021, p. 21.

¹⁹⁵ Ver a esse respeito CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia. A escola uspiana de História. *In.*: CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994; FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil...** *Op. Cit.*, v. 1 e v. 2.

Tornou-se uma prática nos programas de pós-graduação de se criarem revistas para divulgar sua produção e para ampliar a absorção de trabalhos de outras unidades, com vistas à inserção e consolidação nas redes de pesquisa e de divulgação histórica existentes. O próprio CNPq e a Capes passariam a incentivar esta prática, adotando critérios quantitativos para avaliar os programas, os currículos e as pesquisas no Brasil.

QUADRO 7. EDITORES DE ESTUDOS HISTÓRICOS
ANGELA DE CASTRO GOMES - 1988/89 - CPDOC GERSON MOURA - 1988/89 - CPDOC LÚCIA LIPPI OLIVEIRA - 1988/89 - FGV
ANGELA DE CASTRO GOMES - 1989/92 - CPDOC MARIA LUCIA BOUSQUET BOMENY - 1989/92 - FGV LÚCIA LIPPI OLIVEIRA - 1989/92 - FGV
ANGELA DE CASTRO GOMES - 1992/94 - CPDOC HUGO LOVISOLO - 1992/94 - FGV MARIETA DE MORAES FERREIRA - 1992/94 - FGV
LÚCIA LIPPI OLIVEIRA - 1994/98 - FGV MARIETA DE MORAES FERREIRA - 1994/98 - FGV MARIO GRYSZPAN - 1994/98 - FGV
CELSO CASTRO - 1998/2004 - FGV LÚCIA LIPPI OLIVEIRA - 1998/2004 - FGV MARIETA DE MORAES FERREIRA - 1998/2004 - FGV

No Quadro 7 apontamos os editores da revista EH entre 1988 e 2000, no qual é inegável, naquele período, a preeminência de Ângela de Castro Gomes, Marieta de Moraes Ferreira e de Lúcia Lippi Oliveira em sua direção. Para os fundadores, a finalidade da revista era de criar

um órgão de divulgação de uma perspectiva multidisciplinar voltada para a história do Brasil. Queremos enfim ser o instrumento da divulgação de um saber que considera irrelevante o traçado de certas fronteiras acadêmicas e entende o conhecimento da história

de um país não como um objetivo exclusivamente erudito e sim como uma preocupação fundamental para a vivência cotidiana de seus cidadãos.¹⁹⁶

Ficava claro que aquela entidade privada e aqueles pesquisadores cariocas tinham em mente produzir um dos periódicos mais vanguardistas e mais interdisciplinares existentes. Uma publicação com artigos de renomados pesquisadores estrangeiros e nacionais, dando preferência a estudos teórico-metodológicos e a revisões críticas historiográficas. A excelência da publicação era atestada por sua periodicidade sempre mantida, por seu projeto gráfico diferenciado e pela qualidade dos artigos publicados. Não que nas outras revistas não tivessem isso ou esta preocupação, mas a EH tornou-se, desde seu surgimento, um periódico marcado pela excelência. Curiosamente o seu formato (tamanho) era similar ao da RH uspiana.

Até aquele momento, o campo historiográfico conheceu algumas características marcantes, e, efetivamente, virava uma importante página de sua história com vistas a avanços e à recepção de teorias e autores vanguardistas. Uma boa leitura do cenário vivido até então pode ser vista na análise de Francisco Calazans Falcon, para o qual

a oposição entre *tradição* e *inovação* produziu conflitos crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais e rivalidades pessoais e de grupos, no seio principalmente dos departamentos que tinham a seu cargo os cursos de graduação em História nas Faculdades de Filosofia. Como nessa época a pesquisa era uma questão nitidamente pessoal, ainda não institucionalizada, a disputa entre tradicionalistas e inovadores concentrou-se em torno do ensino de História e ganhou assaladas de aula. Viveu-se então, nos anos 1950 e 60, a oposição dicotômica, *teorização versus empirismo*, aplicando-se, em consequência, às obras de História e aos cursos dos professores de História a antítese entre conteúdos ou disciplinas ditos *empiristas*, *meramente informativos*, e os reconhecidamente *teóricos*, *interpretativos*. Também os docentes caíram sob o julgo

¹⁹⁶ GOMES, Ângela de Castro et al. Apresentação. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, 1988, p. 4.

desse maniqueísmo, classificados/rotulados, na sua maioria, ou como *empiristas* ou como *teóricos*.¹⁹⁷

Este mesmo autor indica, corroborando os argumentos defendidos nesta pesquisa que havia se tornado comum

a ideia de que a criação e rápida expansão dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970, tornaram possível o surgimento do historiador profissional no Brasil. Verdadeira em parte, ou mesmo em grande parte, tal idéia (sic) contém um certo risco, qual seja, o de levar ao esquecimento certos dados históricos igualmente importantes. Refiro-me, por exemplo, a um dos mais conhecidos de todos aqui – o fato de que a fase inicial da formação de profissionais *de História* antecedeu a pós-graduação respectiva. Foi nos cursos de graduação em História das Faculdades de Filosofia que se formaram os primeiros profissionais da área, licenciados e/ou bacharéis *em História*. A história dos cursos de graduação tampouco foi escrita, mas não seria válido aqui omitir que quase todos os profissionais de História que lutaram pela renovação de sua pesquisa e ensino e participaram da implantação dos primeiros mestrados, eram graduados em História, com títulos de catedráticos ou/e livre-docentes, e, em alguns casos, com doutorados realizados na *forma antiga* (sem o respectivo *curso*), ou no exterior. É difícil hoje, reconheço, para muitos, imaginar uma época que ignorava a própria idéia (sic) de pós-graduação enquanto curso ou nível de estudos e desconhecia, por exemplo, a figura acadêmica do *mestrado*.¹⁹⁸

Como se vê o campo histórico no país se profissionalizou e conferia ênfase maior à pesquisa, alterando radicalmente sua estrutura e funcionamento até meados dos anos 1960, quando prioritariamente se destinava a formar professores e professoras de história e não exatamente pesquisadores. É por isso que, naquele momento revistas como a RH se tornavam projetos isolados, pois, enquanto

¹⁹⁷ FALCON, Francisco Calazans. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto – Portugal, 'série II, v. 11, p. 9, 1994.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 11.

dispositivos das disputas havidas em torno do campo, não havia muito o que se disputar, salvo a preocupação sobre o currículo básico de graduação e a existência de bibliografia mínima capaz de orientar a formação e a prática docente em História. Ao longo dos anos 1970 intensificou-se um processo novo, referendando uma nova história e colocando em novas bases a formação e a pesquisa histórica no Brasil, no qual as revistas e as redes se tornariam fundamentais. Naquele momento prefigurou-se o *campo*, fundamentado no reconhecimento de competências normalizadas, mas, sobretudo na negação destas e nos projetos de confrontação e inovações buscando superar práticas anteriores e disputar espaços de poder.

A revista EH revela, a partir da composição de seu conselho editorial que se tratava de uma revista carioca (Quadro 8). Com exceção de Simon Schwartzman que era professor convidado na USP, embora fosse dos quadros da FGV, todos os membros do corpo editorial pertenciam a universidades ou instituições de pesquisa do Rio de Janeiro: PUC-RJ, UFRJ, UERJ, UFF, CPDOC, FGV ou IUPERJ. A revista também adotou uma tradição de se manter membros fundadores da revista no conselho editorial ao longo do tempo, de forma vitalícia, ampliando esse quadro gradativamente, por meio da incorporação de novos integrantes.

QUADRO 8. CONSELHO EDITORIAL DE ESTUDOS HISTÓRICOS (1988-2000)		
N. 1, 2 (1988)	N. 3, 4 (1989)	N. 5 (1990)
Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)
Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)
Francisco Falcon (PUC-RJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)
Otávio Velho (UFRJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)	Gerson Moura (PUC-RJ)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Otávio Velho (UFRJ)	Gilberto Velho (UFRJ)
Rubem Cesar Fernandes (UFF)	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)
Simon Schwartzman (FGV-SP/USP)	Rubem Cesar Fernandes (UFF)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)
	Simon Schwartzman (FGV-SP/USP)	Margarida Neves (PUC-RJ)
		Otávio Velho (UFRJ)

		Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
		Rubem Cesar Fernandes (UFF)
N. 6 (1990)	N. 7 (1991)	N. 8, 9 (1992)
Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)
Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)
Elisa P. Reis (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)
Francisco Falcon (PUC-RJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)
Gilberto Velho (UFRJ)	Gerson Moura (PUC-RJ)	Gerson Moura (PUC-RJ)
Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Gilberto Velho (UFRJ)	Gilberto Velho (UFRJ)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)
Margarida Neves (PUC-RJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Otávio Velho (UFRJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)
Rubem Cesar Fernandes (UFF)	Otávio Velho (UFRJ)	Marieta de Moraes Ferreira (FGV)
	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Otávio Velho (UFRJ)
		Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
N. 10, 11 (1992)	N. 12, 13, 14 (1993-1994)	N.15, 16, 17, 18 (1995-1996)
Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)
Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)	Angela de Castro Gomes (FGV)
Elisa P. Reis (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)	Aspásia Camargo (UERJ)
Francisco Falcon (PUC-RJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)	Celso Castro (FGV)
Gilberto Velho (UFRJ)	Gilberto Velho (UFRJ)	Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)
Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Helena Bomeny (UERJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)
Margarida Neves (PUC-RJ)	Lucia Lippi Oliveira (FGV)	Gilberto Velho (UFRJ)
Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)	Helena Bomeny (UERJ)

Marieta de Moraes Ferreira (FGV)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)
Otávio Velho (UFRJ)	Otávio Velho (UFRJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Paulo S. Wrobel (CPDOC-FGV)	Paulo S. Wrobel (CPDOC-FGV)	Letícia A. Pinheiro (FGV)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)
	Verena Alberti (CPDOC)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)
		Mônica Pimenta Velloso (FGV)
		Otávio Velho (UFRJ)
		Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
		Verena Alberti (CPDOC)
N. 19 (1997)	N. 20 (1997)	N. 21 (1998)
Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)
Angela de Castro Gomes (FGV)	Angela de Castro Gomes (FGV)	Américo Oscar Guichard Freire (FGV)
Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)	Angela de Castro Gomes (FGV)
Celso Castro (FGV)	Célia Freire Costa (FGV)	Aspásia Camargo (FGV)
Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)	Celso Castro (FGV)	Célia Freire Costa (FGV)
Elisa P. Reis (UFRJ)	Charles Pessanha (IUPERJ)	Celso Castro (FGV)
Francisco Falcon (PUC-RJ)	Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)	Charles Pessanha (IUPERJ)
Gilberto Velho (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)	Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)
Helena Bomeny (UERJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)
Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Gilberto Velho (UFRJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)	Helena Bomeny (UERJ)	Gilberto Velho (UFRJ)
Letícia A. Pinheiro (FGV)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Helena Bomeny (UERJ)
Margarida Neves (PUC-RJ)	José Luciano de Mattos Dias (FGV)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)
Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)	José Luciano de Mattos Dias (FGV)
Mônica Pimenta Velloso (FGV)	Letícia A. Pinheiro (FGV)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Otávio Velho (UFRJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)	Letícia A. Pinheiro (FGV)

Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)
Verena Alberti (CPDOC)	Marly Silva da Motta (FGV)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)
Célia Freire Costa (FGV)	Mônica Pimenta Velloso (FGV)	Marly Silva da Motta (FGV)
Marly Silva da Motta (FGV)	Otávio Velho (UFRJ)	Mônica Pimenta Velloso (FGV)
	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Otávio Velho (UFRJ)
	Sérgio Lamarão (FGV)	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
	Verena Alberti (CPDOC)	Sérgio Lamarão (FGV)
		Verena Alberti (CPDOC)
N. 22, 23, 24 (1998-1999)	N. 25, 26 (2000)	
Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	Alzira Alves de Abreu (CPDOC)	
Américo Oscar Guichard Freire (FGV)	Américo Oscar Guichard Freire (FGV)	
Angela de Castro Gomes (FGV)	Angela de Castro Gomes (FGV)	
Aspásia Camargo (UERJ)	Aspásia Camargo (UERJ)	
Célia Freire Costa (FGV)	Célia Freire Costa (FGV)	
Charles Pessanha (IUPERJ)	Charles Pessanha (IUPERJ)	
Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)	Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC)	
Elisa P. Reis (UFRJ)	Elisa P. Reis (UFRJ)	
Francisco Falcon (PUC-RJ)	Fernando Lattman-Weltman (FGV)	
Gilberto Velho (UFRJ)	Francisco Falcon (PUC-RJ)	
Helena Bomeny (UERJ)	Gilberto Velho (UFRJ)	
Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	Helena Bomeny (UERJ)	
José Luciano de Mattos Dias (FGV)	Hugo Lovisolo (FVG/UERJ/Gama Filho)	
José Murilo de Carvalho (UFRJ)	José Luciano de Mattos Dias (FGV)	
Letícia A. Pinheiro (FGV)	José Murilo de Carvalho (UFRJ)	
Margarida Neves (PUC-RJ)	Letícia A. Pinheiro (FGV)	
Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)	Margarida Neves (PUC-RJ)	

Mario Grynzpan (FGV)	Maria Celina D'Araujo (PUC-RJ)
Marly Silva da Motta (FGV)	Mario Grynzpan (FGV)
Mônica Pimenta Velloso (FGV)	Marly Silva da Motta (FGV)
Otávio Velho (UFRJ)	Mônica Pimenta Velloso (FGV)
Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)	Otávio Velho (UFRJ)
Sérgio Lamarão (FGV)	Ricardo Benzaquen de Araújo (PUC-RJ)
Verena Alberti (CPDOC)	Sérgio Lamarão (FGV)
	Verena Alberti (CPDOC)

De longe a RH era o periódico que possuía maior estabilidade em sua equipe editorial, mantendo e fazendo rodízio entre os editores, preservando seu conselho editorial e incorporando novos pesquisadores de forma gradual. Ou seja, desde o surgimento ela preserva uma composição básica, como pode ser visto no Quadro 8. Muito embora no período estudado houvesse uma forte tendência à estabilidade e à presença dos mesmos nomes em torno dos outros dois periódicos investigados, embora na RH isso seja ainda mais contundente.

À guisa de conclusão desta terceira parte, podemos dizer, sem receio que, enquanto o Rio de Janeiro produziu uma agenda e deu o tom para a história escrita no Brasil durante o século XIX, cujo sentido maior seria biografar a nação, durante a segunda metade do século XX, entre 1960 e 2000, a USP teve uma preeminência em indicar agendas de pesquisa e dirigir dois dos mais importantes periódicos de história no país, a RH e a RBH, o que significa que sua agenda de uma pesquisa científica e academicamente orientada fez frente e reduziu a pó contribuições feitas por diletantes ou não especialistas. Mas, mais do que isso, por meio de seu programa de pós-graduação a USP formou os principais quadros que ocupariam cargos em diferentes universidades em vários estados brasileiros, constituindo uma poderosa rede intelectual que durante muito tempo ocupou um espaço considerável da pesquisa histórica brasileira. A despeito disso, o caso da revista *Estudos Históricos* revela como a historiografia produzida no Rio de Janeiro, e como historiadoras e historiadores sediados no Rio de Janeiro e suas redes, também conseguiram ocupar um considerável espaço de influência na historiografia produzida no Brasil naquele

contexto com maestria e inovação. De igual modo à historiografia paulista, preconizou-se a divulgação de artigos publicados por profissionais especializados com destaque para reflexões teórico-metodológicas e pesquisas originais.

Nesta altura patenteou-se nosso intuito pensar a materialização do campo da História no Brasil a partir dos anos 1960 em torno de um protagonista: as revistas acadêmicas de história que instauram um novo paradigma de operacionalização da área no Brasil e que marca uma inflexão em relação ao cenário dos estudos históricos anteriores, no qual coleções e livros eram mais importantes que os periódicos. Como não era nosso intuito analisar prosopografias ou biografias de historiadoras e historiadores, tampouco analisar trajetórias acadêmicas específicas e filiações de pesquisa, trabalho e orientação – o que demandaria um outro tipo de abordagem e de fontes a serem trabalhadas, esperamos que tenham se confirmado nossas pressuposições apresentadas no início do trabalho. De qualquer modo, para os interessados em conhecer melhor as figuras que se destacaram na produção e na direção destas revistas, procuramos deixar indicações nas referências bibliográficas e também em notas de rodapé pontuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM TEM MEDO DA HISTORIOGRAFIA?

O campo historiográfico, como qualquer campo científico, é regido por regras que são definidas pelo conjunto das instituições e dos profissionais da área. Existem leis de grupo, regras definindo o que pode e que não pode ser aceito como verdade, em cada momento histórico. O saber histórico não é relativista ele é relativo às suas regras de produção. O saber histórico não é arbitrário, mas é arbitrado pelos pares.

Durval Muniz

Peço uma breve licença para parafrasear o título do livro do professor José Antônio Vasconcelos para intitular essa conclusão.¹⁹⁹ Não vejo questionamento mais cabível a essa proposta do que a tão certa elaborada por ele. Pode causar certo estranhamento trazer uma pergunta a uma conclusão. Mas considero esse questionamento totalmente pertinente a essa altura, percorrido o caminho analítico até este momento, precisamos responder a esta pergunta: a quem interessam as hierarquias e a canonização de determinados espaços disciplinares no campo da História? O desenvolvimento da pesquisa histórica atual evidencia, que longe de haver uma concentração ou uma hierarquia rígida entre os praticantes do ofício, em particular nas universidades, quebrou com qualquer tentativa de comando mononuclear como, pelo menos no início, parece ter sido algo que, consciente ou inconscientemente tenha sido preconizado por alguns docentes vinculados ao Departamento de História da USP.

Ao longo de todo o texto tentamos desenvolver ao invés de capítulos, partes autônomas que poderão ser lidas e consideradas independentemente da ordem em que estão. Essa proposição permite ao leitor uma liberdade e maior dinâmica compreensiva da textualidade conforme sua demanda individual. Tentamos apresentar o problema e os objetivos do trabalho, realizando uma historicização da questão na primeira parte, um aprofundamento teórico-conceitual na segunda parte e por fim, na última parte, trazendo elementos para corroborar nosso argumento central. Infelizmente, devido à Covid-19, a problemas de saúde e ao curto prazo para o desenvolvimento da pesquisa não foi possível avançar mais do que desejávamos. A despeito disso, esperamos ter dado uma pequena contribuição para iluminar as transformações da História no último quartel do século XX no Brasil.

Foi com esse intuito que, na primeira parte, fizemos uma explanação acerca das dinâmicas das disputas que ocorreram no campo da História ao longo do seu processo formativo e de institucionalização. Procuramos não verticalizar demais o debate, aprofundando a análise dos desenvolvimentos da História no Brasil entre 1838

¹⁹⁹ Refiro-me a obra: VASCONCELOS, José Antônio. **Quem tem medo de teoria?:** a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2005. Nessa obra o autor constrói uma base analítica das relações entre a *American Historical Association* e os autores que mais tarde viriam a ser nomeados de pós-estruturalistas.

e 1950, pois fugiria demais ao escopo pretendido, muito embora alguns dos momentos fundamentais daquele período anterior tenham sido visitados e referendados em literatura crítica elementar. Recordo-me que bem na gênese dessa nossa proposta, o incômodo que nos guiava era o ensurdecido silêncio que se estabeleceu entre nós sobre o franco embate que está entranhado em nosso meio, embora dissipando-se e dissimulando-se, por conta da expansão de muitos nucleamentos da pesquisa histórica mais especializada, acerca de determinadas preeminências ou tentativas de direcionamento havidas até tempos recentes. Gerando disputas e criando embates que geraram um conjunto operatório que ampliando diferenças entre as titularidades e os graduandos, mas sobretudo entre centros de excelência ou hegemônicos e seus entornos. Uma rede de tensionamentos, sem dúvida que demandaram estratégias de sobrevivência e imposição. Assim, em meio, as demandas de ampliação e renovação, aprofundava-se no interior da burocracia e das hierarquias acadêmicas o hiato entre alunos e docentes/pesquisadores com suas redes.

Não por acaso, este cenário exige um debate sempre oportuno acerca das diferenças e rivalidades entre a história pública e a história acadêmica, marcado por compreensões e incompreensões das demandas do grande público. Esta tese não examinou esta questão, concentrando-se em um dos polos desta equação, voltado para a história disciplinar acadêmica. Mas não deixa de preocupar, examinando a proliferação de periódicos ultra-especializados o descolamento da prática historiográfica com os públicos mais amplos. Continuamos a estreitar os laços diversionistas do corporativismo? E a fomentar um fechamento incompreensível que tem como resultado uma ampliação das disputas dos lugares de fala. Fica então a pergunta de Michel de Certeau reproduzida no primeiro capítulo: o que está fazendo o historiador quando escreve a história?

Na segunda parte deste trabalho houve um maior investimento de tempo e energia na captação e proposições de termos que podem nos ajudar a compreender como criamos os caminhos e os descaminhos de uma disciplina, tratando do poder e das relações de poder. Passando do poder à escrita, do discurso à prática, essa parte é a mais densa e complexa do conjunto textual. Lá foram discutidos conceitos como poder, campo, violência, nós, identidade, estabelecidos, eles, diferenças e *outsiders* que nos permitiram compreender proposições sociológicas que puderam ser usadas historicamente, por meio da leitura do mundo social disciplinar, localizado no campo

da História. Esta segunda parte consistiu em um esforço crítico e desapassionado de algumas etapas e textos da história da historiografia, notadamente a partir dos anos 1960 na França e no Brasil, que foi demasiadamente influenciado pela historiografia produzida naquele país. Os três princípios gerais propostos nessa parte talvez contribuam para atar as relações implícitas e explícitas entre sujeitos e textos, e entre estes e as disciplinas. Essas leituras ensejam o questionamento central desta segunda parte: afinal a historiografia é um meio para um fim que não seja o de se fazer História?

E por fim a terceira parte. Procurou, de forma sintética e objetiva ilustrar nossa hipótese central, aplicando os conceitos e categorias desenvolvidos ao longo da tese. Nela optamos por tomar algumas evidências do problema de pesquisa escolhido, usando uma pequena janela, mas que parece ser suficiente para captar em linhas mais gerais o problema, bem como evidenciar o *modus operandi* surgido a partir dos anos 1970 e que predomina nas relações envolvendo o desenvolvimento da história disciplinar, tomando como protagonistas apenas três periódicos especializados de História. Assim como as partes anteriores, essa pode ser lida de maneira independente. Não obstante, todas três partes juntas performam um amálgama que pode proporcionar ao leitor uma compreensão bastante modesta do funcionamento do campo histórico disciplinar, tal como se desenvolveu no Brasil, a partir dos anos 1960 e que se acentuou, notadamente, nas décadas de 1980 e 1990. Em nosso entendimento, as revistas, ao lado de outros dispositivos do processo de profissionalização e institucionalização da história, possuem um protagonismo e trazem a *materialidade* dos discursos, agenciamentos e práticas do campo da história que revelam lugares e práticas específicas, deslocando o protagonismo das pessoas para os agentes/veículos daquele processo. Procurou-se nesta parte identificar, afinal, qual é de fato o papel das revistas de história em meio às relações de poder e de força que constituíram e conferiram fisionomia particular à historiografia brasileira?

O estranhamento que a pesquisa procurou causar nos leitores foi o de desnaturalizar as publicações, seus próceres e as finalidades que encadeavam, e que procuramos enquadrar tanto como fonte quanto objeto de reflexão. A opção pelas revistas em detrimento a outros possíveis objetos ou lugares de institucionalização – associações, grupos de pesquisa, eventos, direção de acervos, publicações, etc., deu-se em virtude da dinâmica empreendida aos debates por meio de suas páginas, o que

permite um acesso mais amplo a proposições do meio. Essas variações possibilitam o encaminhamento de um último questionamento: quem ou o que dita o conjunto de normas e regras que vigoram em uma revista? Embora não tenhamos nos detido nesta questão, não resta dúvida que o *espírito* e os interesses dos fundadores, ao lado dos conselheiros editoriais, instaure agendas bastante claras.

Todas as três partes tiveram em comum uma preocupação, o processo de ritualização da escrita da história. Qual seja, quem faz?; para quem faz? e como faz?; perguntas que explicitam a ritualística que cerca a escrita da história no Brasil e seus desdobramentos, uma preocupação modestamente procuramos analisar e que, evidentemente, carece de outros olhares e investimentos analíticos. Independentemente da resposta, cada um dos questionamentos colocava as revistas em perspectiva, como um horizonte inescapável para elucidar o problema.

Compreender que a “história faz-se com textos” está para além do debate do desvelamento daquilo que chamamos de passado. É compreender que só existe historiador se houver texto. É o texto que faz da *persona* historiador e não o contrário – os diletantes e acadêmicos de outras áreas estão aí as dúzias para nos demonstrar tal perspectiva ao receber o “título” de historiador por sua contribuição e obra. Até mesmo a recente aprovação da profissão leva em conta a aplicação de tal alcunha a pessoas que possuem relevante contribuição para a profissão. Mas o texto precisa ser disseminado a partir de instrumentos e dispositivos determinados. Ao lado dos livros, acreditamos que as revistas adquiriram uma posição de destaque nas lógicas instauradas pelo campo com o desenvolvimento de uma história disciplinar e cientificamente orientada.

Por esse motivo é de suma importância um debate em torno dos processos de ritualização disciplinar, já que esses mesmos processos estão negando a muitos o acesso a esse espaço, legando-os ao afastamento e ostracismo, e fazendo que desenvolvam uma rejeição a participação a debates mais amplos de caráter essencial para a nossa disciplina. Afinal as revistas acadêmicas não estão abertas para qualquer interessado em publicar nelas. Não poucos tiveram textos recusados.

Esses rejeitados, muitas vezes, são uma maioria que acaba na linha de frente das salas de aula das rede básicas de ensino público e particular e certamente

poderiam contribuir sistematicamente para a construção de currículos mais adequados à realidade das escolas, mas, por estarem afastados e por terem abandonado as práticas ritualizadas do meio, por exigência indireta das funções ocupadas, acabam por serem rechaçados ao propor uma participação.²⁰⁰ Afinal sua rotina e suas práticas de trabalho, na sala de aula, não resultam em produtos (textos) destinados às revistas acadêmicas. Segundo as regras da prática historiográfica disciplinar disseminada entre nós, as regras e os rituais são controlados por determinados grupos, que ocupam postos privilegiados na hierarquia do campo.

O fato é que os ventos da mudança já sopram e o número de adeptos é cada vez maior, principalmente entre os jovens historiadores que pensam a história para além da textualidade, vazando-a por meio de outras linguagens e canais, no mundo digital por exemplo, e com maior atenção para os públicos da história, seus lugares e novos canais de divulgação histórica. Para aqueles que ainda se amparam na tradição acadêmica disciplinar, herdada daqueles novos historiadores que constituíram a história como um campo disciplinar acadêmico, está claro que “os bárbaros estão nos portões”.

Alemães como Koselleck e Rüsen contribuíram substancialmente para o debate no que tange à hermenêutica e à compreensão dos sentidos e significados das práticas sociais e conceituais; os ingleses com o *linguistic turn*, e os *speech acts*, marcantes da escola do contextualismo britânico de Skinner e Pockock; enquanto na França inovações foram introduzidas por Foucault, Bourdieu e Michel de Certeau contra os estruturalistas defensores da atribuição de uma sobrevida ao *homem-das-luzes* em decadência, por não mais satisfazer as aspirações do homem pós-moderno. Da mesma forma o narrativismo norte-americano, a nova filosofia da História, o passado prático e a meta-história de Hayden White, deram sua contribuição ao momento em que começaram a ser repensados os fundamentos epistemológicos da disciplina histórica.²⁰¹

²⁰⁰ Meio interessante para visualizar o grau de participação dos não universitários no universo ritualizado seria a lista de associados às múltiplas entidades do campo que congregam os debates, a exemplo da ANPUH, ANPHLAC, SEO, SBTHH, AHILA, ABHR, entre tantas outras.

²⁰¹ Podemos ainda citar: Jörn Rüsen, Gabrielle Spiegel, Allan Megill, Carolyn Steedman, entre outros.

A linguagem permanentemente utilizada e os termos muitas vezes escolhidos podem despertar no leitor a impressão de que ensaiamos aqui algumas reflexões que parecem ter saído da *A arte da Guerra* de Sun Tzu ou do célebre *Da Guerra* de Carl von Clausewitz. Pensar as posições, estratégias, táticas, armas, enfim, a historiografia assumindo quase que uma disposição bélica. Bem, Foucault demonstrou, acompanhando Erwin Goffman, a similaridade das formas assumidas pelas instituições de poder, as quais, aproximam a fábrica, da escola, da igreja ou do quartel.

Não haveria sentido pensar as relações humanas desprovidas de algum tipo de relação de força ou poder. E não seria diferente se pensarmos as relações envolvidas no trabalho intelectual que se verificam em diversos campos, como também no campo da história. É inegável essa busca ou essa defesa empreendida pelos sujeitos em relação ao poder. Como o campo não se instaura afirmando o caos ou a anomia, certamente o regramento institucional e normativo que surge, é sobretudo no intuito de conferir uma dada fisionomia e uma possibilidade de sobrevivência. Entretanto, a demanda para uma abertura mais ampla dos meios de debate e circulação de ideias é latente e não é mais possível essa perene opção de fechamento do campo em si.

A insistente tentativa de existência das nomeadas, inicialmente, como *polícia do trabalho* e *polícia do discurso* ferem plenamente o processo de democratização do saber. Se trouxéssemos esses elementos para um debate cotidiano, poderíamos perceber que temos os nossos próprios *Borba-Gatos* erigidos nas praças e jardins da história. Esses elementos ritualizados ferem e são uma herança de um tempo que já não existe mais. Não cabe mais à academia ser um espaço ritualizado pela elitização, branqueamento ou pela misoginia. Afinal, as ritualizações e normalizações de afirmação de um dado tipo de discurso performaram espaços e escrita que abriram grande distância entre a história acadêmica e a sociedade, e entre os membros do campo e seus praticantes ou apreciadores.

Por fim, podemos não ser uma pequena comunidade como a de Winston Parva, de Elias & Scotson, mas temos que atentar, plenamente, para os sinais extremos do sistema de exclusão que se estabeleceu nos mais diversos campos da historiografia e que contribuiu para um atrofiamento do processo de expansão do conjunto de práticas, ancorando o historiador do pós-moderno em um universo social do mundo

moderno que a muito já não existe e que ainda tenta sobreviver, transparecendo que, por mais que o sistema de tradições seja relevante ele acaba por reproduzir nas heranças as mesmas práticas que são veementemente negadas pelos construtores dos discursos e dos poderes das ditas *novas Histórias*.

Para finalizar, julgamos que se não considerarmos encaminhamentos que possibilitem uma ampla e significativa abertura do campo disciplinar da História, em breve estaremos fortalecendo mecanismos avaliativos que acabarão por difundir uma ideia que aqui caberia muito bem; uma paródia da célebre frase da obra *A fazenda dos animais* de George Orwell: “todas as ciências são iguais, mas algumas são mais iguais que as outras”. Com isso julgamos adequado terminarmos como começamos. Com mais uma pergunta.

Então, quem tem medo de teoria?

Seja ela teoria da História que proponha caminhos alternativos a serem seguidos pela disciplina, proporcionando compreensões mais plurais da nossa prática e de nosso trabalho; ou seja ela uma teoria social que questione os encaminhamentos práticos dados aos processos disciplinares em curso. Não importa. Não devemos temer a reflexão sobre o campo. Dar um passo nessa direção é urgente, necessário e exige desprendimento. E não raro, sentimos o desconforto de nós mesmos temermos essas mudanças, posto nos identificarmos com a vertigem que os saltos epistemológicos provocam, além de estarmos presos às liturgias disciplinares dos lugares instituídos e institucionalizados da pesquisa histórica no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In.*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2007.

ARAÚJO, Valdei Lopes. A história da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, n. 12, 2013.

ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

ASSIS, Arthur Alfaix. Prefácio. *In.*: MALERBA, Jurandir. **Notas à margem: teoria e crítica historiográfica**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a História?. *In.*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. 2. ed. rev. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

BARROS, José d'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra. **Revista de História**, v. 17, n. 1, 2012

BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. **Revista História**, v. 17, n. 1, p. 223-238, 2012.

BENTIVOGLIO, Julio. Marc Bloch. *In.*: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos A. **A constituição da história como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a história da historiografia? *In.*: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO,

Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BENTO, Jorge Olímpio. **Abalos na torre de marfim: descaminhos e desatinos da universidade**. São Paulo: Editora da Unicamp/ Porto: Eduporto, 2016.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Quem é quem na história: pesquisadores e pesquisas no Brasil**. Goiânia: CEGRAF, 1996.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Trad. João Ferreira. Brasília: Ed. UNB, 1999.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira; BENTO, Luiz Carlos. *A Revue de Synthèse Historique: interdisciplinaridade e epistemologia nos estudos históricos franceses (1900-1914)*. In.: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (org.). **As revistas de História e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu avec Löic Wacquant: réponses**. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In.: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In.: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Trad. Paulo Monteiro; Alícia Aezmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: ED. UFSC, 2014.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1986.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: EDUNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: EdUnesp, 1991.

CANABRAVA, Alice P. Apresentação. **Revista Brasileira de História**, n. 1, 1981, p. 1 e 9.

CAPELATO, Maria Helena Rolim (org.). **Produção Histórica no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1994.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In.*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARLE, Christophe. **Homo historicus. Réflexions sur l'histoire, les historiens et les sciences sociales**. Paris: Armand Colin, 2013.

CHARLE, Christophe. **Naissance des “intellectuels”**. 1880-1900. Paris: Editions de Minuit, 1990.

CUNHA, Flávio Saliba. **História & sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA Patrick. **As correntes históricas na França**: séculos XIX e XX. Trad. Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

DELEUZE, Gilles. 1227 – Tratado de Nomadologia: a Máquina de guerra. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia**. v. 5. Trad. Peter PálPelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. V. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 14-21.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. 2. ed. rev. e ampl. Passo Fundo: UPF, 2004.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: (década de 1930 aos anos 1970), III. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à nova história. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003.

EDITORES. Por uma revista de História. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 3 - 4, 1988.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FALCON, Francisco Calazans. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto – Portugal, série II, v. 11, 1994

FALCON, Francisco. História e poder. *In.*: CARDOSO, Ciro Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cossac Naify, 2011, 2 v.

FERREIRA, Flavia Turino. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 2008.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil**: elementos para uma avaliação historiográfica. v. 1. Ouro Preto: EDUFOP, 1992.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**: série de dados. v. 2. Ouro Preto: EDUFOP, 1993.

FLAMARION, Ciro; BRIGNOLI, Hector Pérez. **Os métodos da história**. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In.*: MOTTA, Manoel Barros da. **Foucault**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Còllege de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014, Coleção leituras filosóficas.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** Espaço Michel Foucault, 1990, p.48.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALLO, Livia Amarante. **Disciplina histórica, um campo em disputa: discursos dos presidentes da *American Historical Association* (1884-1914)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GEMINIANO, Wagner. **A invenção da historiografia brasileira profissional**. Vitória: Milfontes, 2021.

GLEZER, Raquel (Org.). **Do Passado para o Futuro: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011.

GLEZER, Raquel; CAPELATO, Maria H. A escola uspiana de história. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre nota de rodapé**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Produção e disseminação do saber histórico no oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *In.*: ARRAIS, Cristiano Alencar; BENTIVOGLIO, Júlio (org.). **As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico**. Serra: Editora Milfontes, 2017.

GUIMARÃES, Lúcia. M. Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia. M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Revista Topoi**, p. 184-200, 2002.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto/ Puc-Rio, 2010.

HEY, Ana Paula. Homo Academicus. *In.*: CATANI, Afrânio Mendes [*et. al.*]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. Mário Vilela. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KUHN, Thomas. A tensão essencial: tradição e inovação na pesquisa científica. *In.*: KUHN, Thomas. **A tensão essencial**: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica. Trad. Marcelo Amaral Penna-Forte. São Paulo: EDUNESP, 2011.

LA CAPRA, Dominick. *Repensar la história intelectual y leer textos*. *In.*: PALTÍ, Elias José. **Giro Linguístico e história intelectual**. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 1998.

LAHIRE, Bernard. Campo. *In.*: CATANI, Afrânio Mendes [*et. al.*]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia**: Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAPA, José Roberto do. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAPA, José Roberto do. **História e historiografia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução a teoria ator-rede. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUSC, 2012.

LEVY-DUMOULIN, Olivier. *Revue historique*. In.: DELACROIX, Christian. **Historiographies. Concepts et débats**. T. 1. Paris: Gallimard, 2010, coleção Folio Histoire.

LUCA, Tania Regina de. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: EdUNESP, 2011.

LUÍS *apud* BENTO, Jorge Olímpio. **Abalos na torre de marfim**: descaminhos e desatinos da universidade. São Paulo: Editora da Unicamp/ Porto: Eduporto, 2016.

MACHADO Roberto. Por uma genealogia do poder. In.: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In.: MALERBA, Jurandir. **Lições de história**: o caminho da ciência ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou: como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não-acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*. In.: MALERBA, Jurandir. **Notas à Margem**: teoria e crítica historiográfica. Serra: Editora Milfontes, 2018.

MAUGER, Gerard. Violência simbólica. In.: CATANI, Afrânio Mendes [*et.al.*]. (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In.: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica. *In.*: MOTA, Carlos Guilherme. **Educação, contraideologia e cultura: desafios e perspectivas**. São Paulo: Globo, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. **História e contra-história: perfis e contrapontos**. São Paulo: Globo, 2010.

NASCIMENTO, Bruno César. **Para além do texto: os periódicos de história como elemento de definição do campo. O caso da *Revista de História* da USP (1950-2016)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer História, escrever a História: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *In.*: **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. *In.*: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PARENTE, André. Pensar em rede. Do livro às redes de comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2000.

PAULA, Eurípedes Simões. Editorial. **Revista de História**, n. 1, v. 1, 1950, p. 1.

PERPÉTUO, César H. Z. **Historiografia Americana em Revista: a *American Historical Review* (1895 a 1915)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A doxa da heterodoxia: a avaliação dos pares e as condições de transgressão disciplinar. *In.*: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)disciplinada**: teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico. 2. ed. rev. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista de História da Historiografia**, n. 11, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As tranferências culturais da historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. São Paulo: Paco editorial, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. *In.*: **Rousseau – vida e obra**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova cultural, 2000.

SANTOS, Alessandra Soares. A normatização disciplinar da historiografia universitária: Francisco Iglésias e a sua tese de livre-docência. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 23, p. 64-77, 2017.

SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. *In.*: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Rubens Alexandre. As teorias sociais e o conceito de poder. **Cadernos de Campo**, n. 7, p. 127-142, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In.*: HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In.*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2 ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SROUR, Robert Henry. **Poder, Cultura e Ética nas Organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, Rafael. **Deleuze, rizoma**. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2013/09/21/deleuze-rizoma/>. Acesso: 06.12.2017.

VASCONCELOS, José Antônio. **Quem tem medo de teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana**. São Paulo: Anablume/FAPESP, 2005.

WASSERMAN, Cláudia. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, v. 19, 2015.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UNB, 1994.